

Mensagem nº 245

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.

Os méritos do Senhor Ruy Pacheco de Azevedo Amaral que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Brasília, 27 de Junho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Aviso nº 334 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL

CPF.: 011.773.008-42

ID.: 9049 MRE

1957 Filho de Rubens Dias Amaral e Leda Pacheco de Azevedo Amaral, nasce em 26 de abril, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1980 Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
1985 CPCD - IRBr
1995 CAD - IRBr
2007 CAE - IRBr, O ano do Brasil na França. Um modelo de intercâmbio cultural

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
1992 Segundo-Secretário
1998 Primeiro-Secretário, por merecimento
2002 Conselheiro, por merecimento
2007 Ministro de Segunda Classe
2010 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1986 Divisão de Africa II, assistente
1988 Divisão de Visitas, assistente
1991 Embaixada em Lisboa, Terceiro e Segundo-Secretário
1994 Embaixada no México, Segundo-Secretário
1999 Presidência da República, assessor
2003 Senado Federal, Cerimonial, Chefe
2005 Embaixada em Paris, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
2008 Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro
2010 Presidência da República, assessor

Condecorações

1989 Ordem Nacional do Mérito, Equador, Cavaleiro
1990 Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Cavaleiro
1991 Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Cavaleiro
2003 Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Comendador
2004 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2005 Ordem do Mérito Anhanguera, Goiás, Brasil
2008 Medalha Mérito Tamandaré, Comando da Marinha, Brasil
2009 Medalha do Pacificador, Comando do Exército, Brasil

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SOMÁLIA



**Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2014**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Federal da Somália
CAPITAL	Mogadíscio
ÁREA	637.657 km ²
POPULAÇÃO (2012)	10,2 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Somali e árabe
RELIGIÃO OFICIAL	Islamismo sunita (99,8% da população)
SISTEMA DE GOVERNO	República federal parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; a Câmara Alta (<i>Aqalka sare</i>) e a Câmara Baixa (<i>Aqalka hoose</i>) formam o Parlamento Federal da Somália (<i>Baarlama-anka Federaalka Soomaaliya</i>).
CHEFE DE ESTADO	Hassan Sheikh Mohamud (desde 16 set. 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Abdiweli Sheikh Ahmed (desde 21 dez. 2013)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Abdirahman Duale Beyle (desde 17 jan. 2014)
PIB NOMINAL	US\$ 2,4 bilhões (Brasil: US\$ 2,2 trilhões)
PIB PPP (PARIDADE DE PODER DE COMPRA)	US\$ 5,9 bilhões (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA	US\$ 250 (Brasil: US\$ 11.090)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 600 (Brasil: US\$ 12.100)
VARIAÇÃO DO PIB	2,6% (2012); 2,6% (2010); 2,6% (2008)
EXPECTATIVA DE VIDA	54,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	37,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim somaliano
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há registro de brasileiros residentes na Somália.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL => SOMÁLIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (jan-abr)
Intercâmbio	44,54	44,96	61,52	18,63	9,13	58,25	63,55	6,49	14,87	23,35	53
Exportações	44,34	44,90	61,52	18,63	9,12	58,25	63,54	6,49	11,76	21,25	-
Importações	0,19	0,06	-	0,007	0,009	-	0,002	-	3,11	2,1	53
Saldo	44,14	44,84	61,52	18,62	9,11	58,25	63,54	6,49	8,65	19,15	-53

PERFIS BIOGRÁFICOS

HASSAN SHEIKH MOHAMUD **Presidente da República**



O Professor Hassan Sheikh Mohamud, 56 anos, foi eleito Presidente da Somália pelo Parlamento em 10 de setembro de 2012. Sua eleição foi considerada o ápice do processo de transição política na Somália, com o estabelecimento de um governo federal reconhecido pela comunidade internacional. Mohamud derrotou por 190 votos a 79 o Presidente de transição somali, Sharif Sheikh Ahmed, nas eleições indiretas conduzidas pelo Parlamento.

Mohamud pertence ao clã dos Hawiye, que habita o centro-sul da Somália. Bacharel em Tecnologia pela Universidade Nacional da Somália (1981) e mestre pela Universidade de Bhopal na Índia (1988), ele atuou em parceria com Organizações Não-Governamentais (ONGs), trabalhou em projetos de desenvolvimento e educação da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e ajudou a fundar o Instituto Somali de Gestão e Administração (Universidade Simad). Foi decano da Universidade Simad até 2010, quando iniciou sua carreira política.

O novo Presidente somali foi um dos fundadores do "Partido da Paz e do Desenvolvimento". Em seu discurso de posse, afirmou que seu governo concentraria esforços na questão da segurança, na luta contra a pirataria, na justiça, na reconciliação, na educação, na união e, por fim, no desenvolvimento da Somália.

ABDIWELI SHEIKH AHMED MOHAMED
Primeiro-Ministro



Nasceu no ano de 1959, em Bardera, cidade próxima à fronteira com o Quênia.

É Bacharel em Economia pela Universidade Nacional da Somália e Mestre em Economia pela Universidade de Ottawa (Canadá). Possui diplomas profissionalizantes em Administração de Projetos, Planejamento e Análise de Projetos, Administração de Saúde Animal e Programação de Computadores, obtidos nos EUA e no Canadá.

Foi Diretor-Geral da Agência de Saúde e Marketing Pecuário da Somália (1984-1990); Diretor Executivo da companhia MISK Enterprises (1991-1998); Analista do Desenvolvimento Internacional e Comércio, no Banco do Canadá, assim como Pesquisador Associado da Universidade de Ottawa (1998-2003); Administrador de Programas na União Africana, no contexto da Comissão para o Comércio Pecuário do Mar Vermelho (2003-2006); Conselheiro Sênior para Pecuária e Pastoreio na COMESA (2007-2009); Comissário Sênior para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural no Banco Islâmico de Desenvolvimento (2010-2013).

Em dezembro de 2013, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Hassan Sheikh Mohamud, e em seguida aprovado pela maioria do Parlamento.

Possui cidadania canadense e somali. Além do somali, fala inglês, árabe, italiano e francês.

ABDIRAHMAN DUALE BEYLE
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da
Cooperação Internacional



Nasceu na região noroeste da Somália. Possui formação em Economia, com Bacharelado, Mestrado e Doutorado concluídos na Universidade de Wisconsin (EUA).

Fez carreira no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), havendo servido como funcionário de finanças, economista, administrador e diretor, em departamentos do Banco, como o de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Água, Procedimentos e Políticas Operacionais, Agricultura e Agroindústria.

Em janeiro de 2014, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional pelo Primeiro-Ministro Abdiweli Sheikh Ahmed.

Além do somali, fala inglês, árabe e francês.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde a queda do Presidente Siad Barre, em 1991, a Somália atravessa já mais de duas décadas de profunda instabilidade política e institucional.

Por essa razão, o relacionamento bilateral com o Brasil é ainda pouco expressivo, sendo escassos os contatos diretos entre os dois países. Não há registro de visitas oficiais, acordos ou iniciativas de cooperação técnica bilateral diretamente entre os dois países. O intercâmbio comercial é modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas basicamente por açúcar de cana. Não há registro de investimentos brasileiros na Somália. A Embaixada do Brasil junto à Somália é, até o momento, cumulativa com a Embaixada no Cairo; enquanto a representação somali junto ao Brasil vinha ocorrendo, na prática, pela Missão Permanente daquele país junto à ONU.

No plano multilateral, o Governo brasileiro tem sublinhado a importância de que a comunidade internacional siga engajada no propósito de iniciar ciclo virtuoso de paz e desenvolvimento na Somália. Na visão brasileira, tão importante quanto o apoio externo concedido a ações militares que visam ao combate ao al-Shabaab e à liberação de parcelas do território somali, seriam iniciativas voltadas à consolidação da paz e à promoção do desenvolvimento socioeconômico das populações locais.

Durante a fase final do período de transição somali, o Brasil participou de duas reuniões do Grupo de Contato para o Combate à Pirataria nas Imediações da Costa da Somália, bem como das Conferências de Londres (fevereiro de 2012) e de Istambul (junho de 2012) sobre a Somália, ocasiões em que defendeu a solução política do conflito e o protagonismo somali no processo de transição. Advogou, ademais, a necessidade de que, com vistas à estabilização da Somália em bases duradouras, a cooperação internacional destinada àquele país incorpore ações voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável somali, para além da cooperação com caráter emergencial.

No que tange à pirataria, o Brasil defende que medidas repressivas sejam associadas a incentivos ao desenvolvimento socioeconômico, de forma a erradicar as causas profundas da pirataria. O Governo brasileiro tem-se engajado, ademais, na busca de soluções que integrem esforços de contenção de outras atividades danosas à população local (tais como a pesca ilegal e o despejo de resíduos tóxicos na zona costeira), bem como o fortalecimento e capacitação das instâncias judiciárias da Somália e de países vizinhos, para que possam julgar, em seus territórios, os crimes de pirataria e atividades ilegais conexas.

O Governo brasileiro tem apoiado o processo de transição somali, ademais, por meio de significativa cooperação humanitária. Entre 2011 e 2012,

o Brasil realizou doação de mais de 65 mil toneladas de alimentos à Somália. Em 2011, foram doadas 13.420 toneladas de feijão e 43.233 toneladas de milho, cujo volume total correspondeu a mais de US\$ 22 milhões. Em 2012, foram doadas 8.957 toneladas de arroz (correspondentes a US\$ 5 milhões). Entre 2010 e 2012, ademais, o Governo brasileiro contribuiu, por meio de doação de recursos, com ações humanitárias de múltiplas instituições multilaterais com atuação na Somália. Em 2010, contribuiu com US\$ 300 mil, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional da população somali em situação de vulnerabilidade. Em 2011, realizou doação de US\$ 100 mil ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), para atividades na região do Chifre da África, bem como de US\$ 900 mil, via Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atividades humanitárias no país e ações de apoio aos refugiados somalis em demais países da região. Em 2012, destinou US\$ 100 mil a ações de cooperação humanitária do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na Somália.

Em que pese à extensa cooperação humanitária já prestada pelo Brasil em benefício da Somália, o Governo brasileiro reconhece a necessidade de transitar, paulatinamente, de uma cooperação emergencial para uma cooperação de caráter estruturante, voltada à capacitação da população e dos agentes públicos somalis. Esse tipo de iniciativa encontra, contudo, obstáculos de ordem logística. A instabilidade política e a insegurança observadas no terreno ainda têm impedido que o Governo brasileiro atue bilateralmente na prestação de cooperação técnica à Somália. Vale recordar, ademais, a presente situação orçamentária da ABC, que a tem impedido de aceitar novos compromissos internacionais antes da conclusão daqueles já contraídos.

Com o paulatino reforço da presença de agências multilaterais na Somália, permitido pela crescente estabilização de seu território, o Brasil está aberto a prospectar iniciativas de cooperação trilateral em benefício do país africano. Nessa linha, o Brasil iniciou, em novembro de 2013, negociações acerca de possível financiamento ao desenvolvimento de projeto trilateral em benefício da Somália no âmbito do PAA-África ("Purchase from Africans for Africa"). O PAA-Africa é programa de natureza estruturante que, desenvolvido em parceria com o PMA e a FAO, conjuga objetivos de segurança alimentar e promoção da agricultura familiar. Vale registrar, ainda, que, em dezembro de 2013, o Governo somali manifestou desejo de obter apoio do Brasil a projeto de cooperação em áreas como educação e infraestrutura de saúde, a ser desenvolvido pela Organização da Cooperação Islâmica (OCI), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em reação, o Governo brasileiro expressou seu desejo de ser mantido informado sobre o desenvolvimento do projeto em apreço, de modo que seja possível estudar maneiras de prestar eventual contribuição técnica à iniciativa.

Os recentes avanços no processo de paz somali, observados a partir do segundo semestre de 2012 (aprovação de Constituição provisória, formação de

novo Parlamento e eleição de Presidente), abriram novas oportunidades para que o país apresente estratégia de renovação gradual de sua inserção internacional com perfil mais ativo. Nesse contexto, a Somália tem buscado, mais recentemente, estreitar laços com o Brasil, por meio de canais diversos.

Em dezembro de 2013, a então Chanceler somali enviou carta ao Chanceler brasileiro, encaminhada à Embaixada do Brasil em Washington, pela qual nomeou um Enviado Especial para Brasil, Argentina e Venezuela, residente nos EUA. Em encontro mantido com o Embaixador do Brasil em Washington, o Enviado somali transmitiu o interesse de seu Governo em explorar possibilidades de estímulo ao comércio Brasil-Somália, bem como solicitou apoio para projetos de cooperação na área têxtil, investimentos em logística e na indústria açucareira.

Por meio de contato direto entre as Embaixadas dos dois países em Kuala Lumpur, reiterado por Mensagem direta ao Ministro brasileiro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a Somália manifestou, ademais, interesse em abrir escritório econômico em São Paulo.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há registro de brasileiros residentes na Somália. Tampouco existe uma rede de Consulados Honorários do Brasil no país. Os assuntos consulares pertinentes à Somália são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo, que exerce, por cumulatividade, até o momento, a função de Embaixada do Brasil para a Somália.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano da Somália.

POLÍTICA INTERNA

Desde 1991 em situação de conflito, a Somália têm obtido, mais recentemente, importantes avanços em seu processo de pacificação e reestruturação das instituições do Estado. Em que pese aos enormes desafios que ainda se impõem ao nascente Governo Federal da Somália (GFS), nota-se, atualmente, na comunidade internacional, otimismo moderado em relação à possibilidade de consolidar a paz no território somali.

Breve histórico do Estado somali contemporâneo

Com a partilha da África pela Conferência de Berlim, em 1884, a região da Somália foi dividida em zonas de influência britânica, italiana e etíope. Contudo, o Estado Dervixe somali, de Muhammad Abdullah Hassan, lançou-se em uma das mais extensas guerras de resistência ao colonialismo no continente, a qual, hodiernamente, é um dos símbolos do nacionalismo somali. Somente em 1920, o Estado Dervixe foi derrotado pelos britânicos.

Palco de disputas entre potências beligerantes das Guerras Mundiais, a Somália somente se tornou independente em 1960, a partir de uma fusão da Somalilândia britânica (atual região da Somalilândia) com a Somalilândia originalmente italiana, que então também era protetorado britânico. Em 1958, às vésperas da independência somali, teve lugar no Djibuti, então Somalilândia francesa, referendo que legitimou a manutenção do vínculo daquele território com a França, em detrimento de sua anexação a um futuro Estado somali independente. A nova República da Somália nasceu, portanto, fundamentada em "compromisso confederativo" voltado a unir lideranças de ex-colônias separadas, no norte e no sul, em prol de um projeto nacional unificador.

Apesar de a República da Somália haver sido considerada, no Ocidente, como modelo de transição pós-colonial democrática, o projeto nacionalista republicano não logrou substituir a estruturação do poder em lealdades clânicas existentes no país de longa data. Em 1969, enquanto visitava uma cidade na região da Somalilândia, o então Presidente somali, Abdirashid Ali Shermarke, foi assassinado por seus próprios guarda-costas. Nesse contexto, o então comandante do Exército, General Siad Barre, encabeçou golpe de Estado, praticamente sem oposição, contra as lideranças republicanas. A Somália foi então rebatizada República Democrática da Somália, e, com apoio das Forças Armadas, Barre manteve-se no poder entre 1969 e 1991, período em que vigorou modelo de Estado autoritário e centralista, que adaptou o socialismo marxista a preceitos islâmicos arraigados na cultura somali.

Após tentativa malfadada de anexação de parcela do território etíope, o Governo de Siad Barre tornou-se, durante a década de 1980, crescentemente impopular e totalitário, criando as condições para a eclosão da atual guerra civil no país.

Guerra civil

Em 1991, o Governo Barre foi derrubado por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos, cuja aliança rapidamente esvaneceu. A incapacidade dos grupos revolucionários de formar um governo de coalizão deflagrou guerra civil que perdura, embora de maneira cada vez mais tênue, até os dias de hoje. A prolongada guerra civil desorganizou a produção agrícola somali e causou sucessivas crises de fome. A debilidade estatal e a pobreza também favoreceram o recrudescimento de ilícitos transnacionais como a pirataria e, acredita-se, de atividades ligadas ao terrorismo internacional.

No norte do país, Somalilândia e Puntilândia, regiões mais estáveis,

tornaram-se territórios autônomos, com pretensões de soberania. Já em 1991, a região da Somalilândia, com capital em Hargeisa, autodeclarou-se independente. Apesar de não ser reconhecida como Estado soberano por nenhum país, a Somalilândia vem gozando de relativa estabilidade.

No centro-sul, região mais povoada do país, onde a atuação de múltiplas milícias levou a grande fragmentação política, foi constituída a União das Cortes Islâmicas (UCI). Com ideologia ligada ao fundamentalismo islâmico e atuação transnacional, a UCI buscava representar também grande número de pessoas de etnia somali vivendo nos territórios da Etiópia, do Djibuti e do Quênia.

De 1992 a 1995, duas missões de paz da ONU e uma força militar de coalizão liderada pelos EUA foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização. Contudo, sem haver revertido o cenário de deterioração da guerra civil, as forças da ONU se retiraram da Somália, em março de 1995.

Em 2000, líderes regionais somalis reunidos em conferência no Djibuti formaram o Governo Nacional de Transição (GNT). Durante seus quatro anos de existência, todavia, o GNT pouco avançou em seu objetivo de promover negociações entre as diversas milícias do país. Em 2004, líderes somalis reunidos em Nairóbi decidiram reconfigurar o governo, que passou a se chamar Governo Federal de Transição (GFT).

Com promessas de estabilidade e justiça social baseadas em preceitos islâmicos, a UCI manteve-se como autoridade concorrente ao novo GFT. Em fins de 2005, a UCI tomou Mogadíscio e, com alegado apoio militar da Eritreia, conquistou, em 2006, a maior parte do sul do território somali, onde impôs a charia como lei local.

Em reação à evidente incapacidade do GFT de impor a sua autoridade sobre toda a extensão do território somali, foi criada, em 2007, da Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Por outro lado, com o apoio de Washington, tropas etíopes invadiram o território somali em apoio ao fragilizado Governo Federal de Transição (GFT). A intervenção estrangeira deu início a conflito aberto, entre 2006 e 2009, que resultou na derrota das Cortes islâmicas.

Após a retirada das tropas etíopes em 2009, contudo, o esfacelamento da UCI deu origem a novos grupos opositores, com ideologia radical. Dentre esses grupos, destacavam-se, por seu raio de atuação e poder de fogo, as facções Al-Shabaab (“Juventude”) e Hizbul Islã (“Partido do Islã”), ambas de viés fundamentalista islâmico e pan-somalista. Em 2010, o grupo Al-Shabaab obteve vitórias militares sobre o Hizbul Islã, incorporando seus territórios e militantes.

Os sucessivos combates entre as duas facções desalojaram milhares de pessoas e provocaram seu grande deslocamento dentro do território somali e de refugiados em direção aos países vizinhos, principalmente Quênia e Etiópia. Em meados de 2011, a ocorrência de uma das piores secas da história do Chifre da África intensificou a situação de crise alimentar e humanitária na Somália,

reforçando os fluxos emigratórios do país. Os crescentes impactos internacionais do conflito somali levaram, todavia, a novas intervenções externas no território somali.

Avanços recentes nos planos securitário e institucional

Com o fortalecimento do engajamento internacional na busca de solução para o conflito somali, sobretudo por meio da AMISOM, mas também com aumento do financiamento internacional e apoio direto de tropas quenianas e etíopes, as Forças Armadas somalis têm logrado, desde meados de 2011, impor diversas vitórias militares ao Al-Shabaab. Em agosto de 2011, o Al-Shabaab foi expulso de Mogadíscio, dando ensejo a seguidas liberações de extensas parcelas do território somali. A mais importante vitória nessa sequência deu-se entre setembro e outubro de 2012, quando as forças em apoio ao GFT lograram liberar do controle do Al-Shabaab o Porto de Kismayu. Ao longo de 2013, novas ações do Exército Nacional da Somália contra o Al-Shabaab, com apoio internacional, tiveram êxito em recuperar territórios em Gedo, Bay, Bakool, Hiraan, Galguud e Shabelle, ampliando significativamente a extensão do território submetida à autoridade estatal.

Vale notar, ademais, que, desde 2012, o número de atos de pirataria na costa da Somália também tem declinado expressivamente. Segundo recente relatório do Secretário-Geral da ONU (SGNU), a pirataria na região encontrava-se no nível mais baixo desde 2006. De acordo com dados da Organização Marítima Internacional (IMO), de um total de 99 ataques realizados em 2012, passou-se a apenas 17, nos primeiros nove meses de 2013. À época de publicação do relatório, o último grande sequestro de navio comercial (MT "Smyrni") teria ocorrido em maio de 2012.

Concomitantemente às vitórias militares, registraram-se importantes avanços no processo político-institucional da Somália. Em 2012, foi concluído o mandato, emitido em 2004, das instituições federais de transição, de modo que a política somali teve a oportunidade de passar por renovação institucional, com vistas à reconstituição de um Estado somali. Nesse contexto, em agosto de 2012, foi adotada nova Constituição provisória, em substituição à de 2004. Na sequência, foi estabelecido novo Parlamento, cujo Presidente foi eleito em 28/8. A eleição indireta, pelo Parlamento, do novo Presidente da República e sua posse em setembro de 2012 completaram as etapas previstas no "Mapa do Caminho" para a criação do novo Governo Federal da Somália (GFS), em substituição ao antigo GFT.

Desafios

Com o final do período de transição, iniciou-se para a Somália fase de consolidação dos avanços obtidos, na qual o Governo somali ainda se defronta com diversos desafios.

No plano político, as novas autoridades somalis deverão, ainda,

convocar referendo sobre a Constituição provisória, bem como eleições gerais (até junho de 2016). É preciso, ademais, fortalecer o compromisso federativo, de modo que incorpore interesses das diversas regiões autônomas, sobretudo de Puntilândia, de Jubalândia e de Somalilândia, sendo que essa última se recusa a integrar o Estado somali. Ademais, segundo recente relatório do SGNU, têm-se intensificado as tensões entre Somalilândia e Puntilândia por conta da disputa sobre os territórios de Sool, Sanaag e Cayn.

No que concerne à situação de segurança, é necessário seguir combatendo ações do grupo Al-Shabaab, que mantém livre atuação em grandes áreas do território somali e passou a fazer uso de táticas terroristas e a bloquear rotas de abastecimento de cidades no centro-sul do país. É preciso também harmonizar a campanha militar com a expansão da presença do Estado, para evitar que grandes parcelas do território onde se criaram vácuos de poder permaneçam desprovidas de presença de serviços públicos básicos. Outro desafio ainda por superar é o da desmobilização e reintegração de contingentes paramilitares.

A crise humanitária, que impacta fortemente cerca de 30% da população somali, permanece uma das mais graves do mundo. Apesar de novas chuvas estarem mitigando os efeitos da forte seca que afligiu a Somália em 2011, estima-se que há, no momento, 2,9 milhões de somalis que necessitam de ajuda imediata para garantir sua sobrevivência, além de cerca 857 mil pessoas em situação de grave crise alimentar. Segundo o ACNUR, haveria, ademais, mais de um milhão de refugiados somalis, localizados, sobretudo, em países vizinhos. Em termos de indicadores de saúde, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Somália encontra-se entre os países em pior situação no mundo, devido a condições precárias de infraestrutura sanitária e baixas taxas de imunização. Vale mencionar, ademais, que, segundo apresentação do Coordenador Humanitário da ONU para a Somália, as operações militares em curso contra o Al-Shabaab têm produzido impactos humanitários severamente negativos, inclusive porque a desarticulação da estrutura de poder local impossibilita o acesso aos prestadores de serviços humanitários emergenciais.

PODER LEGISLATIVO

Por força da Constituição Provisória, adotada em 2012, o Parlamento Nacional somali é bicameral, formado pela Câmara Baixa (a Casa do Povo, com 275 assentos, eleitos diretamente pelos cidadãos da Somália) e pela Câmara Alta (54 assentos eleitos pelos cidadãos dos estados federados).

A formação inaugural da Casa do Povo foi indicada, em setembro de 2012, pelos anciãos dos diversos clãs que formam a base da estrutura social somali. Até dezembro de 2013, contudo, os representantes da Câmara Alta ainda não haviam sido definidos. Eleições diretas estão atualmente previstas para

ocorrer em 2016.

POLÍTICA EXTERNA

Palco de conflito civil desde 1991, a Somália desenvolve política externa que se confunde com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país.

Fator chave para a evolução político-institucional ocorrida na Somália nos últimos anos foi a considerável melhora na situação de segurança, tornada possível pelo maior engajamento da comunidade internacional no país, sobretudo no contexto regional, em que se destaca o apoio prestado por tropas etíopes, quenianas e da União Africana à consolidação da autoridade das nascentes instituições estatais somalis. Esse maior engajamento é uma resposta à percepção de que o conflito na Somália, associado ao desalojamento de grandes massas populacionais, à emigração forçada e à pirataria, tem fortes impactos internacionais, concorrendo para a desestabilização da região do Chifre da África e do Golfo de Áden.

Série de conferências multilaterais sobre Somália

Dada a renovada prioridade, nos últimos anos, da busca de soluções para o conflito na Somália, a comunidade internacional esteve engajada em uma série de Conferências visando ao melhoramento da situação de segurança, à estabilização política e à implementação de um "mapa do caminho" para a criação de instituições estatais definitivas na Somália.

Vale mencionar, nesse contexto, tanto a Conferência de Londres (fevereiro de 2012) quanto a Conferência de Istambul sobre a Somália (junho de 2012), as quais contribuíram para fortalecer as negociações entre os membros das Instituições Federais de Transição e angariaram apoio econômico, logístico e militar às operações contra a milícia Al-Shabaab. Por outro lado, com a transformação do GFT em GFS, em setembro de 2012, teve lugar em Londres, em maio de 2013, a Segunda Conferência Internacional sobre a Somália, capaz de angariar recursos financeiros (US\$ 300 milhões) e assistência técnica para apoiar o Governo somali nas áreas de segurança, justiça e gestão financeira. Em setembro de 2013, ademais, realizou-se, em Bruxelas, a "Somalia New-Deal Conference", que resultou em promessas de ajuda econômica no valor total de 1,8 bilhão de euros.

Histórico de ações no âmbito das Nações Unidas

O novo momento de alta no engajamento internacional em relação à estabilização da Somália encontrou ressonância também no âmbito da ONU, que já havia feito tentativa de estabilizar o país na década de 1990.

Com efeito, de 1992 a 1995, duas missões da ONU foram enviadas à

Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização administrativa: a UNOSOM I (autorizada pelas Resoluções 733 e 746 do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU) e a UNOSOM II (autorizada pela Resolução 814 do mesmo órgão). Durante pouco mais de 4 meses daquele período, entre 1992 e 1993, coalizão liderada pelos EUA foi autorizada pelo CSNU a enviar à Somália a UNITAF ("Unified Task Force"), mandatada a criar um ambiente de segurança para as operações humanitárias ao sul da Somália (S/RES/794). Após a morte de capacetes azuis paquistaneses, o CSNU, sob a letra do Capítulo VII, autorizou a UNITAF a utilizar-se de "todos os meios necessários" para garantir a proteção do pessoal humanitário, de modo que a UNITAF é considerada, por alguns analistas independentes, como uma das primeiras "intervenções humanitárias", instrumento que ganhou ímpeto na década de 1990.

Contudo, as ações concertadas da ONU com os EUA no início da década de 1990 não obtiveram êxito em instaurar uma estabilidade duradoura na Somália. Em março de 1995, devido ao assassinato de rangers estadunidenses em cenário de plena guerra civil somali, a opinião pública dos EUA pressionou para que o país retirasse suas tropas que apoiavam a UNOSOM II, contribuindo para reduzir severamente as ações internacionais no país. A descontinuidade da intervenção permitiu o fortalecimento da UCI que viria a desestabilizar a Somália até finais da década de 2000.

Contudo, devido a seus impactos internacionais, sobretudo tendo-se em conta a intensificação dos fluxos de refugiados e da pirataria no Golfo do Áden, o conflito somali não poderia permanecer ignorado. A partir de 2006, quando a Etiópia invadiu a Somália para combater a UCI, a pirataria ganhou progressiva intensidade, prejudicando fortemente os interesses do comércio internacional. Essas condições levaram o CSNU a aprovar, em 2008, duas resoluções sobre a pirataria na Somália, ambas ao abrigo do Capítulo VII da Carta. A Resolução 1816 (2008) autorizou a repressão contra roubo armado (águas jurisdicionais) e pirataria (alto mar), ao passo que a Resolução 1838 (2008) autorizou o emprego de "todos os meios necessários" no enfrentamento contra a pirataria ao largo da costa somali.

Nos últimos anos, em razão da instabilidade regional causada pelo conflito e do aumento dos crimes transnacionais conexos à pirataria, a comunidade internacional redobrou seus esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. Assim, além de ações articuladas com a AMISOM, o CSNU suspendeu parcialmente, em março de 2013, o embargo de armas sobre a Somália, a fim de permitir o aparelhamento das forças de segurança somalis. Em maio do mesmo ano, foi criada a Missão de Assistência das Nações Unidas para a Somália (UNSOM), com o objetivo de prestar apoio político, bons ofícios e "assessoria estratégica" nas áreas de consolidação da paz e fortalecimento do Estado somali.

Missão da União Africana na Somália

Com a criação da AMISOM, em 2007, o CSNU, responsável pelo estabelecimento dos mandatos da missão, passou a atuar de forma articulada com a União Africana e, mais especificamente com os países do Chifre da África. A partir de 2010, a União Africana mobilizou-se em torno da necessidade de reforçar seu apoio aos esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. A ampliação do contingente e da capacidade militar da missão ganhou prioridade nos contatos de membros da instituição africana com o CSNU, que tem autorizado sucessivas ampliações do número de tropas da AMISOM, desde fevereiro de 2012.

O apoio da AMISOM foi fundamental para as sucessivas campanhas militares capazes de liberar importantes áreas do território somali que estavam sob controle do Al-Shabaab, a exemplo da capital, Mogadíscio, e do porto de Kismayu. As importantes derrotas militares impostas ao Al-Shabaab pelo conjunto de ações do Governo somali, da AMISOM, do Quênia e da Etiópia debilitaram significativamente o grupo. Entretanto, ao ver-se enfraquecido, o Al-Shabaab passou a recorrer, mais frequentemente, a atos terroristas, inclusive no exterior. Entre os ataques mais recentes, vale mencionar o atentado contra a base da ONU em Mogadíscio, em junho de 2013, que levou à morte de 22 pessoas; a explosão de carro-bomba em frente à Embaixada da Turquia, em julho do mesmo ano, que vitimou fatalmente 3 pessoas; e a explosão de bomba em shopping center de Nairóbi, capital do Quênia, em setembro de 2013, que causou grande comoção no país.

Em fins de 2013, foi lançada a "Operação Águia", a maior operação conjunta entre AMISOM e o Exército somali, que logrou liberar diversas cidades e vilas ao sul do território somali. Em preparação para a operação, o contingente da força africana foi novamente ampliado para cerca de 22 mil homens. Os principais contribuintes de tropas são Burundi e Uganda. Em terceiro e quarto lugares, estão Etiópia e Quênia, que têm, gradualmente, reduzido suas atuações independentes na Somália e incorporado contingentes nacionais à missão africana.

Ações nacionais no contexto regional

No plano regional, os impactos transfronteiriços do conflito somali têm motivado apoio decidido dos países vizinhos ao enfrentamento do Al-Shabaab e à consolidação do GFS.

Com efeito, uma ação transestatal voltada à incorporação, representação ou proteção de grandes parcelas de população de etnia somali vivendo na Etiópia, no Quênia e no Djibuti foi, historicamente, assimilada aos objetivos de importantes atores do jogo político doméstico na Somália. Vale recordar que, já em 1977, o Governo socialista do General Barre, que propugnava o projeto da Grande Somália, ensaiara uma tentativa de anexação da região etíope de Ogaden, de maioria étnica somali.

A invasão da Somália pela **Etiópia**, entre 2006 e 2009, motivou-se pela necessidade de combater a União das Cortes Islâmicas (UCI), a qual, ao ganhar controle sobre a maior parte do centro-sul somali, passava a desenvolver ações também no território etíope. Segundo analistas, o então líder da UCI, Xeique Hassan Aweys, teria declarado à época que seu movimento "não deixaria pedra sobre pedra ao buscar reintegrar os irmãos somalis no Quênia e na Etiópia e restaurar-lhes o direito de viver com seus ancestrais na Somália." Mesmo após a decorada da UCI, em 2009, a Etiópia manteve suas tropas empregadas em território somali, com a justificativa de combater o Al-Shabaab, sucessor das Cortes. Somente em abril de 2013, a Etiópia decidiu-se pela retirada gradual de suas tropas do país, que deverão ser incorporados aos contingentes da AMISOM.

Entre 2006 e 2009, sua atuação em território somali levou a Etiópia a acusar insistentemente a **Eritreia** de apoiar política, financeira e militarmente a UCI, bem como grupos separatistas de etnia somali na região etíope de Ogaden, na fronteira com a Somália. Indícios de que eram verdadeiras as seguidas denúncias etíopes levaram à imposição, em 2009, de sanções à Eritreia pelo CSNU (Resolução 1907). Com a derrota da UCI, em 2009, o Governo eritreu teria, alegadamente, passado a apoiar seu sucessor, o Al-Shabaab. Em novembro de 2011, as acusações da Etiópia contra a Eritreia foram reforçadas pelo Quênia, que passou a argumentar que a Eritreia transportaria armamento para Baidoa (sul da Somália), com o fim de abastecer o Al-Shabaab. Essa acusação, que posteriormente foi refutada pelo Grupo de Monitoramento do CSNU para Somália e Eritreia, pesou na decisão daquele Conselho de adotar, em dezembro de 2011, a Resolução 2023 (2011), que previu a ampliação do regime de sanções sobre o Governo eritreu. Além das sanções que pesam sobre o setor de exploração de minérios eritreu, vale mencionar que o CSNU também impôs, por meio da Resolução 2036 (2012), sanções à exportação de carvão oriundo da Somália, cuja exploração ocorre em áreas controladas pelo Al-Shabaab.

Em 2011, com o propósito de criar zona tampão entre seu território e o da Somália, o **Quênia** também passou a intervir no conflito somali, lançando ações militares coordenadas com o então GTS. Em junho de 2012, quando já havia sinais do enfraquecimento do Al-Shabaab, as tropas quenianas em território somali foram também integradas à AMISOM. A estabilização do território somali segue sendo, contudo, objetivo prioritário para o Quênia. Preocupado com a estabilidade em seu próprio território, todavia, o Quênia tem também envidado esforços para o gradual retorno dos refugiados somalis ao seu país de origem. Assim, em dezembro de 2013, foi assinado acordo tripartite entre Somália, Quênia e ACNUR para repatriação voluntária de refugiados somalis e, em fevereiro de 2014, cerca de cem mil somalis retornaram à Somália. O Quênia abriga o maior campo de refugiados do mundo, o Daabab, com mais de 400 mil somalis.

No que concerne às discussões para estabelecimento de renovado

compromisso federativo na Somália, a Autoridade Intergovernamental Desenvolvimento (IGAD) tem auspiciado esforços de mediação entre o GFS e as autoproclamadas regiões autônomas de Jubalândia, Somalilândia e Puntilândia.

A **Turquia**, por sua vez, tem-se consolidado como o principal mediador de negociações entre o GFS e a região de Somalilândia, o que tem rendido ao país grande influência junto a autoridades somalis. A Turquia constitui um dos principais cooperantes internacionais da Somália, com forte presença nas áreas de infraestrutura, educação e saúde, entre outras.

ECONOMIA

Devido à alta volatilidade que caracterizou a vida política e social do país nas últimas duas décadas, os dados relativos à economia somali são escassos e pouco precisos.

Desde a eclosão da guerra civil, em 1991, a fragilidade do Estado somali impossibilitou qualquer recurso a políticas públicas com o fito de conduzir o crescimento econômico do país. Mesmo atualmente, quando o GFS começa a consolidar-se como autoridade estatal, ainda há desafios de monta a serem superados antes que o Governo somali possa fazer uso de políticas macroeconômicas eficientes. Vale mencionar, a esse respeito, que a Somália chegou a ser considerada o país mais afetado pela corrupção no mundo, pela última pesquisa conduzida pela ONG Transparência Internacional, publicada em dezembro de 2013.

Por outro lado, a delicada situação securitária do país ainda alimenta a perpetuação de condições humanitárias extremamente desfavoráveis e ameaça o desenvolvimento sustentado do país.

Ao lado do conflito, a vulnerabilidade da produção somali aos recorrentes períodos de secas também figura entre os fatores que afligem a situação humanitária no país. Mais de 70% da população economicamente ativa dedica-se à agricultura, ao pastoreio e, em menor medida, à pesca, o que torna o bom desempenho da economia somali altamente dependente das condições climáticas. Em 2011, quando a Somália foi afetada por seca bastante severa, houve forte declínio da produção nacional de alimentos, mobilizando grande esforço de ajuda humanitária por parte da comunidade internacional.

Há, contudo, expectativas de que, conforme mais áreas sejam liberadas do controle do Al-Shabaab e passem à esfera de autoridade do GFS, também sejam criadas maiores condições para que a Somália possa perseguir o caminho do seu desenvolvimento.

Alguns desenvolvimentos recentes apontam para moderado otimismo com relação a um possível gradual renascimento econômico da Somália. A esse respeito, vale citar que, em abril de 2013, o Fundo Monetário Internacional

(FMI) reconheceu o GFS, revertendo quadro de interrupção de relações que já durava 22 anos. Apesar da instabilidade política, o setor de telecomunicações tem crescido significativamente na Somália durante os últimos anos. Outra importante fonte de renda para a economia do país são as remessas de expatriados somalis, cujo número deverá atingir a marca de um bilhão de dólares (20% do PIB), devido notadamente a melhorias na tecnologia de transferência de recursos.

A Somália possui, ademais, a mais extensa costa do continente africano, com cerca de 3 mil quilômetros e, especula-se, com valiosos recursos minerais, como petróleo e gás. Em agosto de 2013, o GFS assinou seu primeiro acordo na área de exploração do petróleo, por meio do qual um grupo britânico (o Soma Oil & Gas) encarregou-se de conduzir pesquisa sísmica no território somali e em sua plataforma continental. Contudo, em setembro do mesmo ano, a Genel Energy, uma companhia turco-britânica que tinha a expectativa de começar a explorar petróleo na Somalilândia, em meados de 2014, interrompeu suas atividades, alegando deterioração da situação de segurança no país.

No que concerne ao comércio exterior, a Somália é ainda país de pouca expressividade, apesar de sua localização estratégica para os fluxos mundiais de comércio. Animais vivos (espécies ovina, caprina e bovina) foram o principal grupo de produtos da pauta das exportações da Somália, representando 59,4% do total, em 2013. Do lado das importações, destacam-se farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio (21,2%), açúcar refinado (14,9%) e arroz (7,5%). Em 2013, as vendas somalis foram direcionadas em grande parte aos países da Ásia, que absorveram 94,3% do total em 2013. Individualmente, Omã foi o principal destino das vendas do país com 59,7% do total em 2013, seguido da Índia (21%); China (8,6%) e Paquistão (3,3%). O Brasil posicionou-se no 6º lugar entre os compradores da Somália, com 1,1% do total, a frente de outros importantes consumidores mundiais, como é o caso dos EUA. Os países asiáticos são também os principais abastecedores do mercado somali, respondendo por 85,3% do total das compras somalis em 2013. Individualmente, Omã foi também o principal fornecedor de bens para a Somália, com 32,2% do total. Seguiram-se: Índia (18,9%); China (13,4%); Paquistão (6,4%); e Turquia (5,9%). O Brasil posicionou-se no 10º lugar entre os fornecedores do mercado somali, com 2,1% do total, devido, principalmente, às exportações de cana-de-açúcar.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2.000 a.C.	Civilização Punt; estabelecimento de cidades-estados de vocação comercial e marítima.
Sécs. XIII-XVI	Estabelecimento de sultanatos e repúblicas (p. ex.,

	Mogadíscio, Warsangali, Ifat, Adal, Ajuran, Merca, Brava) que, vistos em conjunto, compunham o atual território da Somália.
Sécs. XVII-XIX	Compunham o atual território os sultanatos de Bari, de Warsangali, de Geledi, o Estado Dervixe, entre outros reinos.
1920	Vitória contra o Estado Dervixe e colonização do território somali. Estabelecimento da Somalilândia Britânica, a norte, e da Somalilândia Italiana, a sudeste.
1960	Independência de ambos os protetorados, que pouco depois se unem para formar a República Somali.
1969	Golpe de estado, capitaneado pelo general Mohamed Siad Barre, que declara a República Democrática da Somália.
1991	Siad Barre é deposto por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos; início da guerra civil; fragmentação do Estado somali; território da Somalilândia, ao norte, autodeclara-se independente.
1992	Criação da UNOSOM I, primeira missão da ONU na Somália.
1995	Dissolução da UNOSOM II e retirada das forças de paz da ONU.
2000	Estabelecimento do Governo Nacional de Transição (TNG), após reunião de lideranças somalis em Djibuti.
2004	Estabelecimento após reunião em Nairóbi, e em substituição ao TNG, do Governo Federal de Transição, reconhecido internacionalmente como o governo da Somália.
2007	Intervenção da AMISOM, missão de paz promovida pela União Africana em território somali.
2011	A capital Mogadíscio é inteiramente liberada das milícias do Al-Shabaab.
2012	Fim do Governo Transicional; inauguração do Governo Federal da Somália, reconhecido internacionalmente como o governo do país; aprovação de uma constituição provisória; eleição indireta do atual presidente somali, Hassan Sheikh Mohamud.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Abertura de Embaixada brasileira junto à Somália, cumulativa com o Quênia.
2004	A Embaixada do Brasil no Cairo assume a representação não

	residente junto à Somália.
2005/mai	O Ministro do Exterior somali, Abdullahi Ismail, representou seu país na I Cúpula ASPA, realizada em Brasília.
2012/fev	O Brasil participou da Conferência de Londres sobre a Somália.
2012/jun	O Brasil participou da Conferência de Istambul sobre a Somália.
2013/dez	A Somália designou Enviado Especial da Somália para Brasil, Argentina e Venezuela.

ATOS BILATERAIS

Não há registros de atos internacionais estabelecidos ou em negociação entre Brasil e Somália.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

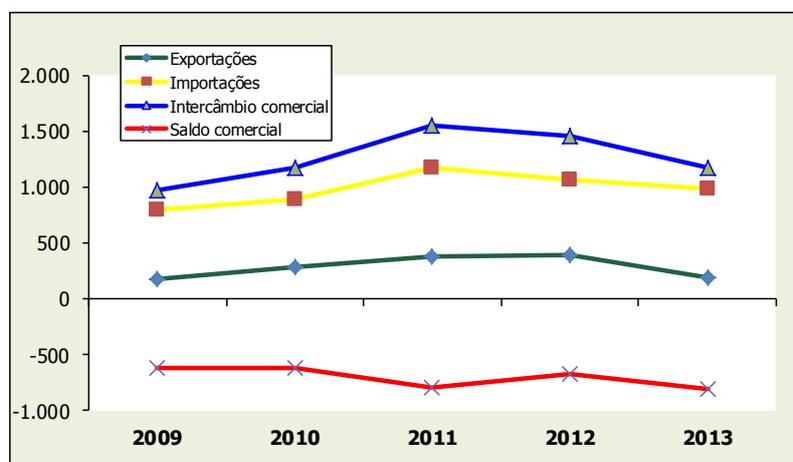
Evolução do comércio exterior⁽¹⁾ US\$ milhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	174	796	970	-621
2010	281	892	1.173	-611
2011	381	1.169	1.551	-788
2012	399	1.065	1.464	-666
2013	189	993	1.182	-804
Var. % 2009-2013	8,4%	24,8%	21,9%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado.



O comércio exterior da Somália apresentou, em 2013, crescimento de 21,9% em relação a 2009, de US\$ 970 milhões para US\$ 1,18 bilhão. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Somália figurou como o 176º mercado mundial, sendo o 183º exportador e o 173º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário, no período sob análise, totalizando em 2013 saldo negativo de US\$ 804 milhões.

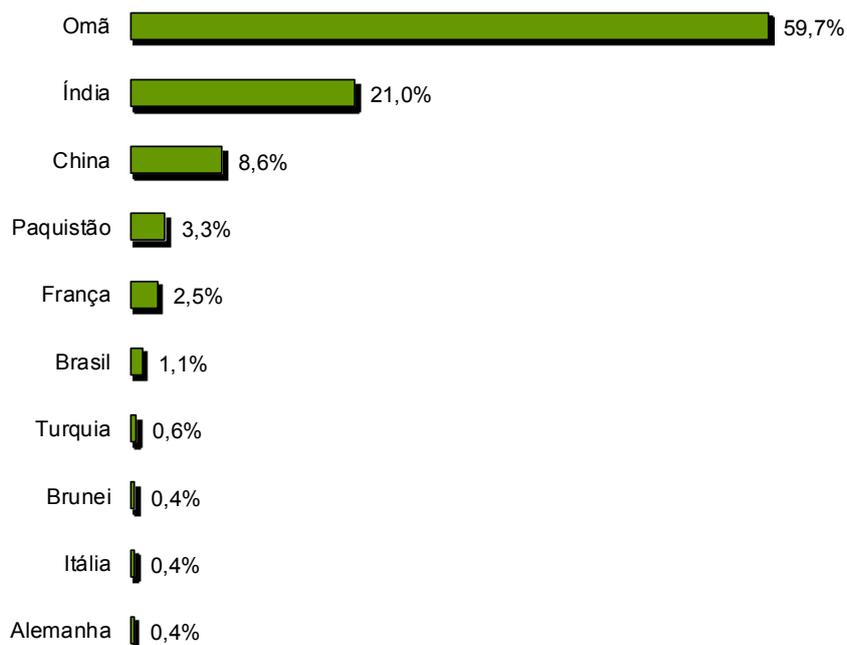
Direção das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
Omã	112,97	59,7%
Índia	39,77	21,0%
China	16,27	8,6%
Paquistão	6,25	3,3%
França	4,78	2,5%
Brasil	2,090	1,1%
Turquia	1,05	0,6%
Brunei	0,81	0,4%
Itália	0,71	0,4%
Alemanha	0,69	0,4%
Subtotal	185,39	98,0%
Outros países	3,83	2,0%
Total	189,22	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



As vendas somalis foram direcionadas em grande parte aos países da Ásia, que absorveram 94,3% do total em 2013. Individualmente, Omã foi o principal destino das vendas do país com 59,7% do total em 2013, seguido da Índia (21%); China (8,6%) e Paquistão (3,3%). O Brasil posicionou-se no 6º lugar entre os compradores da Somália, com 1,1% do total.

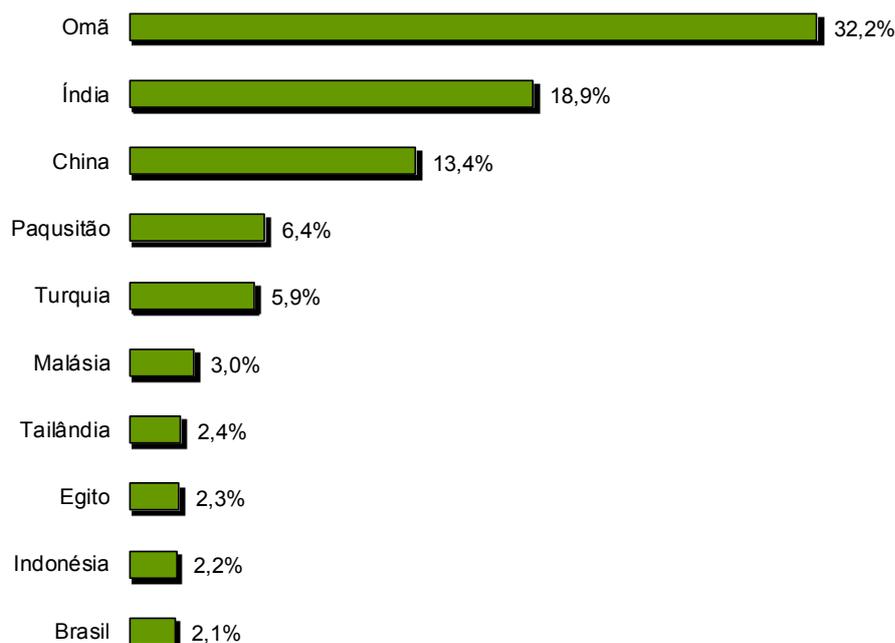
Origem das Importações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
Omã	320,27	32,2%
Índia	188,02	18,9%
China	133,46	13,4%
Paquistão	63,26	6,4%
Turquia	58,32	5,9%
Malásia	30,14	3,0%
Tailândia	24,01	2,4%
Egito	23,18	2,3%
Indonésia	22,08	2,2%
Brasil	21,248	2,1%
Subtotal	883,98	89,0%
Outros países	109,26	11,0%
Total	993,24	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



Os países asiáticos são os principais abastecedores do mercado somali. Em 2013, somaram 85,3% do total. Individualmente, Omã foi também o principal fornecedor de bens para a Somália, com 32,2% do total. Seguiram-se: Índia (18,9%); China (13,4%); Paquistão (6,4%); e Turquia (5,9%). O Brasil posicionou-se no 10º lugar entre os fornecedores do mercado somali, com 2,1% do total.

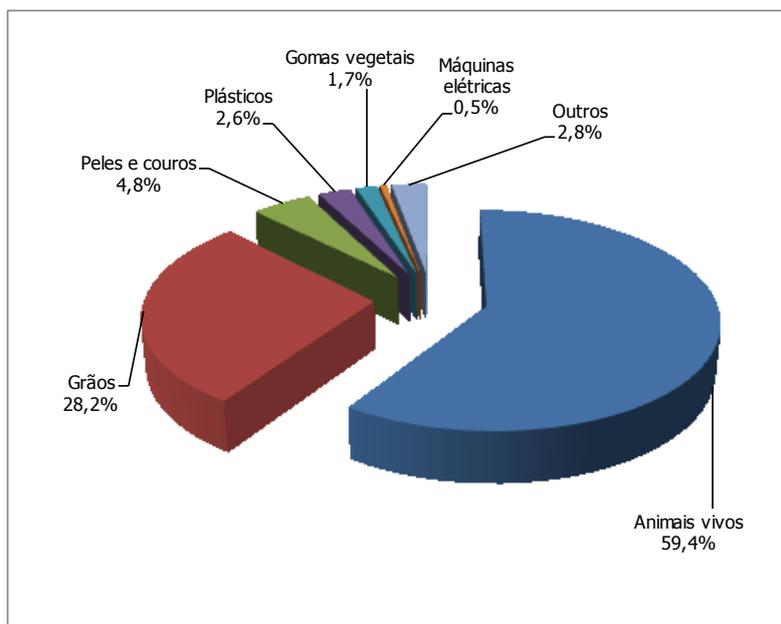
Composição das exportações US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
Animais vivos	112,37	59,4%
Grãos	53,27	28,2%
Peles e couros	9,16	4,8%
Plásticos	4,90	2,6%
Gomas vegetais	3,21	1,7%
Máquinas elétricas	0,95	0,5%
Subtotal	183,84	97,2%
Outros	5,37	2,8%
Total	189,22	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



Animais vivos (espécies ovina, caprina e bovina) foram o principal grupo de produtos da pauta das exportações da Somália. Em 2013 representaram 59,4% do total das vendas do país. Seguiram-se: grãos (outras sementes e frutos oleaginosos, mesmo triturados) com 28,2%; peles (outras peles e couros, em bruto, secos ou salgados e em bruto de bovinos e caprinos) com 4,8%.

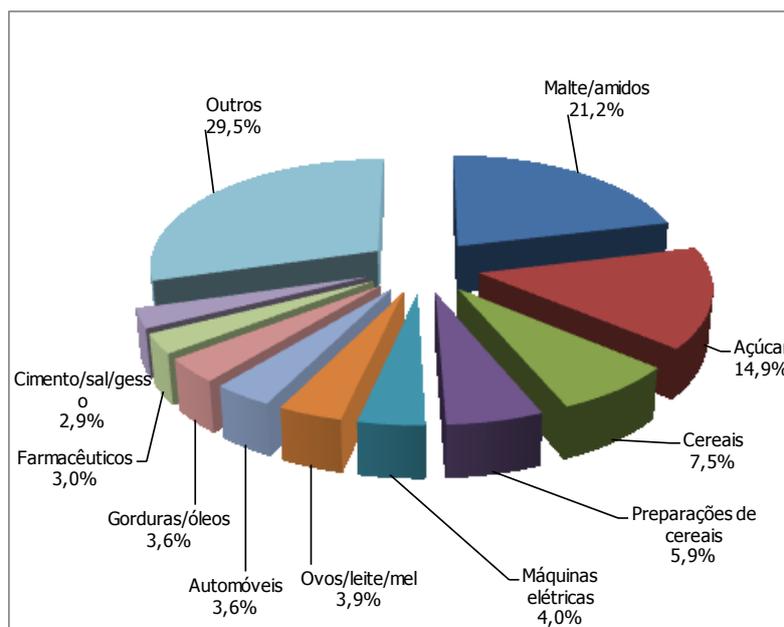
**Composição das importações
US\$ milhões**

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
Malte/amidos	210,78	21,2%
Açúcar	148,24	14,9%
Cereais	74,40	7,5%
Preparações de cereais	58,23	5,9%
Máquinas elétricas	39,92	4,0%
Ovos/leite/mel	38,60	3,9%
Automóveis	36,00	3,6%
Gorduras/óleos	35,86	3,6%
Farmacêuticos	29,36	3,0%
Cimento/sal/gesso	28,68	2,9%
Subtotal	700,05	70,5%
Outros	293,19	29,5%
Total	993,24	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



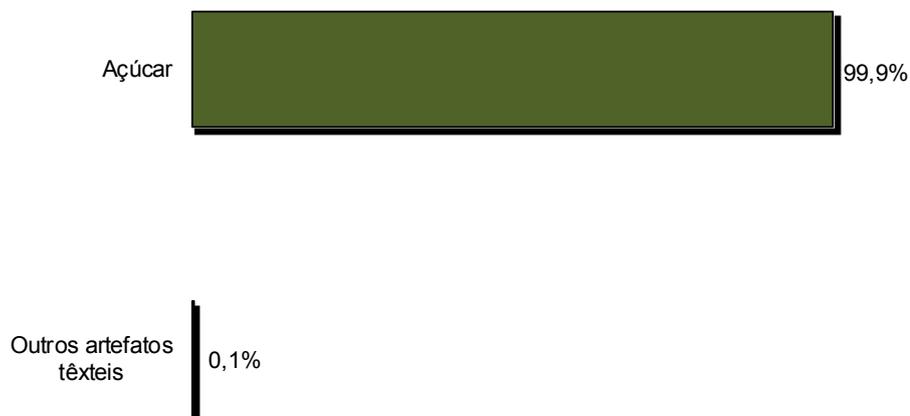
A pauta das importações da Somália apresentou-se concentrada em dois grupos de produtos: malte/amido e açúcar. Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio foram os principais produtos importados pelo país e representaram 21,2% do total das compras somalis. Seguiram-se: açúcar refinado com 14,9%; cereais (arroz) com 7,5%; preparações de cereais (massas alimentícias e cuscuz) com 5,9%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, pilhas e baterias de pilhas, elétricas, grupos eletrogêneos e conversores rotativos elétricos) com 4%.

Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Açúcar	6.482	11.749	21.235	99,9%
Outros artefatos têxteis	5	8	13	0,1%
Subtotal	6.487	11.757	21.248	100,0%
Outros produtos	0	0	0	0,0%
Total	6.487	11.757	21.248	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



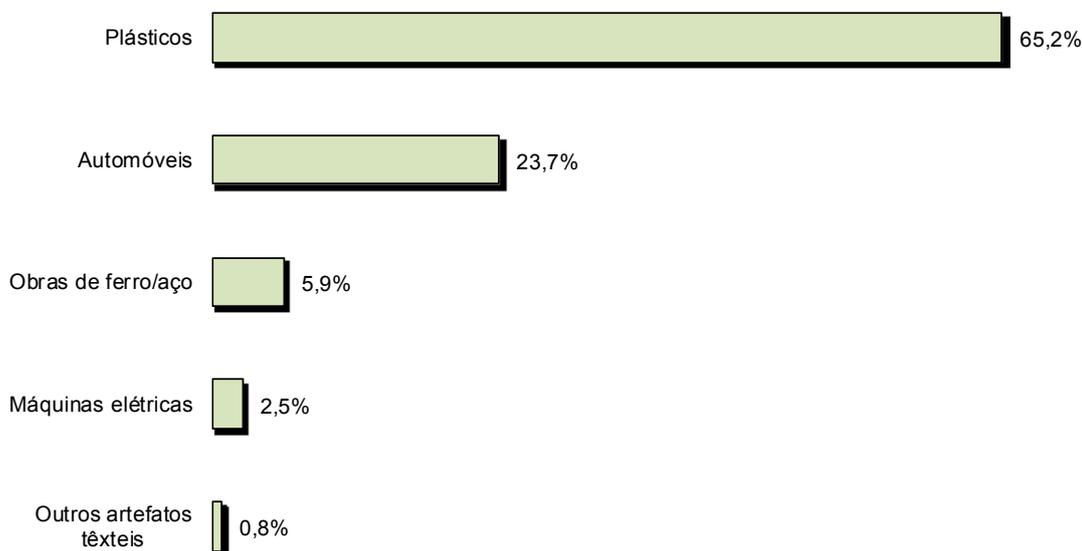
Açúcar refinado foi o principal produto brasileiro exportado para a Somália em 2013, representando 99,9% do total das vendas àquele país.

**Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob**

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Plásticos	0	372	1.363	65,2%
Automóveis	0	198	496	23,7%
Obras de ferro/aço	0	40	124	5,9%
Máquinas elétricas	0	43	53	2,5%
Outros artefatos têxteis	0	0	17	0,8%
Subtotal	0	654	2.052	98,2%
Outros produtos	0	2.453	38	1,8%
Total	0	3.107	2.090	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Plásticos (polímeros acrílicos) foram os principais produtos importados pelo Brasil, originários da Somália em 2013 e representaram 65,2% do total das compras daquele país. Seguiram-se: automóveis (partes e acessórios de carroçarias para veículos automóveis e para tratores) com 23,7%; obras de ferro/aço (5,9%).

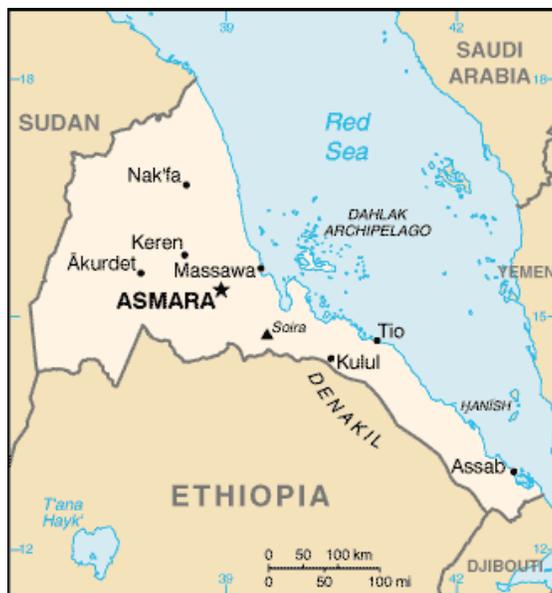
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Açúcar	21.235	99,9%	0	100,0%	
Subtotal	21.235	99,9%	0	100,0%	
Outros produtos	13	0,1%	0	0,0%	
Total	21.248	100,0%	0	100,0%	

					Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
Importações					
Automóveis	224,5	23,7%	45,9	86,6%	
Obras de ferro/aço	54,7	5,8%	7,1	13,4%	
Plásticos	647,1	68,4%	0,0	0,0%	
Subtotal	926,3	98,0%	53,0	100,0%	
Outros produtos	19,4	2,0%	0,0	0,0%	
Total	945,6	100,0%	53,0	100,0%	

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ERITREIA



**Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2014**

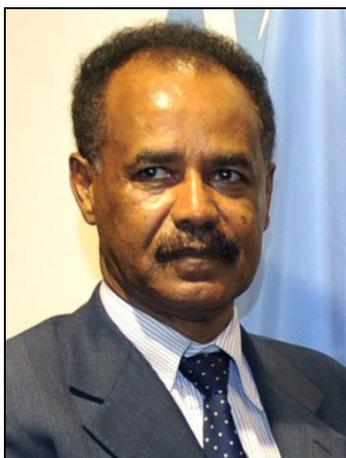
DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Estado da Eritreia
CAPITAL	Asmara
ÁREA	117.600 km ²
POPULAÇÃO	6,5 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Tigrínia, árabe e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo Ortodoxo Eritreu (57,7%), Catolicismo (4,6%), Islamismo Sunita (36,2%), outras (1,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista unipartidária
PODER LEGISLATIVO	Unicameral; Assembleia Nacional Legislativa (<i>Hagerawi Baito</i>)
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Presidente Isaias Afewerki (desde 24 mai. 1993; <i>de facto</i> , 27 abr. 1991)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Osman Saleh Mohammed (desde 18 abr. 2007)
PIB nominal	US\$ 3,4 bilhões (Brasil: US\$ 2,2 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2013)	US\$ 4,47 bilhões (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
PIB nominal per capita (FMI, 2013)	US\$ 544,3 (Brasil: US\$ 11.300)
PIB PPP per capita (FMI, 2013)	US\$ 706,9 (Brasil: US\$ 12.200)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2013)	1,3% (2013); 7% (2012); 8,7% (2011); 2,2% (2010); 3,9% (2009); -9,8% (2008); 1,4% (2007)
IDH (PNUD, 2012)	0,351 (baixo; 181º na classificação)
EXPECTATIVA DE VIDA (2012)	62,2 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2011)	68,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2012)	7,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Nakfa
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há registro de brasileiros residindo na Eritreia

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL => ERITREIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (mai)
Intercâmbio	0,03	8,94	7,43	9,15	4,26	29,25	20,82	10,55	21,68	9,52	0,07
Exportações	0,03	8,94	7,39	9,14	4,25	29,24	20,81	10,55	21,50	9,51	0,05
Importações	—	—	0,04	0,01	0,007	0,009	0,01	—	0,18	0,01	0,01
Saldo	0,03	8,94	7,35	9,13	4,25	29,23	20,80	10,55	21,32	9,5	0,04

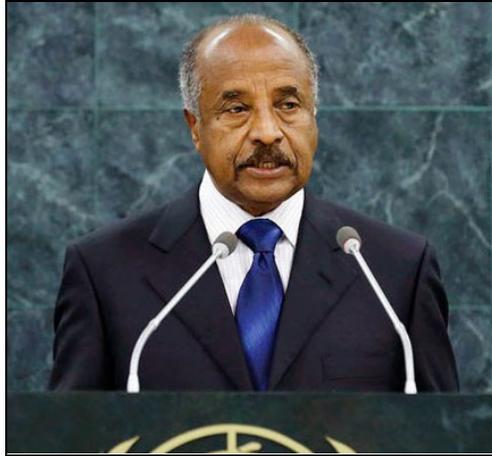
PERFIS BIOGRÁFICOS

ISAIAS AFEWERKI Presidente



Isaias Afewerki foi designado presidente da Eritreia independente em 1993, pelo Parlamento. Eleições democráticas estavam previstas para 1997, mas nunca se realizaram. Seu partido, a Frente Popular para a Democracia e Justiça (FPDJ, em inglês), é o único com permissão para operar no país. Nascido em 1946 em Asmara, Afewerki juntou-se à Frente para Libertação da Eritreia (ELF, em inglês) em 1966 e recebeu treinamento militar na China. Em 1970, ajudou a fundar a Frente Popular para Libertação da Eritreia (EPLF, em inglês), na qual se tornou Secretário-Geral em 1987.

OSMAN SALEH MOHAMMED
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Osman Saleh Mohammed nasceu em 1948. Graduou-se Bacharel em Ciências pela Universidade Hailé Selassié I, em Adis Abeba. Por quatro anos, foi Diretor das escolas de refugiados da Frente de Libertação da Eritreia, estabelecidas no Sudão. De 1987 a 1992, foi Comissário para os Refugiados Eritreus. Desde 1993, é membro do Diretório Executivo da Frente Popular pela Democracia e Justiça (FPDJ, em inglês) e membro da Assembleia Nacional da Eritreia. Por seu reconhecido envolvimento em projetos educacionais, foi o primeiro Ministro da Educação da história da Eritreia, cargo que exerceu de 1993 até 2007, quando assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Relações políticas

O relacionamento entre Brasil e Eritreia é ainda tênue. Nos últimos anos, a Eritreia empreendeu alguns esforços de aproximação bilateral por meio do envio de visitantes de alto nível a Brasília e da tentativa de intensificação de contatos em foros multilaterais. Os esforços do Governo eritreu foram pautados, sobretudo, pelo desejo de fazer valer, junto ao Brasil, suas teses e posições relativas a conflitos e desentendimentos com os países vizinhos (Etiópia e Djibuti), bem como de sensibilizar o Governo brasileiro sobre a visão eritreia relativa ao regime de sanções imposto ao país pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a partir de 2009.

Nesse contexto, em fevereiro de 2010, o Ministro das Minas e Energia da Eritreia, Ahmed Haji, visitou o Brasil na condição de portador de carta do Presidente Isaias Afwerki ao Presidente Lula. Tratou-se da primeira visita de uma autoridade eritreia de alto nível ao Brasil. O foco da visita foi, sobretudo, a abordagem da questão das sanções adotadas pelo CSNU contra o país.

Em maio do mesmo ano, o Ministro da Agricultura eritreu, Arefaine Behre, participou, em Brasília, do "Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural". Em julho de 2011, o Ministro Behre retornou ao Brasil, ocasião em que apresentou à Embaixadora Vera Machado, então Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos-I, e ao Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, interino, do Itamaraty a posição eritreia com relação à situação na região do Chifre da África e ao regime de sanções imposto ao país pelo CSNU. O Ministro Behre também manteve encontros com o então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, e com o então Diretor-Executivo da Embrapa, Silvio Crestana, ocasiões em que foram discutidas possíveis iniciativas de cooperação bilateral na área agrícola.

Do ponto de vista brasileiro, somente o diálogo construtivo e o entendimento político entre os países do Chifre da África poderão criar as condições para a paz e o desenvolvimento duradouros. O Brasil sempre estimulou o diálogo entre todos os países da região, inclusive sua participação em discussões no âmbito do CSNU. Embora atento às acusações do Grupo de Monitoramento para Somália e Eritreia, do CSNU, o Brasil procurou evitar que as sanções propostas contra a Eritreia pudessem ter impacto negativo sobre a situação humanitária no

país.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há registro de brasileiros residentes na Eritreia. Tampouco existe uma rede de Consulados Honorários do Brasil no país. Os assuntos consulares pertinentes à Eritreia são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo, que exerce por cumulatividade a função de Embaixada do Brasil para Eritreia.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil à Eritreia.

POLÍTICA INTERNA

A Eritreia foi colônia italiana de 1889 a 1943, quando o seu território passou a ser administrado pelo Império Britânico após a derrota da Itália na II Guerra Mundial. Em 1952, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou resolução que previa a criação de uma Federação entre a Etiópia e a Eritreia, com base nos vínculos históricos, culturais e econômicos existentes entre os dois territórios. A resolução, que seria implementada no mesmo ano de sua adoção, contou à época com o patrocínio dos EUA e do Reino Unido, que visavam compensar a Etiópia por sua colaboração com os aliados durante a II Guerra e, sobretudo, sustar avanços da URSS sobre a estratégica região do Chifre da África.

A Federação entre Etiópia e Eritreia foi contestada desde o início por grupos opositores eritreus, para os quais a resolução da AGNU não correspondia aos anseios de autodeterminação do povo da Eritreia. Em 1962, após ordenar o fechamento do Parlamento eritreu, o Imperador etíope Hailé Selassié anexou unilateralmente o território da Eritreia. Inicia-se, a partir de então, conflito armado pela independência da Eritreia, capitaneado pelos integrantes da Frente de Liberação da Eritreia (ELF, no acrônimo em inglês), movimento fundado por expatriados eritreus residentes no Cairo, em 1960.

A guerra pela independência da Eritreia perduraria mesmo após a deposição do Imperador Hailé Selassié em 1974. O “Derg” (junta militar de ideologia marxista liderada por Mengistu Hailé Mariam) intensificaria a repressão aos independentistas eritreus ao longo dos anos 1970 e 1980.

Em 1972, divergências entre as lideranças da ELF levaram à criação da Frente de Liberação do Povo Eritreu (EPLF, no acrônimo em inglês). Os anos seguintes seriam marcados por sucessivos enfrentamentos entre as duas facções pelo comando da resistência contra a ocupação etíope. Apenas ao final dos anos 1970, a EPLF, liderada pelo atual Presidente Isaias Afewerki, lograria impor a sua supremacia sobre os demais grupos armados da Eritreia.

O fim da ditadura de Mengistu, em 1991, abriu caminho para o estabelecimento de negociações de paz entre a Eritreia e a Etiópia, com o firme apoio dos EUA. Como resultado, realizou-se em 1993, sob os auspícios das Nações Unidas, referendo em que a esmagadora maioria da população da Eritreia (99,83%) votou a favor da independência do país. Naquele mesmo ano, a Eritreia declarou a sua independência. A EPLF, facção dominante no país, liderou os trabalhos de convocação da Assembleia Nacional e reconfigurou-se como partido político de modo a acomodar novos segmentos da sociedade eritreia, passando então a denominar-se Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ, no acrônimo em inglês). Em maio de 1993, Isaias Afewerki foi designado Presidente da Eritreia pela Assembleia Nacional.

Nos anos seguintes, a PFDJ ampliaria o seu controle sobre o Estado eritreu e se firmaria como o único partido político legal do país. Em 1997, uma Constituição, que previa inclusive a adoção do pluralismo político, foi aprovada pela Assembleia, sem contanto ter sido implementada até os dias de hoje. As eleições nacionais, previstas para aquele mesmo ano, não chegaram a realizar-se, tendo sido, na ocasião, adiadas para 2001.

A delicada conjuntura externa e o caráter incipiente das instituições do país concorreram para que o Presidente Isaias Afewerki, à frente da PFDJ, consolidasse progressivamente o seu poder em detrimento da Assembleia Nacional. Após desastrosa guerra de fronteira com a Etiópia de 1998 a 2000, o Estado eritreu, segundo centros de análise e ONGs internacionais, passou a intervir cada vez mais na vida pública e privada de seus cidadãos, restringindo as liberdades individuais e religiosas e impondo estrita censura sobre a mídia. Em 2001, as eleições nacionais foram adiadas indefinidamente. Segundo a imprensa internacional, em setembro do mesmo ano, 11 membros da PFDJ e doze jornalistas foram presos por criticarem a política do Presidente Afewerki com relação ao conflito com a Etiópia.

Diante dos eventos que abalaram, desde 2011, a Tunísia, a Líbia e o Egito, pode-se afirmar que o cenário político interno na Eritreia é relativamente estável. Invocando a necessidade de união nacional frente aos inimigos externos (Etiópia e Djibuti, em particular), o Presidente Afewerki segue reforçando a sua posição, concentrando poder em suas mãos por meio do fortalecimento das forças

armadas e do aparato de segurança do Estado, bem como pela repressão a dissidências dentro da própria PFDJ e em meio aos diversos segmentos da sociedade eritreia, religiosos, étnicos e tribais.

Apesar de todo o controle por parte do PFDJ, insatisfações começam, contudo, a brotar nos setores castrenses e em outras camadas da sociedade. Segundo analistas, a possibilidade de mudança do regime tem aumentado, sobretudo após uma rebelião dos soldados na capital Asmara, em janeiro de 2013. Depois de tomarem o Ministério da Informação, soldados demandaram a soltura dos presos políticos e a implementação da Constituição de 1997. Esse evento foi precedido por uma série de acontecimentos, cobertos pela mídia internacional em 2012, os quais também revelaram a fragilidade relativa do regime. Esses eventos incluíram a defecção de autoridades e o pedido de asilo da seleção eritrea de futebol em Uganda. É consenso entre analistas que todos esses eventos constituem indicativo de que o regime eritreu poderá apresentar crescentes divisões políticas e sociais ao longo da presente década.

A proteção aos Direitos Humanos no país foi novamente criticada durante a revisão periódica feita, em 2014, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, segundo relatório anual da referida instituição. Muitos indivíduos contrários à situação na Eritreia foram expulsos do território nacional ou permanecem detidos. Atuam no exterior dois grupos de oposição ao regime: o Partido Democrático, composto principalmente por eritreus emigrados residentes na Europa e nos EUA e contrário à interferência da Etiópia na política eritreia; e a Aliança Nacional Eritreia, com sede em Adis Abeba, formada por eritreus que residem na Etiópia e em geral afinados com posições do governo etíope.

PODER LEGISLATIVO

O Legislativo eritreu é unicameral e formado por um só partido. Os membros da Assembleia Nacional (150) são eleitos por sufrágio universal, para mandato de 5 anos. Em maio de 1997, em seguimento à adoção da nova Constituição, apenas 75 dos 150 membros da Assembleia de Transição foram eleitos. A Constituição estabelece que, uma vez passado o estágio de transição, todos os membros do Legislativo serão eleitos pelo voto secreto e direto. As eleições previstas para 2001, no entanto, foram adiadas indefinidamente até a presente data.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Eritreia é ainda hoje dominada pelas disputas territoriais com a Etiópia e o Djibuti e pela sua atuação nas Nações Unidas (ONU) e outros foros multilaterais com o objetivo de abrandar o regime de sanções imposto ao país.

Com a independência da Eritreia, Asmara e Adis Abeba passaram a manter relacionamento amigável, motivados pela interdependência econômica, chegando inclusive a manter uma moeda comum. Em 1997, a Eritreia decidiu adotar moeda própria, o nafka. Essa medida aumentou consideravelmente os custos das transações comerciais etíopes com o país vizinho, em especial no tocante à utilização do porto eritreu de Assab, principal ponto de escoamento do comércio externo etíope à época. As tensões na esfera econômica levaram à rápida deterioração do relacionamento bilateral. Em maio de 1998, os dois países entraram em guerra, deflagrada por disputa pelo controle da localidade fronteiriça de Badme. Não obstante a formação de comissão conjunta etíope-eritreia para a demarcação da fronteira e os esforços de mediação dos EUA e de Ruanda, a situação degenerou em conflito armado, com o deslocamento de tropas eritreias para a região.

O Acordo de Argel, assinado no ano 2000, e saudado pela comunidade internacional, inclusive pelo Brasil e África Sul, que emitiram Declaração Conjunta naquele mesmo mês, logrou estabelecer cessar-fogo entre Asmara e Adis Abeba, possibilitando a criação, em julho daquele ano, da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE), responsável por monitorar o cessar-fogo e demarcar os limites da fronteira comum. Em 2003, a comissão encarregada pela ONU pela demarcação de fronteiras ("Eritrean-Ethiopian Boundary Commission") apresentou os seus trabalhos finais à Corte Internacional de Justiça, que emitiu parecer favorável à Eritreia. A Etiópia, contudo, não implementou a decisão final da Corte, o que levou a Eritreia a obstruir os trabalhos da UNMEE, exigindo o realocamento das forças de paz no seu território. Diante da animosidade e da falta de cooperação com as forças da UNMEE, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) encerrou o mandato da Missão em julho de 2008. A Etiópia alega aceitar "incondicionalmente" o veredito da Comissão, mas exige discussão prévia de aspectos conexos à implementação da decisão arbitral.

Ambos os países se acusam mutuamente de apoiar forças rebeldes ou de oposição em seu território. A Eritreia acusa a Etiópia de apoiar a Frente de Libertação Eritreia (ELF, no acrônimo em inglês) e Aliança das Forças Nacionais Eritreias (ENPA, no acrônimo em inglês). A Etiópia, por sua vez, acusa a Eritreia de apoiar a Frente de Libertação de Oromo (OLF, no acrônimo em inglês), que tem lutado pela autonomia da região étnica Omoro no Sul da Etiópia, e o Al-Shabaab na Somália, como maneira de desestabilizar a região etíope de Ogaden, na fronteira com a Somália.

Em janeiro de 2011, a Etiópia voltou a acusar Asmara de ter apoiado a Frente de Libertação de Oromo (OLF) a preparar ataque terrorista frustrado durante Reunião de Cúpula da União Africana, em Adis Abeba. As acusações etíopes encontraram respaldo em relatório do Grupo de Monitoramento para Somália e Eritreia do CSNU.

Nova tentativa catari de iniciar conversações entre Etiópia e Eritreia, em 2013, não surtiu efeito, uma vez que a Eritreia impõe como condição para encetar o diálogo a remoção das tropas etíopes do território em disputa. O Presidente do Sudão, Al Bashir, iniciou conversas indiretas entre os dois países, mas, até o momento, não apresentou avanços significativos das tratativas.

O outro vizinho eritreu, o Djibuti, rompeu relações com a Eritreia após o início do conflito com a Etiópia (1998), mas as restabeleceu em 2000, com a assinatura do Acordo de Argel. Entre 2004 e 2006, houve uma aproximação entre os dois países, consubstanciada na assinatura de acordos políticos, econômicos e militares. O relacionamento bilateral, contudo, voltaria a sofrer forte revés em abril de 2008, quando ressurgiram as tensões de fronteira entre a Etiópia e Eritreia, e o Djibuti acusou tropas eritreias de violarem seu território. A Eritreia mantém com o país vizinho disputa de fronteira relativa à região de Ras Doumeira, alvo de ataque militar eritreu em junho de 2008.

A escalada do conflito fronteiro levou o CSNU a adotar a Resolução 1892 (2009), cujas demandas principais eram: a retirada de tropas eritreias de território djibutiense; reconhecimento da própria existência de disputa fronteira; e o engajamento em diálogo para solucionar o impasse. Em 2010, Djibuti e Eritreia assinaram acordo permitindo a mediação do Catar. Resultado imediato da oferta de mediação de Doha foi a retirada das tropas eritreias que controlavam parte do território djibutiano. Uma força de observação do Catar está encarregada de monitorar a fronteira entre os países.

Alega-se que a Eritreia venha apoiando nos últimos anos facções rebeldes na Somália e que tenha abrigado líderes insurgentes somalis após a invasão da Somália pela Etiópia em 2006. As seguidas denúncias de apoio aos insurgentes somalis levaram à imposição de sanções à Eritreia pelo CSNU, em 2009 (Resolução 1907) e 2011 (Resolução 2023), e debilitaram as relações do país com Washington, que o incluiu em sua lista de países apoiadores do terrorismo internacional. A Resolução 2023 (2011), que exige dos Estados "vigilância" em negócios com o setor de mineração do país em que seus nacionais estejam envolvidos, levou em conta o potencial dos recursos do setor minerador eritreu no apoio a grupos cujas ações desestabilizam o Chifre da África, como o Al-Shabaab e o OLF.

Desde janeiro de 2010, o Presidente Isaias Afwerki tem encaminhado

cartas à Presidência do CSNU solicitando que as acusações contra seu país fossem examinadas por órgão independente e que as Resoluções sejam revogadas, "por não se basearem nos fatos ou no direito internacional". Apesar das missivas presidenciais, o último relatório anual do Grupo de Monitoramento da ONU para a Eritreia e Somália, publicado em julho de 2013, acusou a Eritreia de continuar a solapar a estabilidade na Somália ao dar apoio a elementos ligados ao grupo islamista Al-Shabab.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Eritreia é um dos países mais pobres do mundo, figurando em 181º lugar no ranking de desenvolvimento humano da ONU. A principal atividade econômica do país é a agricultura, que ocupa cerca de 80% da população economicamente ativa. O irregular regime de chuvas e os constantes conflitos armados têm prejudicado historicamente o desempenho do setor agrícola da Eritreia. Destarte, a insegurança alimentar constitui o principal problema socioeconômico do país.

Por outro lado, são promissoras as perspectivas de exploração de ouro e cobre das jazidas recém-descobertas no país. A produção comercial de cobre na mina de Bisha começou em 2013 e poderá atingir cerca de 100 milhões toneladas em 2014, enquanto a produção de ouro no projeto de Koka deve começar ainda neste ano. O crescimento do setor minerador deve ser sustentado, ademais, pelo contínuo desenvolvimento do projeto de Asmara, que deve produzir cobre, zinco e ouro em meados de 2015. A produção no projeto de Colluli, que contém, segundo estimativas, 194 milhões de toneladas de potássio, está prevista para começar em 2016. Além desses, outros investimentos e projetos são esperados no setor de mineração. Analistas avaliam que o crescimento desse setor provavelmente não será afetado pelas sanções impostas pelo CSNU em 2011, que não são suficientemente estritas para prejudicar o resultado.

O Governo eritreu aposta nas exportações de minerais como solução para o persistente e vultoso déficit nas contas externas do país, em momento em que as remessas enviadas por eritreus da diáspora (cerca de 850 mil emigrados dispersos pelo mundo), tradicionalmente fonte de divisas para o país, tem decrescido continuamente, devido, segundo analistas, à reprovação da comunidade eritreia residente no exterior ao regime da PFDJ. A Eritreia é altamente dependente das importações de máquinas, combustíveis e alimentos.

Além do déficit em transações correntes e da insegurança alimentar, que afeta cerca de 60% de sua população, a Eritreia enfrenta sérios desequilíbrios macroeconômicos, como a alta inflação e o endividamento interno e externo.

Está previsto um crescimento real do PIB da ordem de 8% em 2014 e

8,3% em 2015, capitaneado pela atividade no setor de mineração. O índice de inflação deve, contudo, continuar na casa dos dois dígitos, com média prevista de 13,3% em 2014-2015. Apesar do crescimento das exportações, notadamente de minerais, o déficit em conta corrente deverá situar-se em torno de 3,2% do PIB em 2014-2015. As importações do país e as remessas de valores de seus expatriados deverão apresentar no período tendência declinante.

Os orçamentos anuais não são publicados na Eritreia, o que impossibilita a avaliação precisa da política fiscal do país. O FMI estima, contudo, que a Eritreia sofra de déficits fiscais crônicos, desde a independência, com média de 18% do PIB entre 2000-2010. Esta situação levou a uma insustentável dívida pública, estimada pelo Fundo em 142% do PIB em 2009. Os altos gastos governamentais destinados ao setor de defesa, ao longo da última década, foram diminuindo consideravelmente a margem para a implementação de políticas de ajuste fiscal. Espera-se, contudo, um incremento da receita pública, em 2014-2015, impulsionado pelos novos projetos na área de mineração, acima referidos, os quais deverão beneficiar o governo por meio da coleta de impostos, além da participação direta nos investimentos.

Em fevereiro de 2013, o governo liberalizou o controle sobre as transações com moedas estrangeiras. Cidadãos eritreus e instituições governamentais podem, agora, abrir contas em moedas estrangeiras e realizar transações internacionais sem limites ou permissão prévia. As remessas e o câmbio de moedas estrangeiras, contudo, ainda devem ser feitos em bancos eritreus ou em instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do país.

A inflação cedeu de 17%, em 2012, para 13%, em 2013, em conjunção com a tendência internacional de queda dos preços das matérias primas. Os baixos preços internacionais de alimentos deve, nesse contexto, ajudar na contenção do processo inflacionário, mantendo a média da inflação eritreia entre 13% e 14% para o biênio 2014-2015, como acima referido.

A situação econômica da Eritreia é, em resumo, frágil. A política monetária tem sido largamente dirigida para acomodar os déficits fiscais, com emissão de moeda pelo Banco Central do país. Essa prática, por sua vez, tem minado a estabilidade dos preços. Contudo, ainda que não se esperem mudanças significativas desse cenário para 2014-2015, as novas atividades mineradoras que ganham alento no país poderão conferir ao governo maior liquidez e margem para uma política de ajustes.

Comércio Bilateral e Investimentos

Somente há registro de intercâmbio comercial entre os dois países a partir de 2002, ano em que foram registradas trocas de apenas US\$ 2,9 mil, graças,

unicamente, a exportações brasileiras.

O ano de 2005 testemunhou forte impulso nas relações comerciais bilaterais, com volume de comércio total de aproximadamente US\$ 9 milhões, em oposição aos US\$ 29 mil registrados em 2004. Somente em 2006 foram registradas as primeiras exportações eritreias, quando foram importados pelo Brasil US\$ 41,93 mil. No ano de 2009, a despeito dos efeitos adversos da crise financeira sobre o comércio mundial, houve expressivo crescimento das exportações brasileiras à Eritreia, que alcançaram a cifra recorde de US\$ 29,24 milhões. Nos anos de 2012 e 2013, as exportações brasileiras para a Eritreia apresentaram movimento declinante, atingindo 21,50 e 9,50 milhões, respectivamente.

As vendas de açúcar compõem a maior parte da pauta de exportação brasileira à Eritreia. Figuram, em segundo plano, vendas de peças para automóveis. Por sua vez, as modestas exportações eritreias compõem-se de peças de vestuário (camisas de algodão masculinas), aparelhos para filtragem de líquidos e material hemático hospitalar.

ANEXOS

Cronologia histórica

980 a. C.	Estabelecimento do Reino Damot, na região da atual Eritreia.
100	Estabelecimento do Império de Aksum.
1557-1577	O território é dividido entre o Império Otomano e o Sultanato de Awsa.
1865	Província egípcia de Habesh, herdada do Império Otomano.
1889	Colônia italiana, passa a se chamar Eritreia.
1943	Administração britânica.
1952	A Assembleia da ONU aprova a criação de uma Federação entre Etiópia e Eritreia.
1962	O imperador etíope Hailé Selassié anexa unilateralmente o território eritreu, precipitando o surgimento de movimentos de independência.
1991	Início das negociações de paz entre grupos armados eritreus e a Etiópia, com o apoio dos EUA.
1993	Independência da Eritreia, aprovada em referendo por 99,83% da população.
1997	Aprovação da nova Constituição pela Assembleia Nacional (não promulgada).

2001	As eleições nacionais, inicialmente previstas para 1997, foram adiadas indefinidamente.
2009	Eritreia sofre sanções e embargo de armas impostos pelo CSNU.
2010	Assinatura de acordo entre Djibuti e Eritreia põe fim ao conflito entre os dois países.
2013	Novo relatório anual do Grupo de Monitoramento do CSNU acusa a Eritreia de continuar a solapar a estabilidade na Somália ao dar apoio a elementos ligados ao grupo islamista Al-Shabaab.

Cronologia das relações bilaterais

1996	Brasil e Eritreia estabeleceram relações diplomáticas.
2006	Registradas as primeiras exportações eritreias ao Brasil.
2010	Visita ao Brasil do Ministro das Minas e Energia da Eritreia, Ahmed Haji, na condição de portador de carta do Presidente Isaias Afwerki ao Presidente Lula, em fevereiro.
2010	Ministro da Agricultura eritreu, Arefaine Behre, participa do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, em Brasília.
2011 -	Ministro Behre retorna ao Brasil, no mês de julho, e mantém encontros com a Senhora SGAP-I e o Senhor SGAP-III, interino, no Itamaraty, bem como seu homólogo no MAPA.
2012	Em fevereiro, o Embaixador do Brasil no Cairo apresentou credenciais ao Presidente Afwerki, as primeiras apresentadas por um Embaixador do Brasil na Eritreia.

ATOS BILATERAIS

Não há registros de acordos assinados entre o Brasil e a Eritreia.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

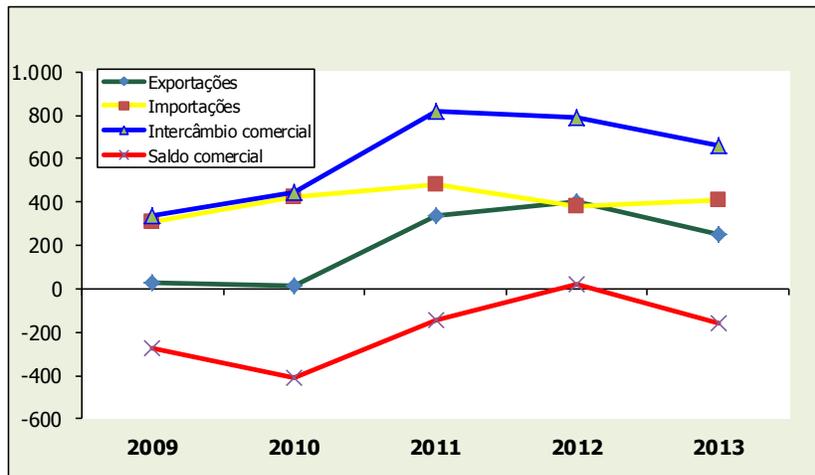
Evolução do comércio exterior⁽¹⁾
US\$ milhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	32,2	306,2	338,4	-274,0
2010	15,6	426,5	442,2	-410,9
2011	338,9	479,4	818,3	-140,6
2012	403,3	383,5	786,8	19,8
2013	253,6	410,5	664,1	-156,9
Var. % 2009-2013	687,5%	34,1%	96,3%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado.



O comércio exterior da Eritreia apresentou, em 2013, crescimento de 96,3% em relação a 2009, de US\$ 338,4 milhões para US\$ 664,1 milhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Eritreia figurou como o 189º mercado mundial, sendo o 174º exportador e o 189º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário, no período sob análise, exceto em 2012 e totalizou, em 2013, saldo negativo de US\$ 156,9 milhões.

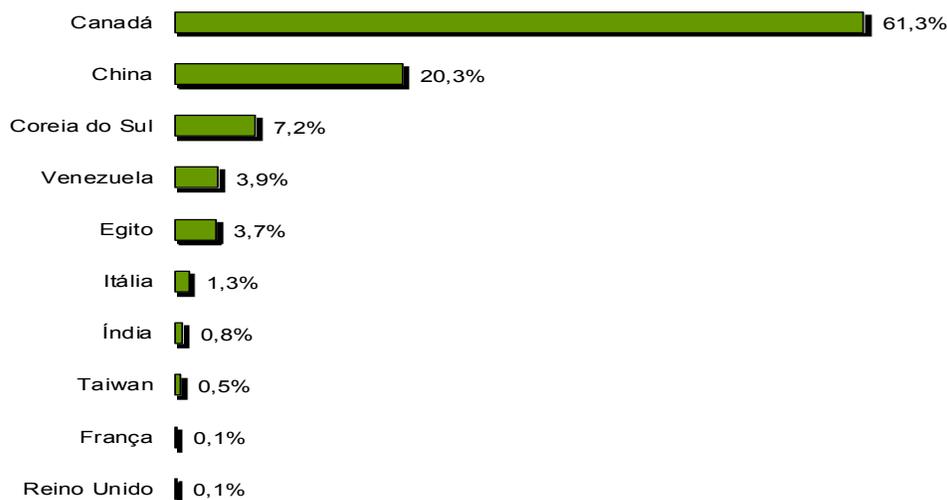
Direção das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
Canadá	155,48	61,3%
China	51,49	20,3%
Coreia do Sul	18,38	7,2%
Venezuela	10,00	3,9%
Egito	9,42	3,7%
Itália	3,29	1,3%
Índia	1,98	0,8%
Taiwan	1,38	0,5%
França	0,36	0,1%
Reino Unido	0,27	0,1%
...		
Brasil	0,009	0,0%
Subtotal	252,07	99,4%
Outros países	1,51	0,6%
Total	253,58	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



As vendas eritreias foram direcionadas em grande parte aos países do continente americano, que absorveram 65,3% do total em 2013; seguidos da Ásia com 29%. Individualmente, o Canadá foi o principal destino das vendas do país com 61,3% do total em 2013, seguida da China com 20,3%; da Coreia do Sul com 7,2%; e da Venezuela (3,9%). O Brasil posicionou-se no 34º lugar entre os compradores da Eritreia.

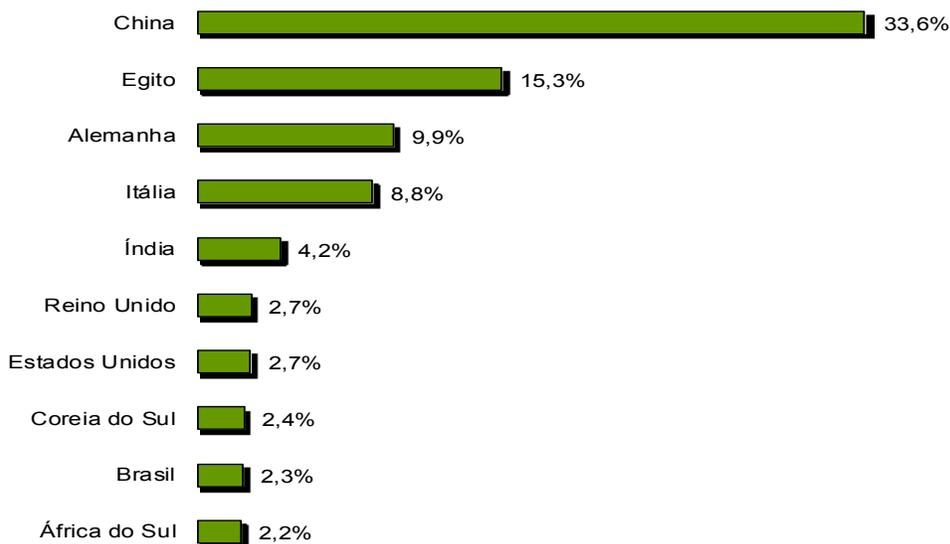
Origem das Importações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
China	137,96	33,6%
Egito	62,96	15,3%
Alemanha	40,61	9,9%
Itália	36,27	8,8%
Índia	17,23	4,2%
Reino Unido	11,16	2,7%
Estados Unidos	11,11	2,7%
Coreia do Sul	9,75	2,4%
Brasil	9,510	2,3%
África do Sul	9,10	2,2%
Subtotal	345,66	84,2%
Outros países	64,86	15,8%
Total	410,51	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



Os países asiáticos são os principais abastecedores do mercado eritreu. Em 2013, somaram 47,5% do total, seguidos da Europa com 28,9% e da África com 17,7%. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens para a Eritreia, com 33,6% do total. Seguiram-se: Egito (15,3%); Alemanha (9,9%); Itália (8,8%); Índia (4,2%). O Brasil posicionou-se no 9º lugar entre os principais fornecedores do mercado eritreu, com 2,3% do total.

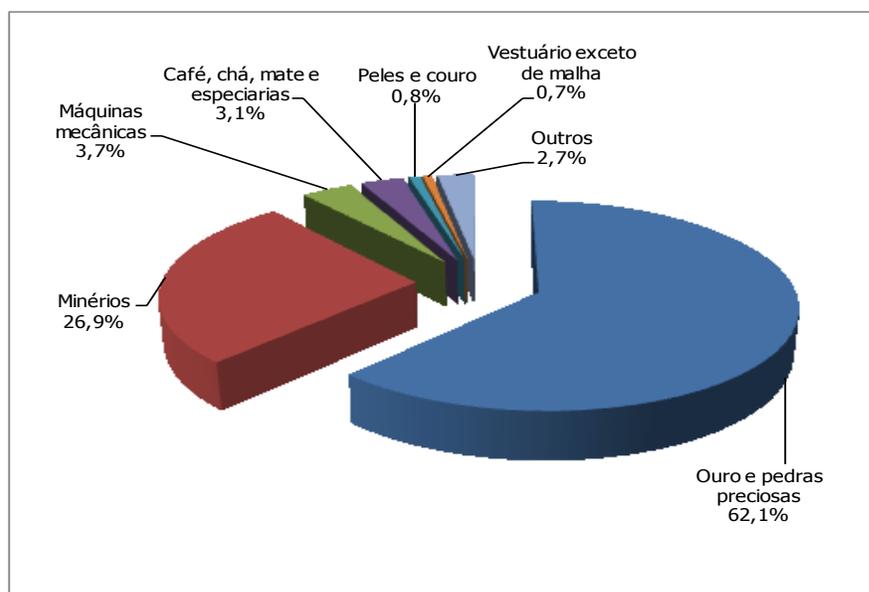
Composição das exportações US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	157,45	62,1%
Minérios	68,26	26,9%
Máquinas mecânicas	9,50	3,7%
Café, chá, mate e especiarias	7,82	3,1%
Peles e couro	2,06	0,8%
Vestuário exceto de malha	1,69	0,7%
Subtotal	246,77	97,3%
Outros	6,81	2,7%
Total	253,58	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



Ouro e pedras preciosas (ouro, prata e pedras preciosas e semi-preciosas) foram o principal grupo de produtos da pauta das exportações da Eritreia. Em 2013 representaram 62,1% do total. Seguiram-se: minérios (minérios de cobre) com 26,9%; máquinas mecânicas (torneiras e válvulas) com 3,7%.

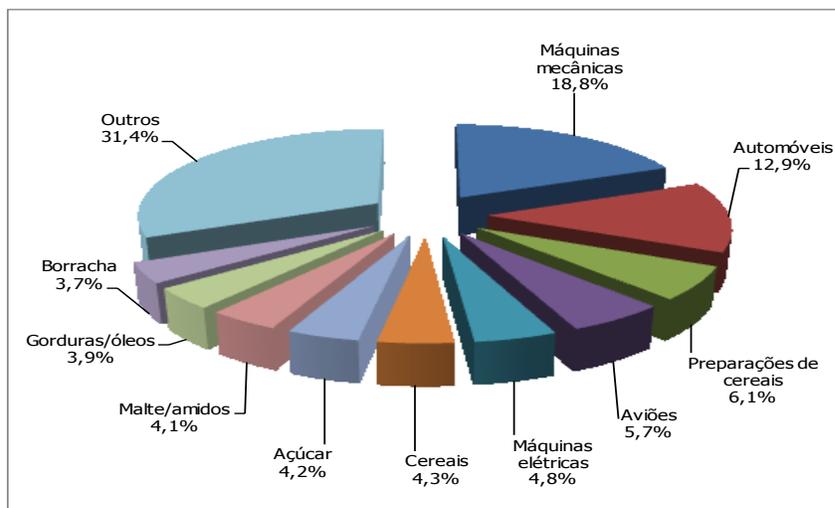
Composição das importações US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
Máquinas mecânicas	77,19	18,8%
Automóveis	52,98	12,9%
Preparações de cereais	25,21	6,1%
Aviões	23,60	5,7%
Máquinas elétricas	19,54	4,8%
Cereais	17,76	4,3%
Açúcar	17,08	4,2%
Malte/amidos	16,79	4,1%
Gorduras/óleos	16,12	3,9%
Borracha	15,36	3,7%
Subtotal	281,64	68,6%
Outros	128,88	31,4%
Total	410,51	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



A pauta das importações da Eritreia apresentou-se concentrada em produtos manufaturados.

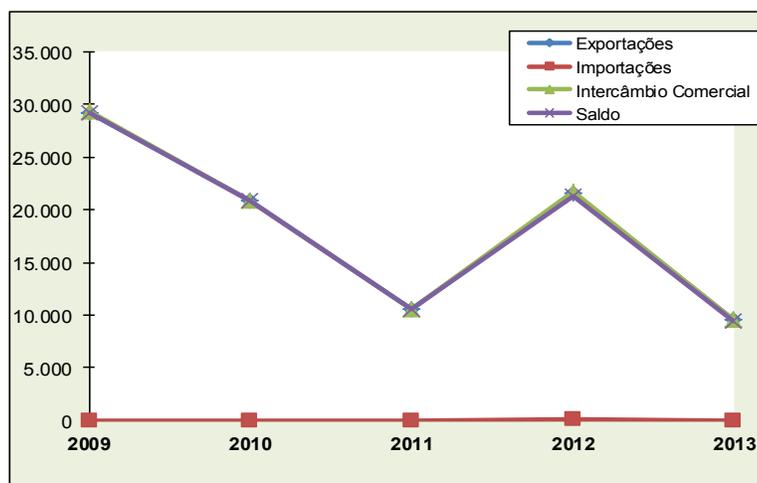
Em 2013, máquinas mecânicas (elevadores de carga, máquinas mecânicas com função própria, máquinas e aparelhos para selecionar, peneirar, separar, lavar, esmagar, moer, misturar ou amassar terras, pedras, minérios) foram os principais produtos importados e representaram 18,8% do total. Seguiram-se: automóveis (caminhões, carros de passeio, veículos de uso especial como ambulâncias e caminhões guindastes, automóveis para transporte público) com 12,9%; preparações de cereais (massas alimentícias e cuscuz) com 6,1%; aviões (helicópteros e suas partes) com 5,7%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2009	29.245	586,8%	9,0	26,9%	29.254	585,9%	29.236
2010	20.818	-28,8%	9,7	8,6%	20.828	-28,8%	20.808
2011	10.550	-49,3%	0,7	-92,3%	10.551	-49,3%	10.550
2012	21.502	103,8%	177,0	(+)	21.679	105,5%	21.325
2013	9.510	-55,8%	9,5	-94,6%	9.519	-56,1%	9.500
2013 (jan-abr)	48	-85,6%	1,4	100,0%	50	-85,1%	47
2014 (jan-abr)	57	17,4%	7,7	436,8%	64	29,4%	49
Var. % 2009-2013	-67,5%		5,9%		-67,5%		-67,5%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A Eritreia foi o 159º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu 67,5%, de US\$ 29,3 milhões para US\$ 9,5 milhões. Nesse período, as exportações reduziram-se 67,5% e as importações cresceram 5,9%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 9,5 milhões em 2013.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para a Eritreia são compostas somente por produtos manufaturados. Açúcar refinado foi o principal produto brasileiro exportado para o país em 2013.

Importações



Os produtos manufaturados representaram a totalidade das compras brasileiras provenientes da Eritreia. Em 2013, camisas de algodão de uso masculino foram as únicas importações.

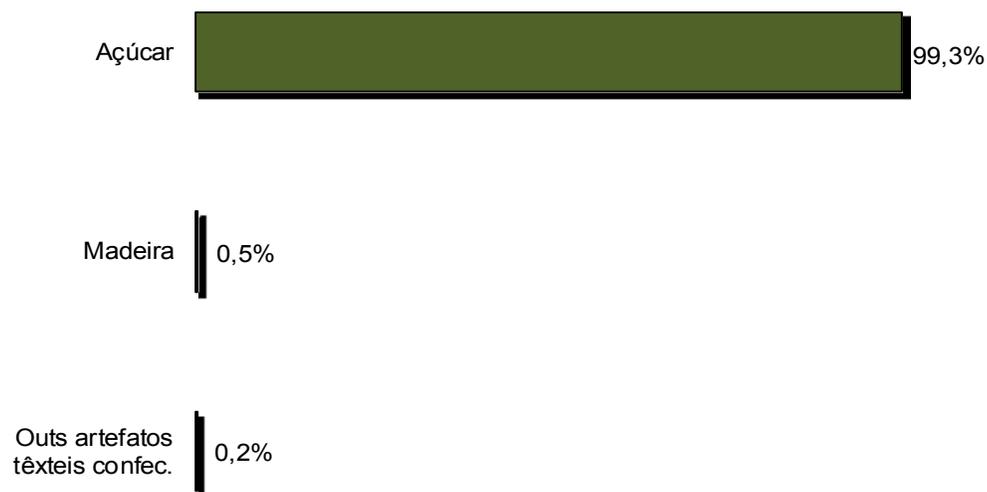
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

**Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob**

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Açúcar	10.535	21.141	9.440	99,3%
Madeira	0	0	48	0,5%
Outs artefatos têxteis confec.	4	16	21	0,2%
Subtotal	10.539	21.157	9.510	100,0%
Outros produtos	12	345	0	0,0%
Total	10.550	21.502	9.510	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



Açúcar refinado foi o principal produto brasileiro exportado para a Eritreia em 2013, representando 99,3% das vendas para àquele país.

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Vestuário exceto de malha	0,0	0,0	5,4	57,0%
Vestuário de malha	0,0	0,0	4,1	43,0%
Químicos orgânicos	0,0	177,0	0,0	0,0%
Máquinas mecânicas	0,7	0,0	0,0	0,0%
Subtotal	0,7	177,0	9,5	100,0%
Outros produtos	0,0	0,0	0,0	0,0%
Total	0,7	177,0	9,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



A pauta das importações brasileiras originárias da Eritreia concentrou-se em apenas um produto em 2013. Camisas de algodão de uso masculino representaram a totalidade das compras.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Máquinas mecânicas	0,0	0,0%	56,8	100,0%	
Subtotal	0,0	0,0%	56,8	100,0%	
Outros produtos	48,4	100,0%	0,0	0,0%	
Total	48,4	100,0%	56,8	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil					
Importações					
Vestuário exceto de malha	1,43	100,0%	7,68	100,0%	
Subtotal	1,43	100,0%	7,68	100,0%	
Outros produtos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Total	1,43	100,0%	7,68	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de África
Divisão da África III

EGITO



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2014

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Árabe do Egito
CAPITAL	Cairo
ÁREA	1.001.450 km ²
POPULAÇÃO	84,2 milhões
IDIOMA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (90%, maioria sunita, religião oficial); cristianismo Copta (9%)
SISTEMA DE GOVERNO	Semipresidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral; <i>Maglis Al-Nowwab</i> (Câmara dos Deputados); atualmente dissolvida.
CHEFE DE ESTADO	Abdel Fatah Al-Sissi (desde 8/6/2014)
CHEFE DE GOVERNO	Ibrahim Malab (desde 1/3/2014)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Nabil Fahmi (desde 16/7/2013)
PIB nominal	US\$ 271,4 bilhões (Brasil: US\$ 2,2 trilhões)
PIB PPP	US\$ 553,58 bilhões (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
PIB nominal per capita	US\$ 3.226 (Brasil: US\$ 11.300)
PIB PPP per capita	US\$ 6.578 (Brasil: US\$ 12.200)
VARIAÇÃO DO PIB	2,1% (2013); 2,2% (2012), 1,8% (2011); 5,1% (2010); 4,7% (2009); 7,2% (2008);
ÍNDICE DE DESENV. HUMANO (IDH)	0,662 (112 ^a posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	70,9 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	73,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	13,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Libra egípcia (1 dólar = E£ 6,9)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Hossameldin Mohamed Ibrahim Zaki (desde 19/11/2012)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	415 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL → EGITO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	657,11	899,35	1387,24	1291,14	1626,54	1531,76	2136,35	2968,75	2963,28	2477,87
Exportações	623,62	868,23	1349,48	1238,38	1408,63	1443,98	1967,53	2624,04	2711,86	2201,61
Importações	33,48	31,12	37,76	52,76	217,9	87,78	168,81	344,71	251,42	276,26

Saldo	590,13	837,11	1311,71	1185,61	1190,73	1356,2	1798,71	2279,33	2460,44	1925,35
-------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	---------	---------	---------	---------

PERFIS BIOGRÁFICOS

Abdel Fattah Al-Sissi Presidente da República



Abdel Fattah Al-Sissi nasceu no Cairo, em 1954. Militar de carreira, entrou para os quadros de infantaria, em 1977, depois de graduar-se na Academia Militar Egípcia. Comandou uma divisão mecanizada; foi Chefe de Segurança e Informação na Secretaria Geral do Ministério da Defesa; Comandante da Zona Militar do Norte; Chefe da Inteligência e Reconhecimento Militar.

Em 2012, foi promovido a general e nomeado Chefe das Forças Armadas e Ministro da Defesa e Produção Militar pelo então Presidente Mohamed Morsi. Entre junho e julho de 2013, foi figura importante nos eventos que levaram à destituição do então Chefe de Estado egípcio. Tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa, durante a presidência interina de Adly Mansour.

Em março de 2014, anunciou sua candidatura à presidência egípcia, após renunciar a todos os cargos de Estado. Foi eleito, em maio de 2013, Presidente do Egito, com 96,9% dos votos válidos, em pleito com taxa de comparecimento de 47% dos eleitores.

Ibrahim Mahlab Primeiro-Ministro



Ibrahim Mahlab nasceu em 1949, no Cairo. É formado em Engenharia Civil pela Universidade do Cairo. Mahlab iniciou, em 1974, sua carreira na "Arab Contractors Company", um dos maiores conglomerados empresariais egípcios, atuante na área de construção civil. Em 2001, tornou-se Presidente do Conselho Diretor da companhia, tendo permanecido no cargo até setembro de 2012.

No âmbito político, Mahlab foi membro atuante do Partido Nacional Democrático (PND), partido do ex-presidente Hosni Mubarak. Em 2010, foi indicado pelo Governo como membro do Conselho Shura, câmara alta do legislativo egípcio, que foi dissolvida após a renúncia do Presidente Mubarak, em fevereiro de 2011.

Em julho de 2013, Mahlab retomou sua carreira política. Foi nomeado Ministro da Habitação do Governo interino formado após a destituição do Presidente Morsi. Em fevereiro de 2014, foi convidado pelo Presidente Interino, Adly Mansour, a assumir o cargo de Primeiro-Ministro e formar novo Governo. Após a eleição do Presidente Al-Sissi, em maio de 2014, foi confirmado no cargo.

Sameh Shoukri
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Sameh Shoukri nasceu em 20 de outubro de 1952, no Cairo. Graduou-se, em 1975, em Direito, pela Universidade Ein Shams.

Diplomata de carreira, Shoukri acumulou, em mais de 30 anos de serviço, vasta experiência. Juntou-se aos quadros da Chancelaria egípcia em 1976, tendo servido em Londres, Buenos Aires, e Nova Iorque. Em 1994, tornou-se Diretor do Departamento de Estados Unidos e Canadá. No ano seguinte, foi nomeado pelo então Presidente Hosni Mubarak Secretário de Informação e Seguimento, diretamente vinculado à Presidência egípcia. Em 1999, foi designado Embaixador em Viena e junto às Organizações Internacionais sediadas na Áustria, permanecendo no posto até 2003.

Em 2004, tornou-se Ministro Assistente dos Negócios Estrangeiros. No ano seguinte, foi nomeado Representante Permanente do Egito junto à Organização das Nações Unidas em Genebra. Em 2008, foi designado Embaixador em Washington, tendo permanecido no cargo até sua aposentadoria, em 2012.

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito em 16/6/2014, no contexto da formação de novo gabinete por ocasião da eleição do Presidente Abdel Fattah Al-Sissi.

RELAÇÕES BILATERAIS

A importância geopolítica do Egito e sua forte influência política e cultural no mundo árabe, onde ocupa posição central e apresenta a população mais numerosa, tornam o país um interlocutor político incontornável do Brasil. As relações bilaterais, estabelecidas em 1924, tomaram corpo a partir da instauração da República no Egito, em 1953. Em 1955, o país árabe liderou a criação do Movimento dos Não-Alinhados, organismo do qual o Brasil é membro observador até hoje.

Em 1956, o Brasil participou da primeira missão de paz da ONU, a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), desdobrada para a região do Sinai para assegurar o armistício entre Egito e Israel em 1956.

A partir da década de 1960, os dois países passaram a estabelecer importante arcabouço jurídico o qual balizou tanto as trocas de visitas de Chanceleres como a paulatina intensificação da cooperação, do diálogo político bilateral e do relacionamento econômico-comercial. Nesse contexto, Brasil e Egito firmaram, em 1960, Acordo Cultural, que entraria em vigor em 1964; trocaram visitas de Chanceleres a partir de 1972; assinaram Acordo Comercial e Acordo de Cooperação Técnica e Científica em 1973; e estabeleceram a Comissão Mista Brasileiro-Egípcia e Memorando de Entendimento sobre Turismo.

Durante a década de 1980, o Egito foi um dos primeiros países a importar a aeronave Tucano, produzida pela Embraer. Posteriormente, o avião brasileiro passou a ser produzido sob licença no Egito, transformando-se na primeira experiência da empresa brasileira na montagem de aeronaves no exterior.

Ao longo dos anos 1990, o comércio avançou de US\$ 177 milhões (1990) para cerca US\$ 380 milhões em 2001.

Histórico recente

A viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Cairo, em dezembro de 2003, elevou a novo patamar as relações Brasil-Egito. Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Egito desde a viagem de D. Pedro II ao Oriente Médio, 127 anos antes. Por ocasião da visita do Presidente Lula, foi criado o Mecanismo de Consultas Políticas, ativado em 2004. Foi ainda assinado acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço.

Esse movimento de aproximação persistiu ao longo da década e as relações entre os dois países registraram forte impulso no campo econômico-comercial, a despeito da crise financeira global iniciada em 2008 e da Revolução

Egípcia de 2011. O comércio bilateral com o Egito saltou de US\$ 410 mil, em 2002, para a cifra recorde de US\$ 2,9 bilhões, em 2011. Desde 2009, o país desponta como o principal destino das exportações brasileiras à África, e tem abrigado importantes investimentos brasileiros no continente, em especial nos setores de cimento e autopeças.

Em julho de 2009, o então Chanceler Aboul Gheit realizou visita ao Brasil, marcada pela assinatura de dois instrumentos bilaterais: Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre Academias Diplomáticas e Memorando de Entendimento para Promoção de Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África.

Em reconhecimento à importância do Egito em sua região, foi inaugurado, durante visita do Chanceler Amorim ao Cairo, em dezembro de 2009, Mecanismo de Diálogo Estratégico entre os dois países. Atualmente, o Brasil possui o referido mecanismo no continente apenas com outros dois parceiros africanos: a Argélia e a Nigéria (com a África do Sul e com Angola, o Brasil possui parcerias estratégicas). Ainda por ocasião da visita do Chanceler Amorim, foram celebrados Memorandos de Entendimentos sobre cooperação esportiva e sobre cooperação entre academias diplomáticas.

Em março de 2010, o então Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Miguel Jorge, desenvolveu extensa agenda de encontros em visita ao Egito, que incluíram, além de seu homólogo, os Ministros da Habitação, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano, dos Transportes, da Agricultura, e dos Negócios Estrangeiros.

Em agosto de 2010, o Ministro do Comércio Exterior e Indústria do Egito realizou visita à Argentina e Brasil, acompanhado de delegação de empresários egípcios. A sua participação na Cúpula do Mercosul em San Juan propiciou a assinatura do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito. O Acordo prevê a liberalização de parcela substancial do comércio bilateral em prazo de dez anos. O país árabe tornou-se o segundo parceiro extrarregional a assinar ALC com o Mercosul, após Israel.

O Egito depositou instrumento de ratificação do ALC em janeiro de 2013. Pelo lado brasileiro, o texto do Acordo foi encaminhado, por mensagem presidencial, para análise Congresso, em maio de 2013 (MSC 201/2013). Em junho de 2013, o texto foi encaminhado às Comissões de Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul; Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Até o momento, o texto ainda não foi aprovado em nenhuma das comissões.

Relações com o Egito pós-2011

Ao longo do período de intensas manifestações populares contra o ex-Presidente Mubarak, iniciadas em janeiro de 2011, o Governo brasileiro

pronunciou-se em favor do diálogo político, do respeito à liberdade de expressão dos manifestantes, bem como da necessidade de atendimento às legítimas demandas da população.

Em caráter emergencial, o Governo brasileiro respondeu positivamente ao apelo humanitário feito pelo ACNUR, em março de 2011, destinado a beneficiar os refugiados e solicitantes de asilo no Egito e na Tunísia, provenientes das zonas conflagradas pelo conflito na Líbia. A contribuição brasileira para as atividades do ACNUR no Egito foi de US\$ 150 mil.

Em maio de 2011, em manifestação de solidariedade para com o povo egípcio, o Ministro Antonio Patriota visitou o Cairo, com o objetivo de reafirmar a disposição brasileira em contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país em momento crucial de sua história. A visita constituiu oportunidade para reiterar ao Governo egípcio a importância e expectativa atribuídas ao relacionamento bilateral. Na ocasião, o então Chanceler brasileiro avistou-se com diversas autoridades e personalidades locais, entre as quais o então Chanceler Nabil Al-Arabi e o então Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes (LEA), Amr Moussa.

Em seguimento à visita do Ministro Patriota, em outubro de 2011, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviou missão técnica ao Egito, que identificou as áreas de agricultura, saúde (transplante de fígado), meio ambiente, gestão de resíduos sólidos e políticas de desenvolvimento social como prioritárias para possíveis projetos de cooperação técnica com país. A missão da ABC inaugurou nova frente de expansão no relacionamento bilateral, uma vez que, até 2011, não havia projetos de cooperação técnica em execução ou em negociação com o Egito. A implementação de projetos nas áreas identificadas pela ABC tem-se ressentido, contudo, das limitações orçamentárias por que passa aquela Agência, bem como da instabilidade política no Egito, desde 2013.

Momento mais importante das relações bilaterais, no período recente, foi a visita do Presidente Mohamed Morsi ao Brasil, em maio de 2013. A visita revestiu-se de forte significado político. Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado egípcio ao País. Brasil e Egito puderam intercambiar, na ocasião, visões sobre temas, relevantes da agenda internacional. O comunicado conjunto, emitido, na ocasião, pelos Presidentes dos dois países, expressou a coincidência de posições em temas como a necessidade de retirada de Israel do território palestino ocupado, a solução política e não-militar para o conflito sírio e a necessidade de maior engajamento para a promoção do desarmamento nuclear, entre outros temas.

A pedido do mandatário estrangeiro, o programa da visita privilegiou a cooperação e a troca de conhecimentos na área de políticas públicas sociais. A bem-sucedida experiência brasileira no combate à pobreza, na última década, tem chamado a atenção das autoridades egípcias, uma vez que demandas por justiça social estiveram no centro dos protestos populares ocorridos no país nos últimos

anos (estima-se que cerca de 40% dos egípcios vivam abaixo da linha da pobreza). O Governo egípcio encontra-se, ademais, diante do desafio de promover transição do regime de subsídios a alimentos e combustíveis, apontados frequentemente, como principal causa do elevado déficit público do país, para regime de transferência direta de renda que privilegie a parcela mais pobre da população.

Em sua visita ao Brasil, Morsi participou, em Brasília, de "briefing" sobre as principais políticas sociais brasileiras, apresentado pela Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. O tema constituiu, igualmente, um dos principais pontos abordados durante o encontro do mandatário egípcio com a Senhora Presidenta da República.

Ainda durante a visita, foram assinados Memorando de Entendimento na área de Desenvolvimento Social e na área de Desenvolvimento Agrário. Esses acordos poderão orientar futuros programas, projetos, atividades e ações no campo da erradicação da fome e da pobreza, bem como na área de segurança alimentar. Foi também firmado novo Acordo de Cooperação Técnica, que, uma vez em vigor, deverá substituir Acordo anterior, de 1973.

O Governo brasileiro, igualmente manifestou, na ocasião, a intenção de desenvolver com o Egito projeto que conjugue objetivos de promoção da segurança alimentar e da agricultura familiar, nos moldes do Programa "PAA-África – Purchase from Africans for Africa", desenvolvido em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos.

A instabilidade política que se seguiu à destituição do Presidente Morsi, dois meses após a realização de sua visita ao Brasil, bem como as restrições orçamentárias por que tem passado o Governo brasileiro, não permitiram, até o momento, avanço significativo na implementação dos compromissos alcançados durante a visita. Mais recentemente, o Governo egípcio tem reafirmado sua disposição de retomar negociações para a formulação e execução de projetos de cooperação na área social, os quais, uma vez implementados, deverão beneficiar diretamente a população egípcia.

Destituição do Presidente Morsi

Após a destituição do Presidente Morsi, em julho de 2013, o Governo brasileiro manifestou preocupação com a gravidade da situação no Egito e conclamou as partes ao diálogo para a retomada do processo democrático com a participação de todo o espectro político do país. O Brasil condenou os episódios de violência contra a população civil ocorridos em julho e agosto no Egito e defendeu a responsabilidade primária do Governo interino pela proteção de civis.

Vale ressaltar, contudo, que durante o auge da crise política interna egípcia, o Brasil sempre manteve seu Embaixador no Cairo, a exemplo da grande

maioria dos países, e preservou a via do diálogo com o Governo egípcio.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira é atendida pelo Setor Consular da Embaixada no Cairo. Não há consulados honorários.

Estima-se que haja 415 brasileiros residentes no país, todos em situação migratória regular. Não há registro de brasileiros presos atualmente. Não foram registradas vítimas brasileiras dos episódios de violência relacionados às manifestações que vêm ocorrendo no país desde julho de 2013.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano do Egito.

POLÍTICA INTERNA

A deposição do Rei Farouk, em julho de 1952, pelo Movimento dos Oficiais Livres (MOL), grupo de 94 oficiais das Forças Armadas egípcias, e a subsequente abolição do regime monárquico, em junho de 1953, são apontados como o início da história do Egito republicano.

Ao assumir o poder, o novo Governo liderado pelos jovens oficiais tomou medidas para universalizar o acesso a serviços públicos, bem como deu início à reforma agrária no país. Entre os membros do MOL despontava a figura do Coronel Gamal Abdel Nasser, que passou a assumir crescente papel de liderança no Governo provisório. Em janeiro de 1956, após a promulgação de nova Constituição, Nasser tornou-se o primeiro Presidente do país. Estabeleceu-se, na ocasião, regime de partido único, a União Nacional.

O estabelecimento da união entre Egito e Síria, entre 1958 e 1961, fez com que Nasser ocupasse a Presidência da República Árabe Unida (RAU). Após sua dissolução, o Presidente egípcio aprofundou reformas nacionalistas e socializantes, ampliando a reforma agrária e o domínio do Estado sobre a economia. Nova Constituição foi elaborada, em 1964, bem como nova agremiação política de caráter único, a União Socialista Árabe (USA).

Após a morte de Nasser, em 1970, o Governo de Anwar Sadat, também expoente do MOL, conduziu processo de abertura econômica controlada, intitulado "Política das Portas Abertas", o que permitiu maior aproximação com o Ocidente. Em 1978, Sadat dissolveu a USA e criou, em seu lugar, o Partido Nacional Democrático (PND), que constituiu a base de sustentação do Governo no Parlamento egípcio. O Presidente egípcio igualmente instituiu o multipartidarismo no país.

Mais importante realização de seu mandato, contudo, foi a recuperação

da Península do Sinai, em 1973. A retomada do território possibilitou o início de negociações para o estabelecimento da paz com Israel e a consolidação as fronteiras egípcias na região do Sinai. Seu mandato, contudo, terminou com o seu assassinato, em 1981, por radicais contrários à paz com Israel.

Em seu lugar, assumiu o então Vice-Presidente, Hosni Mubarak, que seria reeleito por sucessivas vezes para mandatos de 6 anos, tendo sido o governante egípcio que mais tempo permaneceu no poder desde Mohamed Ali, ainda no século XIX. O mandatário amparava-se em forte aparato político-burocrático e de segurança, pelos quais exercia vigilância sobre a sociedade civil, bem como nas "Leis de Emergência", em vigor no país desde o assassinato de Sadat.

No plano econômico, Mubarak foi apoiado por parte do grande empresariado egípcio que se beneficiou da continuidade do programa de reformas liberalizantes iniciadas por Sadat. Durante a década de 1990, essas medidas, calcadas na privatização de empresas públicas e na abertura da economia ao capital estrangeiro, possibilitaram ao país crescer sucessivamente a taxas de 4 a 5% ao ano. No plano social, contudo, a concentração de renda, o desemprego e o alto crescimento populacional, principalmente nas grandes cidades, deterioraram as condições de vida da população. De modo a conter focos de tensão popular, foram ampliadas as políticas de subsídios aos bens e serviços básicos, a custo de persistentes déficits orçamentários.

Nos anos 2000, com vistas a acomodar tensões latentes no PND, e em virtude de pressões por maior abertura democrática, Mubarak optou por empreender reformas políticas pontuais. Nesse contexto, realizaram-se eleições legislativas e presidenciais em 2005. O pleito presidencial foi o primeiro de caráter multipartidário no país desde 1952, e levou à reeleição de Mubarak. No pleito legislativo, por sua vez, os membros da Irmandade Muçulmana (IM) – organização islâmica criada em 1928 e proscrita por Nasser em 1954 –, concorrendo como candidatos independentes, conquistaram significativo número de assentos no Parlamento (88 de 454). À época, analistas já apontavam que novos ares democráticos poderiam levar à participação mais ativa da IM na vida política do país.

A Revolução de 2011

No último mandato de Mubarak, as contradições internas e as fraturas do regime intensificaram-se. Notou-se novo período de fechamento e repressão política.

As eleições legislativas de 2010, cujo segundo turno foi boicotado pela oposição, resultaram em vitória do PND (o partido obteve mais de 80% dos assentos em disputa). Esses resultados, obtidos por sistema eleitoral pouco transparente e inclusivo, refletiram a determinação do regime em exercer controle completo sobre a sucessão presidencial, prevista para 2011.

O comparecimento às urnas de apenas 10% dos eleitores, segundo estimativas independentes, indicou, por sua vez, a forte desmobilização popular advinda da percepção de impotência, diante dos limites e restrições legais, bem como das medidas repressoras adotadas pelo regime. Em suma, as eleições de 2010 refletiam o retrocesso político no país, em relação ao ensaio de abertura de meados da década, e a total incapacidade de renovação do sistema a partir de si mesmo.

Nesse quadro, os protestos populares na Tunísia, em janeiro de 2011, que culminaram com a queda de Ben Ali, serviram de estopim para a eclosão da insatisfação popular latente no Egito. Aproveitando-se do momentum criado pelos levantes na Tunísia e da crescente comoção popular, jovens de classe média articulados em torno do Movimento 6 de Abril, exaltado grupo de discussão baseado em mídia social, passaram a convocar protestos de rua com o objetivo de exigir abertura e renovação política.

A persistência dos protestos, que se intensificavam exponencialmente, apesar da repressão por parte das forças de segurança, a eclosão de greves e a resistência de Mubarak em renunciar minaram o apoio dos círculos empresariais e políticos próximos ao Presidente. Para os militares, a situação havia-se tornado insustentável, pois a única possibilidade de manutenção de Mubarak na presidência implicaria em aumentar a repressão contra os manifestantes, com a possibilidade de defecções entre os militares e de possível conflito civil. As Forças Armadas, ademais, em função do papel desempenhado na emancipação do país e das guerras com Israel, historicamente gozavam de imenso prestígio junto à população, o qual corria o risco de desgastar-se rapidamente no caso da escalada de um conflito social.

Em fevereiro de 2011, sob forte pressão popular e dos círculos militares, Mubarak finalmente anunciou a sua renúncia, inaugurando novo período na história do Egito moderno. Assumiu o poder o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA), presidido pelo Marechal Mohamed Hussein Tantawi, Comandante-Geral das Forças Armadas Egípcias e Ministro da Defesa de Mubarak desde 1991. A permanência do poder em mãos do CSFA assegurou aos militares a manutenção de seu papel histórico de guardião do Estado egípcio.

O Governo do CSFA

O CSFA, em seguida, anunciou a suspensão da Constituição e a dissolução do Parlamento. O conselho militar também informou que permaneceria no poder até a convocação de novas eleições presidenciais, que seriam precedidas por referendo sobre reforma constitucional. Os militares reiteraram ainda o compromisso com todos os tratados e acordos internacionais, com vistas a reassegurar Israel e os EUA de que os acordos de Camp David (1978) e a paz com Israel (1979) não seriam revistos.

Em março de 2011, os eleitores egípcios aprovaram, por 77% dos votos

válidos, referendo sobre emendas constitucionais que permitiriam a realização de eleições parlamentares no segundo semestre de 2011. O CSFA anunciou, em seguida, a criação de nova lei dos partidos políticos, que levou a reorganização das forças políticas egípcias.

A Irmandade Muçulmana, que desde a década de 1970 renunciara à violência e estabelecera ampla rede de obras caritativas, criou o "Partido Liberdade e Justiça" (PLJ). Nos primeiros meses de 2011, a IM buscou adotar postura pragmática, evitando opor-se, ao novo Governo. Os salafistas, vertente do Islã fortemente influenciada pelo wahabismo saudita, também populares entre as camadas mais carentes da população em razão de sua atuação social, estabeleceriam o Partido da Luz, em junho. O PND, braço político do regime de Mubarak, foi, por sua vez, dissolvido, tendo seus bens absorvidos pelo Estado.

O conturbado quadro econômico, a persistência de protestos e a adoção de medidas consideradas autoritárias tanto por liberais quanto pela IM levaram a progressivo desgaste do Governo militar de transição. Nesse contexto, o PLJ, vinculado à IM, obteve ampla vitória nas eleições parlamentares realizadas em novembro de 2011. O partido amealhou 235, dos 498 assentos em disputa (47,2% do total). Em segundo lugar, ficou o Partido da Luz, salafista, com 121 assentos (cerca de 24,3%).

Eleições Presidenciais de 2012

O fortalecimento da IM levou a crescentes embates políticos entre a agremiação e o CSFA, ao longo de 2012. A recusa do CSFA em indicar nome vinculado à IM, vitoriosa nas eleições parlamentares, para ocupar o posto de Primeiro-Ministro, resultou, por fim, no anúncio do lançamento de candidatura própria da confraria à Presidência. Em abril de 2012, o islamista Mohamed Morsi foi registrado como candidato da IM à presidência do Egito.

O primeiro turno das eleições presidenciais, realizado em maio de 2012, registrou disputa equilibrada (nenhum candidato obteve mais do que 25% dos votos). Avançaram ao segundo turno Mohamed Morsi e o Marechal-do-Ar Ahmed Shafiq, último Primeiro-Ministro de Mubarak.

Em 14/6/2012, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, a Suprema Corte Constitucional do Egito anunciou que um terço dos membros do Parlamento havia sido eleito de forma inválida, pois teriam concorrido representando partidos políticos e não de forma independente, como prescrevia a legislação eleitoral em vigor. Essa medida, que resultou na dissolução do Parlamento dominado pela IM, possibilitou ao CSFA promover emenda à Declaração Constitucional de março de 2011, em 18/6/2012, expandindo significativamente os poderes daquele Conselho até a promulgação de nova Constituição e limitando os poderes presidenciais.

Em 24/6/2012, Morsi foi oficialmente reconhecido vencedor das eleições, com 51,7% dos votos. A estreita diferença de Morsi para seu oponente

evidenciou forte clivagem na sociedade egípcia. A expressiva votação obtida por Ahmed Shafik (48,3%) refletiu tanto a preocupação da população cujas atividades econômicas teriam sido prejudicadas pela instabilidade advinda da Revolução, quanto a significativa rejeição às forças islamistas e a possíveis tentativas de mudança na tradicional estrutura laica do Estado e da sociedade. O pleito foi marcado, ademais, por alto índice de abstenção eleitoral, de cerca de 50%.

O Governo Morsi

Ao iniciar seu mandato, Morsi adotou tom conciliatório. Salientou o respeito aos compromissos internacionais (Camp David e a paz com Israel) e às instituições do Egito. Na cerimônia de posse, prestou juramento à Declaração Constitucional "de 18 de junho de 2012". Chegou a anunciar, ademais, sua desvinculação do PLJ e da IM, afirmando ser o Presidente de "todos os egípcios".

Em agosto de 2012, ataques a postos militares na fronteira de Gaza com o Sinai, que resultaram na morte de 16 militares egípcios, causaram forte desgaste aos militares. Em reação, Morsi demitiu os dois oficiais mais poderosos do CSFA: o Comandante Geral das Forças Armadas e Ministro da Defesa, Marechal Mohamed Tantawi, e o Chefe do Estado Maior, General Sami Anan. Ambos foram substituídos pelos também membros do CSFA, o então General Abdel Fattah Al-Sissi, e General Sedky Sobhy, respectivamente. No mesmo dia, decreto presidencial cancelou a emenda constitucional de 18 de junho, que transferira ao CSFA parte dos poderes presidenciais.

Se, no plano político, Morsi pareceu impor-se sobre os militares, a sociedade civil egípcia, por sua vez, continuou a dar mostras de impaciência com o Governo. Diante da maior abertura política e da magnitude dos desafios egípcios na área econômica e social, protestos e greves passaram a ser marca constante da vida política egípcia.

Em novembro de 2012, cresceram os rumores quanto a possível dissolução da Assembleia Constituinte egípcia pelo Judiciário. A composição da Assembleia, definida em junho de 2012, refletiu, em parte, a vitória legislativa de partidos islamistas, que lograram indicar parte significativa de seus membros, e vinha sendo criticada por setores liberais pela introdução de dispositivos islamizantes no projeto de Carta. Nesse contexto, e sob a justificativa de preservar as conquistas da Revolução, o Presidente Morsi emitiu nova Declaração Constitucional, em substituição à que fora proclamada pelos militares em 2011. A Declaração tornou os atos presidenciais insusceptíveis ao exame da Suprema Corte Constitucional do país, bem como a Comissão Constituinte imune a eventuais dissoluções decretadas pela justiça.

A Declaração, que ia de encontro às expectativas revolucionárias de democratização institucional do país provocou fortes reações de diversos setores. Nos dias que se seguiram a seu anúncio, protestos congregando centenas de milhares de pessoas ocorreram nas principais cidades do Egito, degenerando-se,

em alguns casos, em violência e mortes. Os líderes oposicionistas liberais Amr Moussa, Mohamed El-Baradei e Hamdeen Sabbahi anunciaram a formação da "Frente de Salvação Nacional" (FSN), que passou a ser a principal agremiação de oposição ao Governo.

A Constituição de 2012

Como resultado direto das pressões populares para a revogação da Declaração Constitucional, foram acelerados os trabalhos em torno da nova Constituição. A finalização dos trabalhos constituintes e a convocação de referendo constitucional não foram suficientes, contudo, para aplacar as forças oposicionistas e os protestos. Diante do recrudescimento das manifestações populares, o mandatário egípcio anunciou, em 8/12, a revogação da Declaração Constitucional de 22 de novembro. Em seu lugar, outra Declaração foi emitida. O novo instrumento manteve a data do referendo constitucional e excluiu da alçada judicial o exame das decisões e leis aprovadas ao abrigo da Declaração de 22 de novembro.

Em meados de dezembro, realizou-se o referendo constitucional egípcio. Os resultados finais indicaram a aprovação da nova Constituição por 64% dos eleitores. Preocupante, contudo, foi a baixa taxa de comparecimento, de aproximadamente 33%. Em 26/12/2012, a nova Constituição foi promulgada.

A destituição de Morsi

A situação do Governo do Presidente Morsi deteriorou-se sensivelmente ao longo do primeiro semestre de 2013. O desemprego atingiu cerca de 13% da população, sendo particularmente agudo entre a população jovem. Altamente dependente da importação de alimentos, e em cenário de perda de divisas, a inflação chegou a 9,5% ao ano.

No final de janeiro e início de fevereiro, quando a revolução completava seu segundo aniversário, registraram-se violentos incidentes em todo o Egito, com a morte de dezenas de pessoas. Em resposta aos confrontos, o Presidente Morsi declarou, em fins de janeiro, estado de emergência, por 30 dias, em Port Said, Suez e Ismailia, três cidades ao longo do estratégico Canal de Suez, onde as manifestações de oposição ao governo e a reação das forças policiais foram mais violentas.

A queda da popularidade do mandatário egípcio junto à população acentuou-se nos meses seguintes. A ausência de Parlamento operante fez recair sobre o Chefe do Executivo todo o ônus da deterioração do quadro econômico e da instabilidade política no país. Intensificava-se, ademais, junto a opinião pública e aos meios políticos, a percepção de que a IM buscava promover o aparelhamento do Estado egípcio, em detrimento de uma gestão tecnocrática e eficiente dos graves problemas enfrentados pelo país. No plano econômico, as reservas egípcias atingiram seus níveis mais baixos (cerca de US\$ 13 bilhões,

equivalente a três meses de importações) e os indicadores econômicos e sociais ressentiam-se crescentemente da instabilidade política que continuava a varrer o país no período pós-revolucionário.

As recorrentes crises de governabilidade levaram Morsi a chamar a oposição formal, reunida em torno da FSN, ao diálogo. A Frente, contudo, condicionou sua participação na iniciativa à renúncia de Morsi, à formação de Governo de emergência (do qual faria parte) e à elaboração de nova Constituição. Paralelamente, intensificaram-se os embates com o Judiciário egípcio. Em 2/6/2013, a Suprema Corte Constitucional do Egito declarou a ilegalidade do estabelecimento do Conselho Constitucional que elaborou o projeto de Constituição.

Por ocasião do aniversário de um ano da posse de Morsi, em 30/6/2013, o país foi palco de grandes protestos populares, convocados pelo grupo Tamarod ("rebelde", em árabe), formado por jovens ativistas egípcios que mobilizaram parte importante da população por meio das redes sociais com o declarado objetivo de resgatar os ideais da Revolução, vistos como sequestrados pela IM. A campanha em favor da renúncia de Morsi coletou cerca de 22 milhões de assinaturas. A FSN e o partido salafista "Al-Nour" apoiaram as manifestações.

Em 1/7/2013, os militares deram ultimato, bem recebido pela maioria dos manifestantes na rua, de 48 horas para que todas as partes alcançassem solução de compromisso. Caso contrário, as Forças Armadas "seriam obrigadas a implementar um "mapa do caminho" próprio para o futuro político e a governabilidade do Egito.

Em resposta, a Presidência divulgou comunicado (2/7/2013), rejeitando o ultimato e reiterando a necessidade de solucionar as diferenças políticas por meios institucionais e pacíficos. Morsi chegou a propor o estabelecimento de um comitê de reconciliação e afirmou a disposição para reunir-se com todos os grupos políticos e indivíduos, em um processo de diálogo nacional. Ao mesmo tempo, conclamou seus partidários a organizarem contraprotestos em favor de seu Governo.

Em 3/7, após a expiração do ultimato castrense, o General Abdel Fathah Al-Sissi, Ministro da Defesa de Morsi, anunciou, em cadeia nacional de televisão, a destituição do Presidente que fora detido e levado a local não-informado.

Segunda transição egípcia

No dia seguinte à destituição de Morsi (4/7/2013), as Forças Armadas divulgaram "mapa do caminho", que previa a revisão da Constituição e novas eleições legislativas, seguidas de eleições presidenciais. O plano para a segunda transição egípcia contou com o endosso da FSN e dos salafistas, bem como das mais altas autoridades clericais sunitas e coptas do Egito.

No mesmo dia, foi empossado como Presidente interino Adly Mansur,

Presidente da Suprema Corte Constitucional egípcia. Em 8/7/2013, nova declaração constitucional foi emitida, concentrando os poderes legislativo e executivo no Presidente da República e estabelecendo calendário para a instauração de comitê de revisão da Constituição. O prêmio nobel da paz, e um dos principais líderes da FSN, Mohamed El-Baradei, foi nomeado Vice-Presidente para Assuntos Exteriores. Al-Sissi, por sua vez, permaneceu no cargo de Ministro da Defesa.

Repressão à Irmandade Muçulmana

Após a destituição de Morsi, a IM passou a demandar a libertação do Presidente deposto e sua recondução ao cargo como pré-condição para o diálogo com o Governo interino. A entidade organizou protestos em diversas cidades, os quais resultaram em enfrentamentos com as forças de segurança. Destacam-se, nesse contexto, a repressão, em 8/7, aos protestos em frente à sede da Guarda Republicana egípcia, onde supostamente estaria detido o ex-Presidente Morsi, os quais resultaram na morte de 51 membros da confraria. Em 26/7, em resposta a apelo do General Al-Sissi, que conclamara a população a sair às ruas e dar aos militares "mandato" para reprimir o "terrorismo", realizaram-se grandes manifestações populares em apoio às forças de segurança. No dia seguinte, 27/7, repressão a protesto da IM em "Nasr City", subúrbio do Cairo, teve saldo de 80 mortos.

A despeito de tentativas coordenadas de mediação por parte dos Governos do Catar, dos Emirados Árabes e dos Estados Unidos, bem como da União Europeia, não houve avanços nas conversas entre a IM e o Governo interino. A confraria recusou-se a aceitar a destituição de Morsi, exigida pelo Governo interino como pré-condição para as negociações. No início de agosto, a Presidência do Egito divulgou nota na qual afirmava que todas as tentativas de mediação com a IM haviam falhado.

Entre os dias 14 e 16 de agosto, tiveram lugar os maiores enfrentamentos entre apoiadores do Presidente deposto e as forças de segurança. Em 14/8, o Governo interino deu início à dispersão de dois acampamentos ("sit-in's") mantidos pela IM no Cairo, os quais concentravam dezenas de milhares de pessoas. Os confrontos que se seguiram causaram a morte de 638 pessoas, de acordo com estimativas oficiais, sendo 592 civis e 43 policiais.

Em protesto contra a ação tomada pelo Governo interino, o Vice-Presidente El-Baradei renunciou ao cargo. No mesmo dia, foi decretado estado de emergência e toque de recolher. As medidas de exceção, previstas inicialmente para durarem por 30 dias, foram prorrogadas por mais dois meses. Em 16/8, novos protestos convocados pela IM resultaram na morte de mais 173 pessoas, em sua maioria apoiadores do Presidente deposto.

A repressão aos protestos acabou por reduzir a intensidade das manifestações populares nos meses seguintes, embora enfrentamentos violentos

entre apoiadores do Presidente deposto e forças de segurança, inclusive com a ocorrência de mortes, continuassem a ser registrados.

Com a redução da frequência e da intensidade das manifestações, os esforços de combate à confraria tiveram seu foco deslocado das ruas para os planos jurídico e econômico. Em setembro, a IM teve seus bens confiscados pelo Judiciário e suas atividades banidas. Em novembro, após a expiração do estado de emergência e do toque de recolher declarados em agosto, o Governo interino promulgou nova lei de protestos, que condicionou a realização de reuniões públicas acima de 10 pessoas a autorização prévia. A participação em manifestações não-autorizadas passou a ser punida com detenção. Além da IM, a lei atingiu também grupos ativistas de viés liberal.

Ainda em novembro de 2013, teve início o julgamento do ex-Presidente Morsi e de parte das lideranças da IM. O Presidente deposto é acusado de colaborar com grupos estrangeiros, em especial o Hamas e o Hizbolah, bem como de incitar a violência no Egito. O julgamento, contudo, foi seguidamente adiado, não tendo sido concluído até o momento.

Ataques terroristas

Em paralelo à diminuição dos protestos e à ampliação da repressão à IM, registrou-se aumento dos ataques terroristas contra alvos governamentais, em especial na região do Sinai. Em 5/9, o Ministro do Interior egípcio sobreviveu a ataque com explosivos contra seu veículo, que resultou na morte de uma pessoa. O grupo terrorista Ansar Al-Maqdis, atuante na Península do Sinai e vinculado à Al-Qaeda, assumiu a responsabilidade pelo atentado.

Em dezembro, após explosão de carro bomba, na cidade de Mansoura, com saldo de 16 mortos, a IM foi declarada "organização terrorista" por corte egípcia. A confraria, contudo, negou participação nesse episódio e nas demais ações extremistas, as quais condenou consistentemente. A autoria do ataque foi novamente assumida pelo Ansar Al-Maqdis.

O terceiro aniversário da Revolução egípcia, em janeiro de 2014, trouxe novos episódios de violência. Em 24/1, quatro explosões no Cairo, sendo uma delas em frente à sede da polícia egípcia, causaram a morte de 6 pessoas. O ataque foi atribuído ao Ansar Al-Maqdis. No dia seguinte, 25/1, 64 pessoas morreram em confrontos entre manifestantes contrários ao Governo interino e as forças de segurança.

Em fevereiro de 2014, a explosão de ônibus turístico em Taba, na fronteira com Israel, ocasionou a morte de 3 turistas sul-coreanos, bem como do motorista egípcio. O episódio assumiu grande relevância, uma vez que o turismo é uma das principais fontes de receita do país e vem declinando desde 2011.

Nova Constituição e eleições presidenciais

Em meio à conturbada situação de segurança, as autoridades interinas

prosseguiram com a implementação do "mapa do caminho" anunciado. Em dezembro de 2013, comitê de 50 representantes, nomeado pelo Governo transitório, finalizou projeto para revisão da Constituição egípcia. O Comitê, composto por representantes de seguimentos que apoiaram a destituição de Morsi (nacionalistas, social-democratas, sindicatos profissionais, cristãos coptas e salafistas) foi presidido por liderança expressiva da FSN, o ex-Chanceler de Mubarak e ex-Secretário-Geral da Liga Árabe, Amr Moussa.

A nova Carta foi submetida a referendo em janeiro de 2014. Com comparecimento de 38,6% dos eleitores (cerca de 20 milhões), 98,1% votaram pelo sim. A IM e outras organizações que se opunham ao Governo interino defenderam o boicote ao referendo. A nova Constituição egípcia, segundo analistas, não apresenta grandes rupturas em relação à organização do Estado egípcio, sendo, em muitos aspectos, similar a Cartas anteriores, inclusive a de 2012. A nova Constituição, contudo, proíbe a participação de partidos religiosos em eleições no país.

Aprovada a Carta, o Governo interino anunciou o início dos preparativos para a realização de eleições presidenciais, invertendo a ordem prevista no mapa do caminho divulgado após a destituição de Morsi. Em março de 2014, foi marcada a data das eleições (26 e 27/5) e foi instituída a Comissão Eleitoral Presidencial, responsável pela supervisão da organização do pleito. Os atos da Comissão, formada por 5 juízes, permaneceriam imunes a exame do judiciário, o que provocou duras críticas de setores liberais. Candidatos que concorreram no pleito presidencial de 2012, como o advogado Khaled Ali e o islamista moderado Aboul Fotouh anunciaram a não-participação no pleito, em virtude da maneira como o Governo interino vinha conduzindo o processo eleitoral. Terceiro colocado nas eleições presidenciais de 2012, o socialista Hamdeen Sabbahi, outra liderança da FSN, por sua vez, anunciou sua intenção de concorrer à Presidência, tornando-se o único representante do campo liberal nas eleições.

Desde a deposição de Morsi, vinha despontando como favorito nas eleições presidenciais o Ministro da Defesa, Abdel Fattah Al-Sissi, que se notabilizara como um dos principais protagonistas da deposição de Mohamed Morsi. Potenciais candidatos oriundos das Forças Armadas, como o Marechal Ahmed Shafik, segundo colocado nas eleições presidenciais de 2012, anunciaram apoio a sua candidatura. Em 26/3/2014, Al-Sissi renunciou a seus cargos públicos e pediu baixa das Forças Armadas egípcias, passando à reserva com a patente de Marechal. No mesmo dia, anunciou sua candidatura à Presidência do Egito.

Com apenas dois candidatos, autoridades do governo interino manifestaram preocupação com a possibilidade de baixas taxas de comparecimento. A IM e outras correntes políticas importantes defenderam o boicote ao pleito, caso do Partido islamista moderado "Egito Forte", do Movimento 6 de Abril, um dos principais articuladores das manifestações

populares que levaram à queda de Mubarak.

As autoridades eleitorais estenderam a duração do pleito em mais um dia (28/5), como maneira de estimular os egípcios a votarem. A divulgação dos resultados eleitorais, em 3/6, confirmou o favoritismo de Al-Sissi, que recebeu 96,9% dos votos válidos. A taxa de comparecimento (47%), contudo, situou-se em patamar inferior ao das eleições presidenciais de 2012 (50%).

Relatório preliminar de missão de observação eleitoral da União Europeia, que enviou 150 técnicos ao pleito, destacou que as eleições ocorreram de acordo com a legislação vigente, mas em contexto de graves restrições às liberdades civis, em especial ao direito à livre associação e às liberdades de expressão e de reunião.

Poder legislativo

A realização de eleições legislativas deverá constituir o último passo para implementação do mapa do caminho traçado em julho de 2013. De acordo com a nova Constituição, o Parlamento passou a ser unicameral, com mandato de 5 anos.

Em junho de 2014, no último dia de seu mandato, o Presidente interino Adly Mansur promulgou lei eleitoral que estabeleceu o procedimento para as próximas eleições previstas para ocorrerem no 2º semestre de 2014. O novo Parlamento deverá ter 567 assentos, sendo 420 lugares (75%) reservados a candidatos independentes. Apenas 20% dos parlamentares (120) serão eleitos por meio de listas fechadas apresentadas por partidos políticos, dentro das quais obrigatoriamente haverá quota para coptas, mulheres, e agricultores e/ou operários (dois para cada categoria). Outros 27 parlamentares (5%) serão indicados pelo Presidente da República.

Analistas têm apontado que, ao instituir quota para candidatos cristãos coptas em todos os partidos, a nova lei eleitoral inviabiliza, formalmente, a continuidade de partidos religiosos, já proibida pela Constituição. Não se descarta, contudo, que candidatos simpáticos a agremiações islamistas possam vir a concorrer como candidatos independentes.

Governo Al-Sissi – Perspectivas

Em 5/6, Al-Sissi foi empossado como o 6º Presidente do Egito, o terceiro em três anos. A melhora da situação securitária, nos últimos meses, e o transcurso pacífico das eleições presidenciais indicam progressiva estabilização do quadro egípcio. Analistas internacionais, contudo, têm ressaltado que essa estabilidade tem sido obtida por meio de repressão a movimentos políticos dissidentes, o que poderá revelar-se insustentável no longo prazo. Estima-se que a repressão à IM tenha resultado, até o momento, em cerca de 1400 mortos e cerca de 16 mil detidos.

Tem sido reafirmada, nesse contexto, a necessidade de promoção de

amplo diálogo entre as principais correntes políticas do país, de modo a superar as divisões que ainda subsistem na sociedade egípcia.

Para além do diálogo político, o novo mandatário egípcio deverá enfrentar, igualmente, as demandas ainda não atendidas da Revolução de 2011 por melhores condições sociais e, sobretudo, mais empregos para a população jovem. A conclusão do processo iniciado pelos protestos populares de janeiro 2011, ainda permanece incerta.

POLÍTICA EXTERNA

Antecedentes

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a política externa egípcia caracterizou-se pela concertação com os países árabes, no intuito de confrontar o recém-estabelecido Estado de Israel. Em 1945, Egito, Líbano, Síria, Iraque, Jordânia e Arábia Saudita assinaram o Protocolo de Alexandria e criaram a Liga dos Estados Árabes (LEA). Três anos mais tarde, iniciou-se a 1ª Guerra Árabe-Israelense, que derrotaria a coalizão árabe e precipitaria a instauração da República no Egito, em 1953.

Sob o Governo de Gamal Abdel Nasser, o Egito buscou manter uma política externa independente e assertiva, comprometendo-se com a causa terceiro-mundista e o processo de descolonização na África e na Ásia. Nasser, um dos principais mentores do Movimento dos Países não-Alinhados, criado em 1961, obteve enorme reconhecimento perante países africanos e árabes. Em 1956, ao decidir nacionalizar o Canal de Suez, Nasser indisputou-se com o Reino Unido e a França. Em represália, os dois países europeus colaboraram com a invasão lançada pelas forças israelenses sobre o território do Sinai. As tensões na região induziram o Egito a traçar novas estratégias de política externa. Em 1958, com o intuito de enfrentar Israel em melhores condições, é criada a República Árabe Unida (RAU), uma confederação entre Egito e Síria que duraria apenas 3 anos. Paralelamente, o Egito aproximou-se da URSS, motivado, sobretudo, pela perspectiva de incrementar o seu poderio bélico, o que lhe era dificultado pelo Ocidente, cioso da integridade do Estado de Israel.

Em meados da década de 1970, o sucessor de Nasser, Anwar Al Sadat (1970-1981), optou por distanciar-se da URSS. A reconquista da península do Sinai após a Guerra do Yom Kippur, em 1973, arrefeceu a animosidade entre Egito e Israel e permitiu que Sadat buscasse uma reaproximação com o Ocidente, particularmente com os EUA. Em 1978, após intensa mediação do Presidente estadunidense Jimmy Carter, Egito e Israel assinaram os acordos de paz de Camp David e, em março de 1979, o Tratado de Paz Egito-Israel. Se, por um lado, esses acordos possibilitaram ao Egito reconquistar a confiança dos países ocidentais, por outro, custaram-lhe o relativo isolamento no mundo árabe e sua exclusão da

LEA, até 1989.

Sob o regime de Hosni Mubarak (1981-2011), o Egito apresentou atuação mais discreta no plano externo, alinhando-se com as posições dos EUA e mantendo relacionamento equilibrado com Israel. O Egito participou ativamente da Guerra do Golfo por meio do envio de tropas e colaborou estreitamente com o Ocidente no combate ao terrorismo transnacional. Por outro lado, em função de seu tratado de paz com Israel e sua aliança com os EUA, o Egito atuou nas últimas décadas como mediador no processo de paz no Oriente Médio. O engajamento egípcio no combate ao terrorismo e nas negociações israelo-palestinas era retribuído principalmente pela vultosa cooperação militar prestada pelos EUA (cerca de US\$ 1,3 bilhões anuais) e pelo suporte externo ocidental ao regime de Mubarak.

Política Externa do Governo Morsi

Após a queda de Mubarak, a política externa egípcia buscou assumir caráter mais assertivo, independente e diversificado. Esse processo atingiu seu ápice durante o Governo de Mohamed Morsi (jul/2012-jun/2013). Os alinhamentos do Egito aos EUA e a seus principais parceiros europeus, nesse contexto, foram relativizados em favor de política externa mais autônoma. Embora tenha mantido boas relações com esses países e com Israel, o Egito pós-revolucionário passou a mostrar disposição para atuar com renovado dinamismo em seu entorno regional imediato. Por outro lado, o país buscou diversificar suas relações econômicas e de cooperação, concentradas em seus parceiros ocidentais, como forma de reduzir sua acentuada dependência externa.

Desde 2011, o Egito pós-Mubarak já vinha assumindo papel de maior destaque no dossiê palestino. Destaca-se, nesse contexto, a assinatura, sob mediação egípcia, de documento de reconciliação entre o Hamas e a Fatah no final de abril de 2011. Em outubro de 2011, o país igualmente mediou acordo de troca de prisioneiros entre Israel e o Hamas. O Egito viu-se obrigado, contudo, a assumir ações mais contundentes em relação à questão palestina por ocasião da operação israelense "Pillar of Defense", em novembro de 2012, na qual foram empreendidos ataques militares a Gaza. A atuação egípcia na ocasião, que incluiu conversa telefônica de Morsi com a Presidenta Dilma Rousseff e com outros países emergentes, resultou na obtenção de cessar-fogo entre Israel e o Hamas.

O renovado protagonismo egípcio na região também se refletiu em esforços para a mediação do conflito na Síria. Em setembro de 2012, Morsi propôs a criação de grupo de contato composto por Arábia Saudita, Turquia e Irã, além do próprio Egito, com vistas a facilitar um acordo político. A iniciativa, contudo, não prosperou, em virtude, segundo analistas internacionais, da recusa de Riade de participar de negociações com Teerã.

Fator complicador da mediação egípcia na questão foi também o

posicionamento público do então Presidente Morsi contra o Presidente sírio, Bashar Al-Assad, em diversas ocasiões. O mandatário egípcio, em atitude controversa, chegou a anunciar, duas semanas antes de sua deposição, o rompimento de relações diplomáticas com Damasco. Recorde-se, a esse respeito, que, possivelmente, a maior e mais violenta repressão à Irmandade Muçulmana ocorreu na Síria. Hafez al-Assad, pai de Bashar al-Assad, ordenou, em fevereiro de 1982, o bombardeio da cidade de Hama, contra sublevação comandada pela IM, o qual resultou na morte de dezenas de milhares de pessoas (entre 10.000 e 25.000), a maioria civis.

O esforço egípcio de atuação renovada no Oriente Médio também passou a incluir, após 2011, esforço cauteloso de reaproximação com o Irã. Em agosto de 2012, Morsi realizou histórica visita a Teerã, para participar da Cúpula do Movimento dos Não Alinhados. Tratou-se da primeira viagem de um chefe de Estado egípcio ao país persa desde a Revolução iraniana de 1979. Em fevereiro de 2013, a convite de Morsi, o então Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, retribuiu o gesto, visitando o Egito por ocasião da Cúpula da Organização da Conferência Islâmica. O ensaio de aproximação com o país persa, contudo, foi duramente criticado por correntes islamistas conservadoras egípcias.

No âmbito do relacionamento com os países do Golfo, assumiram particular importância as relações com o Catar. Os laços históricos da monarquia árabe com lideranças da IM, bem como o apoio de Doha a movimentos islamistas, como forma de ampliar sua influência na região, contribuíram para impulsionar as relações entre os dois países. O Catar comprometeu-se a enviar pacote de auxílio da ordem de US\$ 8 bilhões ao Egito.

Afinidades ideológicas entre os Governos dos dois países também aproximaram o Egito de Morsi da Turquia de R Recep Erdogan. Os dois países trocaram grande número de visitas de alto nível entre 2012 e 2013, com destaque para a participação de Morsi, como convidado de honra, do Congresso do partido, de orientação islamista, Justiça e Desenvolvimento (AKP), do Primeiro-Ministro Erdogan. Ancara chegou a anunciar, em setembro de 2012, ajuda de US\$ 2 bilhões ao Egito.

As dificuldades econômicas enfrentadas pelo Egito também levaram o país a buscar intensificar seu relacionamento com os grandes países emergentes, com o objetivo de captar novos investimentos externos em áreas produtivas, bem como de fomentar novas formas de cooperação em áreas como desenvolvimento de softwares, defesa, energia, agricultura, e políticas públicas para o combate à pobreza. Durante o ano em que governou o Egito, Morsi realizou visitas a 4 dos 5 membros dos BRICS (China, em agosto de 2012, Índia, em março de 2013, Rússia, em abril de 2013, e Brasil, em maio de 2013). Esse intenso movimento em direção aos países do Sul foi inédito na história recente do Egito.

Política externa egípcia após julho de 2013

Após a destituição de Morsi, o Governo egípcio passou a empreender correção de rumos em sua política externa, processo influenciado pelo contexto interno de repressão à Irmandade Muçulmana. A persistência de quadro econômico delicado tem feito, contudo, com que a política externa egípcia mantenha seus esforços de intensificação dos laços com os países emergentes.

a) Oriente Médio

No contexto regional, o eixo da diplomacia egípcia deslocou-se da Turquia e do Catar em direção à **Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait**. Esses últimos países comprometeram-se, ainda em julho de 2013, com a concessão de auxílio econômico da ordem de US\$ 12 bilhões, em depósitos diretos, financiamento e envio de combustíveis ao Egito. A concessão de novos empréstimos ao país poderá fazer o valor total do auxílio do Golfo chegar a US\$ 20 bilhões, cerca de 7,5% do PIB egípcio. Essa ajuda foi imprescindível para a manutenção da liquidez do Estado egípcio, em cenário de grave perda de divisas.

O apoio político e financeiro do Golfo ao Egito explica-se pela percepção de seus governantes de que a IM constitui ameaça aos regimes estabelecidos na região. Tendo importantes ramificações na maioria dos países árabes e advogando maior abertura política a correntes islâmicas, a confraria vai de encontro aos interesses das monarquias da região, em especial da Arábia Saudita. Nesse contexto, a repressão à IM, que tem no Egito seu berço e a sede de sua liderança suprema, passa a ser vital para a maioria dos regimes do Golfo, à exceção do Catar.

Em seguida à declaração da IM como entidade terrorista pelo judiciário egípcio, em janeiro de 2014, o judiciário emirati decretou o fechamento de todos os escritórios da entidade no país, bem como o confisco de todos os bens pertencentes à confraria. Em março de 2014, corte saudita igualmente incluiu a IM em sua lista de entidades terroristas.

Além do objetivo comum de repressão à IM, a aproximação entre o Golfo e o Egito, segundo analistas internacionais, também obedeceria a cálculo estratégico, sobretudo saudita, que se ressentia do esfriamento das relações com os Estados Unidos. A superação de parte da dependência energética norte-americana, por meio da exploração de gás de xisto, teria levado Washington a assumir posições contrárias a interesses do Golfo no Oriente Médio, como no episódio da retomada de negociações com Teerã sobre o programa nuclear iraniano. Nesse cenário, os países do Golfo, que sempre contaram com a proteção norte-americana contra ameaças externas, têm considerado o poderio militar egípcio como possível nova fonte de proteção. Daí, inclusive, sua disposição de financiamento do reequipamento das Forças Armadas egípcias.

Além do auxílio financeiro direto, os países do Golfo constituem, também, importante fonte de investimentos externos para o Egito. O estoque de investimentos sauditas no Egito é estimado em US\$ 27 bilhões, com corrente de

comércio anual de US\$ 5 bilhões. Em março de 2014, a "Arabtec Construction", empresa de construção civil de Dubai, por sua vez, anunciou ambicioso projeto de investimentos, da ordem de US\$ 40 bilhões, para a construção de 1 milhão de casas populares em 13 regiões do Egito até 2020. Há, igualmente, importante comunidade egípcia na Arábia Saudita, de cerca de 1,65 milhão de pessoas, responsáveis por importantes remessas de divisas ao país.

Atualmente, a exceção às boas relações do Egito com os países do Golfo é o **Catar**, visto pelas autoridades egípcias pós-Morsi como o principal apoiador externo da IM e do Governo Morsi. Ainda em julho de 2013, o Governo interino promoveu o fechamento de emissoras de televisão consideradas leais ao Presidente Morsi, entre elas os escritórios da rede de notícias catari Al-Jazeera, em árabe. Desde dezembro de 2013, três jornalistas da Al-Jazeera em língua inglesa permanecem detidos no Egito, acusados de pertencer a grupo terrorista e de causar danos à reputação do Egito.

Em fevereiro de 2014, o Egito retirou seu embaixador em Doha, em virtude da "campanha midiática contra o Egito", bem como da recusa catari a extraditar o clérigo egípcio vinculado à IM Youssef al-Qaradawi, cujo programa semanal na Al-Jazeera catari veicula duras críticas ao Governo egípcio.

As relações com a **Turquia**, outro importante parceiro egípcio durante o Governo Morsi, igualmente deterioraram-se, sobretudo após a violenta repressão aos protestos da IM, em 14/08/2013. No dia seguinte (15/8), ambos os países chamaram para consultas seus respectivos Embaixadores. Em novembro de 2013, após declarações do Primeiro-Ministro turco contrárias ao julgamento de Morsi, o Egito expulsou o Embaixador turco no Cairo, gesto reciprocado por Ancara. Até o momento, as representações diplomáticas de ambos os países têm sido conduzidas por Encarregados de Negócios.

Em que pese o atual esfriamento das relações com a Turquia e o Catar, a centralidade do Egito em sua região tem levado esses países a buscarem uma estratégia pragmática de reaproximação com o Cairo.

No âmbito do **conflito israelo-palestino**, a atual atuação egípcia tem sido mais discreta do que aquela apresentada por Morsi. Contribuiu para a redução do perfil diplomático egípcio na disputa as desconfianças nutridas pelo Governo egípcio em relação ao Hamas, grupo que surgiu, na década de 1980, como braço da Irmandade Muçulmana na Palestina. As autoridades egípcias acusam o grupo palestino de apoiar com suprimentos, pessoal e armamentos, movimentos insurgentes no Sinai.

A ação das Forças Armadas egípcias contra extremistas no Sinai, desde julho de 2013, já teria logrado a destruição de parcela significativa (cerca de 80%) dos túneis subterrâneos que ligam a Faixa de Gaza ao Sinai, contribuindo para o enfraquecimento do Hamas.

O novo Presidente do Egito, Abdel Fattah Al-Sissi, tem dado indicações de que seu Governo priorizará contatos com a Autoridade Palestina. O

Presidente da ANP, Mahmoud Abbas, esteve entre os primeiros líderes internacionais a visitarem o Cairo, logo após a queda de Morsi, em julho de 2013, e retornou ao país, por ocasião da posse de Al-Sisi, em junho de 2014. Analistas conjecturam que a formação de Governo de união entre Hamas e Fatah, chefiado por Abbas, em maio de 2014, poderá contribuir para eventual retomada do diálogo egípcio com todos os movimentos palestinos representados no novo Governo.

As relações com **Israel**, por sua vez, têm permanecido normais. Observa-se, inclusive, maior coordenação no campo securitário após a queda de Morsi. Nesse contexto, as campanhas egípcias no Sinai, voltadas a combater nova onda de atuação extremista na região, têm sido estreitamente coordenada com as Forças Armadas israelenses, o que tem permitido a ampliação da presença militar do Egito na região sem maiores atritos com o Governo israelense.

No tocante ao **conflito sírio**, o Egito pós-Morsi continua advogando solução política. A nova posição egípcia de maior neutralidade em relação às partes marca importante distanciamento do discurso crítico de Morsi contra Bashar Al-Assad. O Cairo tem nutrido particular preocupação em relação ao prolongamento do conflito sírio em virtude do grande número de refugiados no país, já estimado em cerca de 300 mil.

O ensaio de abertura egípcia em relação ao **Irã** foi refreado, em parte, após a destituição de Morsi. Em agosto de 2013, Teerã condenou a violenta repressão aos manifestantes da IM e afirmou, inclusive, que os eventos apontavam para o risco de uma guerra civil, o que provocou vivos protestos do Egito. Mais recentemente, contudo, os dois países vêm buscando assumir postura pragmática, orientada para a reaproximação dos dois países. Destaca-se, nesse contexto, o convite formulado ao Presidente iraniano para a posse do Presidente Al-Sissi.

Contudo, analistas internacionais chamam a atenção para o fato de que os esforços de reaproximação com o Irã esbarram em restrições internas significativas. Setores clericais egípcios temem que o país persa possa contribuir para a expansão do xiismo no Egito. Recorde-se, a esse propósito, que o país árabe possui importante minoria xiita, estimada em cerca de 2 milhões de pessoas. A existência de rua, em Teerã, com o nome do assassino de Sadat, é também vista como obstáculo para maior aproximação.

b) Países emergentes

Vem ganhando destaque, desde julho de 2013, a aproximação egípcia com a **Rússia**. Moscou manteve profundas relações econômicas e militares com o Cairo nos anos 1950 e 1960. Em fevereiro de 2014, o então Ministro da Defesa, Abdel Fattah Al-Sissi, realizou importante visita à Rússia, em que recebeu o apoio público do Presidente Vladimir Putin a sua candidatura à Presidência do Egito. Encontra-se atualmente em curso negociação entre os dois países de acordo

de US\$ 2 bilhões para compra de armamentos russos. Segundo a imprensa internacional, haveria, ainda, disposição russa de investir até US\$ 10 bilhões no país nos próximos anos. O Egito é o principal parceiro comercial da Rússia no continente africano. Estima-se que, em 2012, o volume de comércio bilateral tenha superado US\$ 3 bilhões de dólares. Cidadãos russos constituem, ademais, o principal grupo de turistas que visitam o Egito.

Analistas especulam que a parceria com a Rússia deverá assegurar maior autonomia egípcia em seu suprimento de equipamentos militares, concentrada nos Estados Unidos e seu programa de ajuda anual, de US\$ 1,3 bilhão, às FFAA egípcias. Parte do auxílio norte-americano chegou a ser suspenso por ocasião da violenta repressão à IM, em 2013, tendo sido retomado rapidamente.

Para a Rússia, ainda segundo análises acadêmicas, o esforço de aproximação insere-se em sua estratégia de ampliação de sua presença no Oriente Médio, em cenário de revisão da atuação norte-americana na região, que tem deslocado, paulatinamente, o eixo central de sua política externa para a Ásia.

Com a **Índia** e com a **China**, o processo de adensamento das relações bilaterais, impulsionado pelas visitas de Morsi tem sido mantido após julho 2013. O Chanceler egípcio Nabil Fahmy visitou Nova Délhi e Pequim, entre novembro e dezembro de 2013, com o objetivo declarado de buscar incremento nas relações comerciais, novos investimentos e financiamentos para projetos de infraestrutura egípcios. O comércio bilateral com a Índia somou US\$ 5,48 bilhões, em 2012. Estima-se que investimentos indianos no país seriam da ordem de US\$ 2,5 bilhões. A China, por sua vez, constituiu, em 2013, a principal origem das importações egípcias, respondendo por 10,5% do total comprado pelo Egito do exterior. O investimento chinês no país atingiu, em 2013, a marca de US\$ 10 bilhões.

c) Países ocidentais

A centralidade do Egito no Oriente Médio, bem como o intenso fluxo de comércio com a **Europa** e os **Estados Unidos** (23,8 bilhões de euros, e US\$ 8,5 bilhões, respectivamente, em 2012) e a posição estratégica do país, que controla o Canal de Suez e constitui um dos pilares da paz no Oriente Médio, tem levado o Ocidente a adotar postura de pragmatismo em relação a eventos de transição no Egito.

Tanto o Secretário de Estado norte-americano quanto a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores realizaram visitas ao Cairo nos meses seguintes à deposição de Morsi e seguem mantendo contatos de alto nível com o Governo egípcio. Em visita ao Egito, em novembro de 2013, John Kerry expressou apoio à segunda transição egípcia. Do mesmo modo, Catherine Ashton realizou quatro visitas ao Egito, desde julho de 2013, na tentativa de mediar diálogo entre a IM e o Governo interino. A última visita da

Baronesa ao Cairo, em abril de 2014, contudo, não contemplou encontro com representantes da IM.

O Governo egípcio, por sua vez, tem indicado que deverá preservar interesses estratégicos norte-americanos e europeus na região, ao combater extremistas no Sinai e dar mostras de perseguir agenda externa moderada.

d) Continente africano

O principal interesse egípcio em suas relações com a África é a preservação do fluxo das águas do rio Nilo, fonte de 95% da água consumida no país e, em cujas margens, se concentram 92% de suas terras aráveis. O Egito afirma ter direitos históricos ao uso do rio Nilo, baseado em acordo firmado com o Sudão, em 1959. A divisão estabelecida, contudo, tem sido questionada pelos outros Estados da bacia do Nilo, que, por ainda estarem sob domínio colonial, não participaram do acordo.

Esses países têm advogado a revisão das quotas do Nilo, consideradas injustas. Em 1999, os então dez Estados da bacia hidrográfica formaram a Iniciativa da Bacia do Nilo, parceria que visa a estimular a cooperação no uso da água comum. Em 2010, à revelia de Egito e Sudão, cinco países da bacia hidrográfica (Etiópia, Quênia, Tanzânia, Ruanda e Uganda) firmaram o Acordo-Quadro de Cooperação da Bacia do Nilo. O instrumento almeja estabelecer um novo regime internacional para a Bacia do Nilo.

Ciente da intenção dos países ribeirinhos de realizarem projetos de infraestrutura e irrigação em seus territórios, com potenciais impactos sobre a vazão do Nilo, o Egito tem buscado maior aproximação com os países à montante, com vistas a encontrar solução conjunta para o aproveitamento das águas. O Chanceler Nabil Fahmy já realizou, desde julho de 2013, viagens ao Sudão, à República Democrática do Congo, a Uganda e ao Burundi. Em todas as ocasiões, afirmou o compromisso egípcio de cooperar com os países ribeirinhos.

No quadro do relacionamento com os países da bacia do Nilo, as relações com a **Etiópia** têm adquirido relevo especial em função do início da construção da "Grand Ethiopian Renaissance Dam", em 2011. Quando concluída, será da maior hidrelétrica do continente africano, com previsão de geração de 6000 MW. O Egito tem adotado tom combativo, ao afirmar que o reservatório da hidrelétrica afetará a quantidade de água que chega ao país, impedindo inclusive o fluxo de sedimentos, vitais para a agricultura egípcia. Com vistas a solucionar a questão, formou-se, em 2011, Painel trilateral de especialistas (Egito-Etiópia-Sudão) para examinar as eventuais consequências da represa sobre o Nilo. A questão, contudo, permanece sem solução consensual.

Em seus últimos dias no Governo, Morsi, por ocasião do anúncio etíope do início da transposição de afluente do Nilo para a construção da hidrelétrica, chegou a ameaçar com guerra a Etiópia, caso prosseguisse com a construção da usina. Em seu discurso de posse, contudo, Al-Sissi afirmou que não permitiria que a questão gerasse fissuras no relacionamento entre os dois países. Dois dias

depois, o chanceler etíope, Tedros Adhanon, realizou visita ao Cairo, que incluiu encontro com o Presidente Al-Sissi. Na ocasião, o Ministro etíope teria declarado, segundo a imprensa egípcia, que Etiópia e Egito estariam entrando em "nova era de cooperação".

A superação do isolamento egípcio na **União Africana** poderá ser fundamental para a negociação egípcia com os países do Nilo. Em julho de 2013, o Conselho de Paz e Segurança da Organização (CPSUA) declarou ter havido no Egito ruptura institucional contrária à Carta Democrática da UA. Na ocasião, o Egito foi suspenso da entidade. O estabelecimento de nova constituição, em janeiro de 2014, bem como a realização de eleições presidenciais, em maio de 2014, levaram a Organização a rever a decisão. Em 17/6 o CPSUA anunciou o levantamento da suspensão egípcia. O Presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, que deverá sediar a próxima Cúpula da UA, em junho de 2014, já afirmou que pretende convidar o Presidente Al-Sissi para participar do evento.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Panorama geral

Embora os fundamentos econômicos do Egito sejam relativamente sólidos, a revolução de janeiro de 2011 e os subsequentes processos de transição política afetaram negativamente a economia do país. O Governo egípcio tem-se deparado com desafios que apresentam grande potencial desestabilizador, como a alta taxa de desemprego (13,4%, em sua grande maioria jovens); a extrema pobreza, que atinge 40% da população; e a deterioração de suas contas públicas e externas.

Com PIB nominal de US\$ 271,4 bilhões, o Egito posicionou-se, em 2013, como a 42ª maior economia do mundo. O crescimento de 2,1%, no mesmo ano, foi impulsionado pelo consumo das famílias e do Governo. O aumento médio de cerca de 2% do PIB, nos últimos 3 anos, tem sido neutralizado, contudo, por taxa de crescimento da população em maior proporção (2,4% ao ano). O aumento populacional vem pressionando os recursos do país, em especial a produção de alimentos e o uso da água. O Egito é, atualmente, o país árabe mais populoso do mundo e o 3º no continente africano. Estima-se que a população egípcia atingirá 140 milhões de indivíduos em 2050.

O setor de serviços é o principal ramo de atividade econômica no país (48% do PIB), seguido pelo setor industrial (37,5% do PIB) e pelo setor agrícola (14,5% do PIB). Entre as principais atividades, destaca-se o turismo, que emprega cerca de 10% da força de trabalho egípcia. Desde 2011, contudo, esse setor tem perdido grande parte de sua receita, em virtude da instabilidade política e securitária vivida pelo país. Os ganhos com o fluxo de turistas ao Egito declinaram sensivelmente nos últimos anos, passando de US\$ 12,5 bilhões, em

2010, para US\$ 5,9 bilhões em 2013.

O Egito é também o maior produtor africano de petróleo não-membro da OPEP e um dos maiores produtores de gás natural da África. A produção de hidrocarbonetos egípcia, contudo, vem declinando consideravelmente nos últimos anos. Após atingir seu ápice em 1996 (933 mil barris/dia), o setor petrolífero tem experimentado declínio ao longo da última década. Em 2013, a produção egípcia foi de 709 mil barris/dia. O mesmo vem ocorrendo com a extração de gás natural, que atingiu, em 2009, o recorde de 2,2 bilhões de pés cúbicos e apresenta, desde então, tendência levemente declinante (2,1 pés cúbicos em 2012).

O crescimento da demanda energética pela população egípcia e a queda na produção de hidrocarbonetos têm feito com que o país importe parcela significativa dos combustíveis consumidos e venha enfrentando dificuldades para honrar contratos de exportação de gás. Importante auxílio tem sido dado pelos países do Golfo para fazer frente a uma possível crise energética no Egito. Entre julho e dezembro de 2013, Arábia Saudita, EAU e Kuwait enviaram insumos energéticos ao Egito avaliados em cerca de US\$ 4 bilhões. O auxílio desses países tem continuado ao longo de 2014.

Política fiscal e monetária

Desde 2011, observa-se preocupante elevação do déficit nas contas públicas egípcias, que deverá atingir, segundo estimativas, 12,5% do PIB ao final do ano fiscal 2013/2014 (jul/2013-jun/2014). Os elevados gastos públicos com subsídios a alimentos e combustíveis, que consomem cerca de 30% do orçamento do país, são frequentemente apontados como a principal causa do desequilíbrio nas contas públicas. Embora haja consenso entre as principais autoridades egípcias e analistas econômicos quanto à necessidade de revisão da atual política de subsídios, bem como de sua substituição por programa de transferência direta de renda à população mais pobre, estima-se que a reforma dos subsídios, por sua elevada sensibilidade, somente ocorrerá após as eleições legislativas, previstas para o segundo semestre de 2014.

A tendência de aumento nos gastos públicos tem sido agravada por medidas adotadas pelo Governo egípcio no último ano. Em setembro de 2013, o Governo egípcio anunciou, por exemplo, a elevação, em 70%, do salário mínimo pago ao funcionalismo público. Tratou-se de decisão com elevado impacto nas contas públicas, uma vez que o funcionalismo público egípcio emprega cerca de 23% da população economicamente ativa do país.

Em virtude de auxílio externo obtido pelo Egito junto a Arábia Saudita, EAU e Kuwait (avaliado em cerca de US\$ 20 bilhões), a moeda egípcia, que vinha sendo pressionada pela saída de divisas durante o Governo Morsi, apresentou leve valorização, o que permitiu à autoridade monetária egípcia, desde o segundo semestre de 2013, iniciar movimento de redução da taxa de juros. Têm sido adotadas, igualmente, medidas de estímulo ao crédito, em especial

imobiliário, como forma de fomentar a economia.

A política fiscal e monetária expansionista adotada a partir de julho de 2013 contribuiu para a elevação do consumo público e privado, o que permitiu a manutenção do já referido crescimento econômico no patamar de 2%, em 2013. Resultado adverso, contudo, tem sido o aumento do nível de preços. A inflação, em 2013, foi de 9,8%, podendo atingir, em 2014, níveis superiores a 10%, segundo algumas projeções.

Setor externo

A dependência egípcia da importação de alimentos e combustíveis constitui um dos principais fatores para sua vulnerabilidade externa, a qual tem sido agravada pelo declínio do turismo e dos investimentos externos diretos, desde 2011. O país árabe é um dos maiores importadores líquidos de alimentos do mundo, adquirindo no exterior cerca de 80% dos alimentos e 50% dos combustíveis consumidos internamente.

A balança comercial egípcia, nesse contexto, registrou déficit de US\$ 37,9 bilhões, em 2013. Os principais produtos exportados pelo Egito naquele ano foram combustíveis (óleo de petróleo bruto e gás de petróleo), com 26,3% do total; plásticos (polímeros de etileno e de propileno, placas e lâminas, banheiras, duchas, bidês), com 5,3% do total; e máquinas elétricas (fios e cabos, aparelhos de TV, aquecedores de água, quadros e painéis) com 4,2% do total. Já a pauta de importações foi composta por combustíveis (13,9% do total), máquinas mecânicas (9,3% do total) e cereais (7,1% do total).

As vendas egípcias são direcionadas, em grande parte, aos países da Ásia, que absorveram, em 2013, 44% do total exportado; seguidos da União Europeia com 28%; dos vizinhos africanos com 15% e do continente americano com 7%. Individualmente, a Itália, em 2013, foi o principal destino das vendas egípcias, com 9,4% do total, seguida da Índia com 7,4%; da Arábia Saudita com 6,9%; e da Turquia com 6,1%.

Os países asiáticos constituem também os principais abastecedores do mercado egípcio. Em 2013, o continente respondeu por 40% do total importado pelo Egito, seguido da União Europeia com 32% e do continente americano com 15%. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens ao Egito, com 10,5% do total. Seguiram-se: Alemanha (7,9%) e Estados Unidos (7,8%). O Brasil posicionou-se no 9º lugar entre os fornecedores do mercado egípcio, com 3,4% do total.

O déficit na balança comercial egípcia tem sido, historicamente, compensado por superávit na balança de serviços, em função, principalmente, das receitas auferidas com o turismo e com a passagem de embarcações pelo Canal de Suez. Em função da constante queda do turismo nos últimos anos, contudo, o saldo positivo na balança de serviços tem diminuído. Segundo dados do Banco Central egípcio, o resultado da balança de serviços reduziu-se de 5,4 bilhões, no

ano fiscal 2012-2013, para 1,3 bilhão entre julho de 2013 e março de 2014.

Diante do quadro de grave redução do fluxo de divisas ao Egito, o massivo apoio financeiro dos países do Golfo, que pode chegar a US\$ 20 bilhões, desde julho de 2013, foi imprescindível para amenizar o déficit em transações correntes, da ordem de US\$ 5,5 bilhões, ao final de 2013. Analistas estimam que o saldo negativo em transações correntes chegará a US\$ 7 bilhões ao final de 2014, em função do aumento das importações e redução do auxílio externo ao Egito.

O Egito também tem experimentado grande redução de investimentos externos diretos. O fluxo anual de IED ao Egito passou de US\$ 6,7 bilhões em meados de 2010 para US\$ 3,6 bilhões em meados de 2013, em decorrência da instabilidade política no país. Tem sido, contudo, registrada melhora expressiva no influxo de investimentos externos, que atingiram US\$ 4,7 bilhões no período de julho de 2013 a março de 2014.

A dívida externa egípcia atingiu US\$ 50,3 bilhões, em 2013, correspondendo a cerca de 18% do PIB. As reservas do país totalizavam, ao final de 2013, US\$ 16 bilhões, suficientes para financiar cerca de 4 meses de importações do país.

Comércio e investimentos bilaterais

Desde 2009, o Egito desponta como o principal destino de exportações brasileiras na África (19,9% do total, em 2013), bem como o quarto principal parceiro comercial brasileiro no continente, após Nigéria, Argélia e África Sul. O fluxo de comércio bilateral, que atingiu, em 2011, o valor recorde de US\$ 2,968 bilhões, reduziu-se a US\$ 2,477 bilhões, em 2013. O Brasil é, atualmente, o 9º maior parceiro comercial do Egito em nível global.

O intercâmbio bilateral segue amplamente superavitário para o Brasil (1,9 bilhão, em 2013). As exportações brasileiras para o Egito são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, os quais representaram 69,0% do total em 2013, com destaque para carnes, milho e minério de ferro. Os semimanufaturados posicionaram-se em seguida com 22,4% (óleo de soja) e os manufaturados com 8,6% (açúcar refinado, máquinas, automóveis).

As importações do Egito, por sua vez, aumentaram de US\$ 53 milhões, em 2007, para US\$ 276 milhões, em 2013. Observa-se que os produtos manufaturados representaram quase a totalidade da pauta de importações (97% do total), com destaque para adubos, plásticos, pneus, máquinas e ferramentas.

Além de relevante parceiro comercial brasileiro, o Egito vem-se constituindo, ademais, como importante destino para investimentos brasileiros, com destaque para o setor de cimentos e de autopeças. Em 2008, estabeleceu-se parceria entre a MARCOPOLO S.A. e a egípcia GHABBOUR AUTO para a produção de ônibus destinados aos mercados local e regional. Outra importante joint-venture bilateral, mais recente, foi estabelecida entre a RANDON e a

EGYPT POWER, para construção de fábrica de montagem de semi-reboques (semi-trailers) a partir de autopeças produzidas no Brasil.

Com a aquisição do Grupo CIMPOR (Cimentos de Portugal) pela CAMARGO CORREA, em 2012, a empresa brasileira passou a controlar fábrica de cimento na cidade de Alexandria. A aquisição fez com que a empresa passasse a ser, de longe, o maior investidor brasileiro no país. A fábrica produz anualmente 4,1 milhões de toneladas de cimento, mais do que o dobro da maior fábrica da CAMARGO CORREA no Brasil. O investimento no Egito é estimado em 400 milhões de euros.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1801	Fim da ocupação francesa, iniciada em 1798.
1859	Construção do Canal de Suez (até 1869).
1914	Egito torna-se protetorado britânico.
1922	Fuad I torna-se Rei e declara a independência; mantém-se a influência britânica.
1948	Frustrada a criação do Estado Palestino, Egito, Iraque, Jordânia e Síria atacam Israel.
1952	Revolução nacionalista derruba monarquia; Nasser torna-se Presidente (1956).
1956	Nacionalização do Canal de Suez, que provoca invasão por Inglaterra, França e Israel.
1958	Egito e Síria se unem para formar a República Árabe Unida.
1961	Síria denuncia a união com o Egito, que mantém o nome República Árabe Unida.
1964	Início da construção da represa de Assuan, com significativo impacto ambiental.
1967	Egito, Jordânia e Síria derrotados por Israel na Guerra dos Seis Dias; Sinai é ocupado.
1970	Nasser morre e é sucedido pelo Vice-Presidente, Anwar Al-Sadat.
1971	Assinatura de tratado de amizade entre Egito e URSS.
1973	Egito e Síria atacam Israel durante o Yom Kippur.
1975	Reabertura do Canal de Suez.
1976	Anwar Al-Sadat rompe com a URSS e aproxima-se dos EUA.
1978	Acordo de paz com Israel; Egito torna-se o 2º maior recipiendário de ajuda militar dos EUA.
1979	Tratado de paz assinado com Israel leva Egito a ser excluído da Liga dos Estados Árabes.
1981	Anwar Al-Sadat é assassinado por membro da Jihad Islâmica.
1981	Hosni Mubarak é aprovado em referendo nacional como Presidente.
1982	Israel conclui retirada do Deserto do Sinai.
1987	Mubarak inicia seu segundo mandato (renovado em 1993, 1999 e

	2005).
1989	Egito retoma seu assento na Liga dos Estados Árabes (LEA).
2005	Mubarak é reeleito para seu quinto mandato, após criação de sistema pluripartidário.
2005	Queda na produção de petróleo; aumento do gás natural e início da exportação de GNL.
2006	Egito inicia o desenvolvimento de programa nuclear para fins civis.
2008	População, em rápido crescimento, ultrapassa os 80 milhões de habitantes.
2009	Remanejamento ministerial promovido por Hosni Mubarak provoca descontentamento entre figuras da base de apoio do Governo. Os principais favorecidos são políticos ligados a Gamal Mubarak.
Nov-Dez/2010	Realizam-se eleições legislativas, que resultam, como esperado na vitória esmagadora do PND.

Cronologia Histórica Recente

26/1/2011	Realiza-se, em diversos pontos do país, o primeiro protesto de grandes proporções, o chamado “Dia da Fúria”. As autoridades policiais mobilizam pelo menos 30 mil pessoas só na capital para garantir a ordem. Os confrontos entre manifestantes e policiais prolongam-se até a madrugada do dia 26, resultando em pelo menos 3 mortos. Protestos prosseguem nos dias subsequentes.
29/1/2011	Omar Suleiman é apontado Vice-Presidente, cargo vago desde a ascensão de Mubarak ao poder, em 1981.
1/2/2011	A “Marcha do Milhão”, convocada pelos manifestantes e pela oposição, logra reunir centenas de milhares de manifestantes na Praça Tahrir.
2/2/2011	Onda de violência contra os manifestantes organizada pelo regime. Grupos pró-Mubarak, buscam invadir Praça Tahrir com a conivência do Exército. Saldo de ao menos 10 mortos e cerca de 1.500 feridos. Brasil deplora a violência.
5/2/2011	Governo anuncia a demissão de lideranças do PDN, inclusive de Gamal Mubarak, filho do Presidente.
11/2/2011	Mubarak anuncia sua renúncia. Assume o poder o Comando Supremo das Forças Armadas (CSFA), sob a liderança do General Tantawi.
14/2/2011	CSFA anuncia dissolução do Parlamento e suspensão da Constituição.
3/3/2011	Ahmed Shafik, apontado Primeiro-Ministro nos últimos momentos do regime Mubarak, renuncia diante de forte pressão popular. Ahmed Sharaf, ex-Ministro dos Transportes assume o cargo.
15/3/2011	Ministério do Interior anuncia dissolução do Serviço de Segurança (SSI) egípcio, principal braço da repressão política do regime Mubarak.
19/3/2011	Após a conclusão dos trabalhos do Comitê Independente formado para redigir proposta de reforma constitucional, os eleitores egípcios aprovaram, em referendo, as emendas propostas,

28/3/2011	CSFA anuncia criação de nova lei dos partidos políticos. Anuncia, igualmente, que o estado de emergência em vigor desde 1981 será levantado antes das eleições parlamentares. Decreta, finalmente, a prisão domiciliar de Mubarak, decisão que parece buscar atender o clamor por justiça que se vai consolidando na sociedade e na imprensa egípcia.
30/3/2011	O CSFA sanciona Decreto Constitucional que inclui cerca de 80% da Constituição de 1971, bem como as emendas aprovadas pelo referendo de 19 de março.
16/4/2011	PND é dissolvido e tem seus bens confiscados pelo Estado.
19/7/2011	O CSFA aponta novo Gabinete, chefiado pelo Primeiro-Ministro Essam Sharaf.
30/9/2011	Frente a protestos populares e ameaça de boicote às eleições parlamentares, o CSFA anuncia adoção de política de "non-enforcement" do Estado de Emergência durante as eleições parlamentares.
22/11/2012	Renúncia coletiva do Gabinete Shaaraf.
25/11/2011	Kamal Ganzouri é nomeado novo PM
28/11/2011 18/1/2012	Realização das eleições para a Assembleia do Povo (Câmara Baixa).
29 e 30/1/2012 e 15/2/2012	Realização de eleições para o Conselho Shura, Câmara Alta do Parlamento.
8/4/2012	Irmandade Muçulmana registra candidato reserva, à candidatura de Khairat El Shater, Mohamed Morsi.
10/4/2012	Suprema Corte Administrativa interrompe trabalhos da Comissão Constituinte.
23 e 24/5/2012	Primeiro turno das eleições presidenciais.
2/6/2012	Ex-presidente Hosni Mubarak é condenado à prisão perpétua.
14/6/2012	Suprema Corte Constitucional anuncia que um terço dos membros do Parlamento havia sido eleito de forma inválida. O Parlamento é dissolvido. Declara, ademais, inconstitucional a lei de impugnação que restringia direitos políticos de quem havia exercido cargo governamental de primeiro escalão nos dez anos anteriores à destituição de Mubarak.
16 e 17/6/2012	Segundo turno das eleições presidenciais.
18/6/2012	CSFA promove emenda à Declaração Constitucional de março de 2011 expandindo significativamente os poderes daquele Conselho
24/6/2012	Mohamed Morsi, candidato do Partido da Liberdade e Justiça é declarado vencedor das eleições presidenciais, com 51,73% dos votos. Em discurso à nação, desliga-se do PLJ e da Irmandade Muçulmana.
30/6/2012	Posse do Presidente eleito, Mohamed Morsi.
8/7/2012	Mohamed Morsi invalida, por decreto, decisão do CSFA de dissolver o Parlamento (14/6/2012).
11/7/2012	A Suprema Corte Constitucional mantém a decisão, do CSFA de dissolver o Parlamento.
2/8/2012	O novo Gabinete, chefiado pelo Primeiro-Ministro Hesham Kandil, toma posse.

5/8/2012	Ataques a postos militares na fronteira de Gaza com o Sinai resulta na morte de 16 militares egípcios. Em seguida, Morsi demite o Chefe do Serviço de Inteligência e o Governador do Sinai.
12/8/2012	Morsi demite o Comandante Geral das Forças Armadas e Ministro da Defesa e Produção Militar, Marechal Mohamed Tantawi, e o Chefe do Estado Maior, General Sami Anan. Ambos foram substituídos pelos também membros do CSFA, General Abdel Fattah Al-Sissi, e General Sedky Sobhy, respectivamente. No mesmo dia, Morsi emite decreto invalidando emenda constitucional de 18 de junho.
11/9/2012	Violentos protestos ocorrem em frente à Embaixada norte-americana no Cairo, contra o filme "A inocência dos muçumanos".
22/11/2012	Sob o pretexto de proteger as conquistas da Revolução, ante ameaça de dissolução da Assembleia Constituinte, Morsi emite novo Decreto Constitucional, concedendo imunidade judicial a si mesmo e à Comissão Constituinte. O ato desencadeia violentos protestos, e precipita a formação da Frente de Salvação Nacional, coalizão oposicionista capitaneada pelos líderes oposicionistas Amr Moussa, Mohamed El-Baradei e Hamdeen Sabbahi.
29/11/2012	Após violentos protestos contra o Decreto de Morsi, os trabalhos da Comissão Constituinte são finalizados.
22/12/2012	Após referendo constitucional em duas etapas, a nova Constituição é aprovada por 64% dos votos, em pleito com taxa de comparecimento de apenas 33%.
26/12/2012	Nova Constituição egípcia é promulgada.
6/1/2013	Novo gabinete egípcio é nomeado
Jan-fev/2013	Violentos protestos populares irrompem em várias localidades do Egito por ocasião do 2º aniversário da Revolução.
6/03/2013	Tribunal administrativo do Cairo suspende as eleições parlamentares, planejadas para ocorrerem no período de abril a junho de 2013.
02/06/2013	Corte Constitucional egípcia declara ilegal o ato que estabeleceu o Comitê encarregado da elaboração da Constituição aprovada em 2012.
30/06/2013	No aniversário de um ano do início do mandato de Morsi, cidadãos egípcios protestam em massa, pedindo a renúncia do Presidente egípcio.
01/07/2013	O Ministro da Defesa Abdel Fattah Al-Sissi dá ultimato de 48 horas para negociações entre a Presidência e os manifestantes. Caso contrário, as Forças Armadas "seriam obrigadas a implementar um "mapa do caminho" próprio para o futuro político e a governabilidade do Egito
02/07/2013	O Presidente egípcio acusa os militares de tentativa de golpe de Estado e clama seus partidários a saírem às ruas.
03/07/2013	Expirado o prazo de 48 horas, Morsi é destituído pelos militares. As Forças Armadas, com o apoio de lideranças islâmicas e coptas, bem como de setores liberais, anunciam novo "mapa do caminho", que prevê a reformulação da Constituição e a realização de eleições legislativas e presidenciais. A Constituição é suspensa e a câmara alta do parlamento (Conselho Shura) é dissolvida. Morsi foi detido.
04/07/2013	Adly Mansur, Presidente da Suprema Corte egípcia, é empossado

	como Presidente interino do país.
08/07/2013	O novo Presidente egípcio emite Declaração Constitucional, que regerá o país até o estabelecimento de nova Constituição. Os poderes legislativo e executivo são concentrados na figura do Presidente da República. No mesmo dia, confronto entre militares e manifestantes da Irmandade Muçulmana (IM), que protestavam em frente ao Quartel General da Guarda Republicana, no Cairo, resultou em 51 vítimas fatais.
09/07/2013	O economista Hazem Beblawi é nomeado Primeiro-Ministro no novo Governo. O Prêmio Nobel da Paz, Mohamed El-Baradei, é nomeado Vice-Presidente para Relações Exteriores.
26/07/2013	Em resposta a apelo do General Al-Sissi, que conclamou a população a sair às ruas e dar aos militares "mandato" para reprimir o "terrorismo", realizaram-se grandes manifestações populares em apoio às forças de segurança egípcias.
27/07/2013	Repressão por parte das forças de segurança a protesto da Irmandade Muçulmana em "Nasr City", subúrbio do Cairo, resultou em 80 mortos.
14/08/2013	Violenta dispersão de manifestações de apoiadores da Irmandade Muçulmana, em duas praças do Cairo, resultam na morte de 638 pessoas. Governo interino decreta Estado de Emergência e toque de recolher em todo o Egito. No mesmo dia, Mohamed El Baradei renuncia ao cargo de Vice-Presidente, por discordar da violenta repressão aos protestos.
16/08/2013	Protestos convocados pela Irmandade Muçulmana, intitulados "sexta-feira da raiva", resultaram na morte de 173 pessoas, em sua maioria apoiadores do ex-Presidente Morsi.
05/09/2013	Atentado contra o Ministro do Interior egípcio provoca a morte de uma pessoa.
11/09/2013	Presidente Adly Mansur nomeia membros do "Comitê dos 50", responsável por elaborar projeto de nova Constituição para o país.
23/09/2013	Tribunal egípcio ordena confisco dos bens da Irmandade Muçulmana e suas atividades banidas.
04/11/2013	Início do julgamento do ex-Presidente Morsi, acusado de colaborar com grupos estrangeiros, em especial o Hamas e o Hizbolah, bem como de incitar a violência no Egito.
24/11/2013	Após a expiração do Estado de Emergência, é promulgada nova lei de protestos, que condiciona a realização de reuniões públicas com mais de 10 pessoas a autorização prévia.
01/12/2013	Comitê dos 50 finaliza elaboração de projeto de nova Constituição.
24/12/2013	Ataque a posto policial na região de Mansoura resulta em 16 mortos. Grupo terrorista Ansar Al-Maqdis reivindica a autoria do atentado. Irmandade Muçulmana condena o ataque.
25/12/2013	Alegando participação no ataque terrorista do dia anterior, Governo declara a IM entidade terrorista.
14-15/1/2014	Nova Constituição egípcia é aprovada em referendo, tendo obtido 98,1% de votos favoráveis. Comparecimento, contudo, é de apenas 38% dos eleitores.

24/01/2014	Quatro explosões simultâneas no Cairo vitimas 6 pessoas. O grupo Ansar Al-Maqdis assume a autoria do atentado.
25/01/2014	Manifestações por ocasião do 3º aniversário da Revolução egípcia resultam na morte de 64 pessoas.
16/02/2014	Explosão de ônibus de turismo, na região de Taba, resulta em 4 mortes, incluindo três turistas sul-coreanos.
24/02/2014	Gabinete do Primeiro-Ministro El-Beblawi renuncia. Assume a chefia de Governo o empresário Ibrahim Mahlab.
26/03/2014	O Ministro da Defesa, Marechal Abdel Fattah Al-Sissi anuncia que concorrerá às eleições presidenciais. No mesmo dia, o Marechal desliga-se de suas funções públicas e passa a reserva.
26 a 28/5	Eleições presidenciais registram apenas dois candidatos Abdel Fattah Al-Sissi e Hamdeen Sabahi. Baixo comparecimento de eleitores faz a Comissão Eleitoral estender período de votação em mais um dia (28/5).
3/06/2014	Abdel Fattah Al-Sissi é declarado vencedor do pleito presidencial. O militar da reserva recebeu 96,9%, contra 3,1% de Hamdeen Sabahi.
16/06/2014	Novo Governo é formado, tendo sido mantido Ibrahim Mahlab como Primeiro-Ministro.

Cronologia das Relações Bilaterais

1876	Imperador D. Pedro II visita o Egito.
1924	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1960	Assinatura de Acordo Cultural.
1972	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mourad Ghaleb.
1973	Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Egito.
1973	Assinatura de Acordo Comercial.
1973	Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Científica.
1985	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Boutros Boutros-Ghali.
1985	Assinatura de Acordo para criação de Comissão Mista Brasileiro-Egípcia.
1987	Visita do Chanceler Roberto de Abreu Sodré ao Egito.
1991	Visita do Chanceler Francisco Rezek ao Egito.
1991	Assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica, sobre Cooperação em Pesquisa Aplicada à Agricultura e Áreas Afins.
1996	Assinatura de Memorando de Entendimento sobre Turismo.
Jun/2003	Visita do Chanceler Celso Amorim ao Egito.
Dez/2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Egito.
2003	Assinatura do Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas.
2003	Assinatura de Memorando de Entendimento sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.
Mai/2005	Encontro do Chanceler Aboul Gheit com o ME à margem da Cúpula ASPA.

2005	Assinatura do Programa Executivo para Implementação do Acordo Cultural/Educacional.
2006	Intercâmbio comercial Brasil-Egito cresce 250%, desde 2001, e atinge US\$ 1,3 bi
Ago/2008	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Indústria do Egito, Rachid Mohammed Rachid.
2008/2009	Gestões egípcias para adesão ao IBAS e ao BRIC.
Jan/2009	Visita do Chanceler Celso Amorim ao Egito.
Mar/2009	Chanceler Celso Amorim retorna ao Egito para participar da Conferência Internacional de Sharm-El-Sheikh em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza.
Mar/2010	Visita do Ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio, Miguel Jorge, ao Egito.
Mai/2010	Assinado Acordo Institucional entre o Centro de Pesquisa Agrícola do Egito e a EMBRAPA.
Jul/2010	Realiza-se Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Egito, em Brasília.
Ago/2010	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior e Indústria do Egito, Rachid Mohamed Rachid. Durante a sua participação na Cúpula do Mercosul, em San Juan, é assinado o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito.
Mar/2011	Governo brasileiro realiza contribuição para atividades do ACNUR, no Egito (US\$ 150 mil).
Mai/2011	Em 7 e 8 de maio, o Ministro Antonio Patriota realiza visita ao Egito.
Mai/2011	Realiza-se Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Egito, no Cairo.
Out/2011	ABC envia missão técnica ao Egito.
Jan/2012	Participação de 5 técnicos egípcios, com financiamento da ABC, no Seminário organizado pelo MDS – "Política Social para o Desenvolvimento".
Set/2012	Encontro entre o Presidente Morsi e a Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, Às margens da 67ª Assembleia Geral da ONU.
Nov/2012	Presidente Mohamed Morsi e a Senhora Presidenta da República mantêm conversa telefônica, por ocasião do conflito militar entre Israel e Hamas, na Faixa de Gaza.
Mai/2013	Visita de Estado do Presidente Mohamed Morsi ao Brasil (Brasília e São Paulo, 8 e 9/5). Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado egípcio ao Brasil. A agenda da visita priorizou, a pedido egípcio, a cooperação na área social. O mandatário igualmente participou de encontro empresarial em São Paulo.
Jul/2013	Governo brasileiro manifestou, por meio de Nota à Imprensa, preocupação com os eventos no Egito, que culminaram com a destituição de Morsi. Em 27/7, nova Nota expressa consternação diante da morte de dezenas de manifestantes, em "Nasr City", ocorrida no dia anterior.
Ago/2013	Em 16/8, o Governo brasileiro transmite ao Embaixador egípcio em Brasília sua consternação diante da repressão às manifestações, que levaram à morte de centenas de civis.

Atos bilaterais em vigor

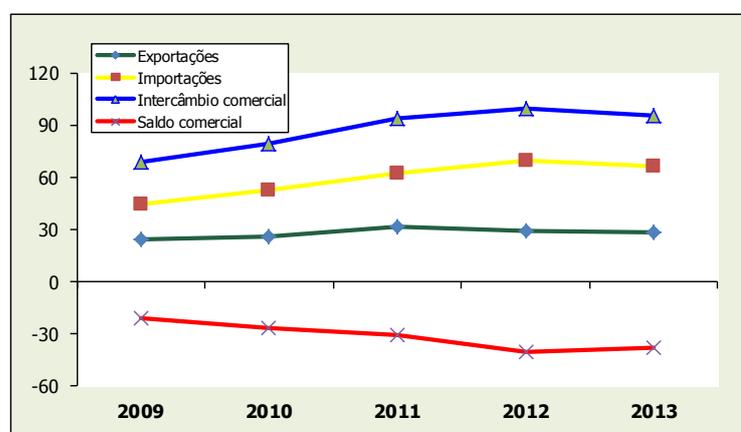
Título	Data de celebração
Acordo Cultural	17/05/1960
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	31/01/1973
Acordo Comercial	31/01/1973
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação	07/03/1985
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito	08/05/2013

Dados econômico-comerciais

Evolução do comércio exterior US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	24,2	44,9	69,1	-20,7
2010	26,3	53,0	79,3	-26,7
2011	31,6	62,3	93,9	-30,7
2012	29,4	69,9	99,3	-40,4
2013	28,8	66,7	95,4	-37,9
Var. % 2009-2013	19,0%	48,4%	38,1%	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.
(n.c.) Dado não calculado.*



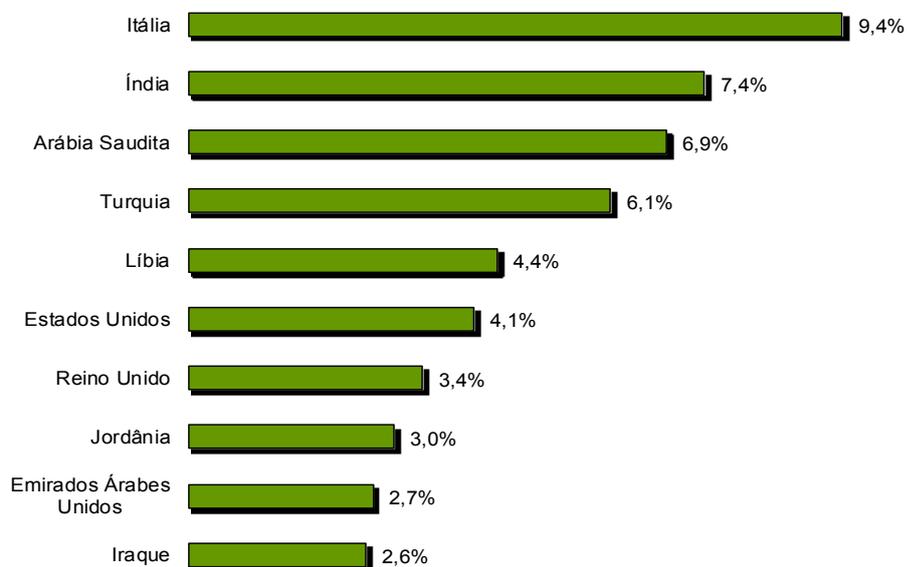
O comércio exterior do Egito apresentou, em 2013, crescimento de 38,1% em relação a 2009, de US\$ 69,1 bilhões para US\$ 95,4 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, o Egito figurou como o 56º mercado mundial, sendo o 64º exportador e o 44º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando em 2013 saldo negativo de US\$ 37,9 bilhões.

Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Itália	2,7	9,4%
Índia	2,1	7,4%
Arábia Saudita	2,0	6,9%
Turquia	1,7	6,1%
Líbia	1,3	4,4%
Estados Unidos	1,2	4,1%
Reino Unido	1,0	3,4%
Jordânia	0,9	3,0%
Emirados Árabes Unidos	0,8	2,7%
Iraque	0,7	2,6%
...		
Brasil	0,2	0,7%
Subtotal	14,5	50,5%
Outros países	14,2	49,5%
Total	28,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais destinos das exportações



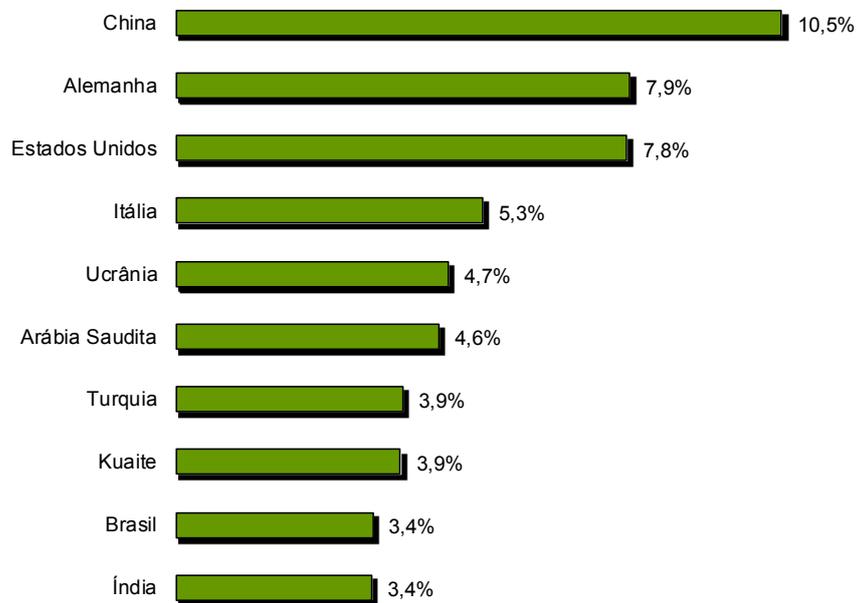
As vendas egípcias foram direcionadas em grande parte aos países da Ásia, que absorveram 44% do total em 2013; seguidos da União Europeia com 28%; dos vizinhos africanos com 15% e do continente americano com 7%. Individualmente, a Itália foi o principal destino das vendas egípcias com 9,4% do total em 2013, seguida da Índia com 7,4%; da Arábia Saudita com 6,9%; e da Turquia com 6,1%. Seguiram-se: Líbia (4,4%); Estados Unidos (4,1%); Reino Unido (3,4%); Jordânia (3,0%); e Emirados Árabes Unidos (2,7%). O Brasil posicionou-se no 34º lugar entre os compradores do Egito, com 0,7% do total.

**Origem das Importações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
China	7,0	10,5%
Alemanha	5,2	7,9%
Estados Unidos	5,2	7,8%
Itália	3,5	5,3%
Ucrânia	3,2	4,7%
Arábia Saudita	3,0	4,6%
Turquia	2,6	3,9%
Kuaite	2,6	3,9%
Brasil	2,3	3,4%
Índia	2,3	3,4%
Subtotal	37,0	55,5%
Outros países	29,7	44,5%
Total	66,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais origens das importações



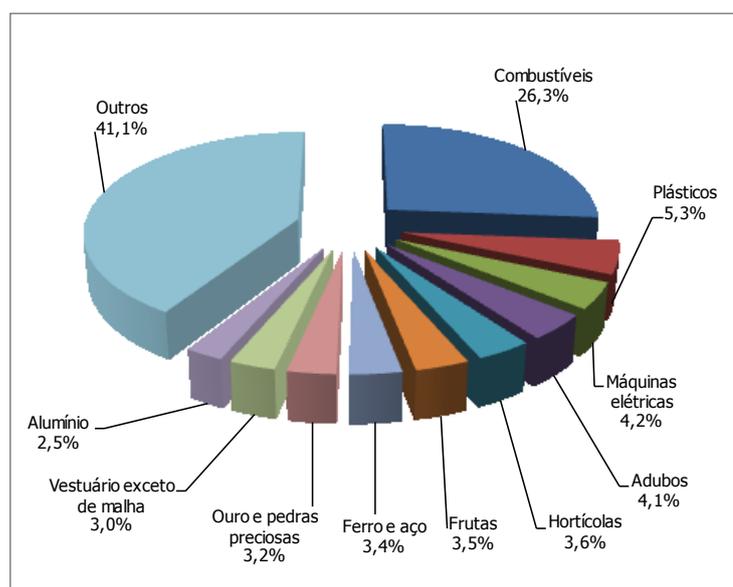
Os países asiáticos são também os principais abastecedores do mercado egípcio. Em 2013, somaram 40% do total, seguidos da União Europeia com 32% e do continente americano com 15%. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens ao Egito, com 10,5% do total. Seguiram-se: Alemanha (7,9%); Estados Unidos (7,8%); Itália (5,3%); Ucrânia (4,7%); e Arábia Saudita (4,6%). O Brasil posicionou-se no 9º lugar entre os fornecedores do mercado egípcio, com 3,4% do total.

Composição das exportações US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Combustíveis	7,56	26,3%
Plásticos	1,51	5,3%
Máquinas elétricas	1,21	4,2%
Adbos	1,19	4,1%
Hortícolas	1,04	3,6%
Frutas	1,01	3,5%
Ferro e aço	0,97	3,4%
Ouro e pedras preciosas	0,91	3,2%
Vestuário exceto de malha	0,87	3,0%
Alumínio	0,71	2,5%
Subtotal	16,96	58,9%
Outros	11,82	41,1%
Total	28,78	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais grupos de produtos exportados



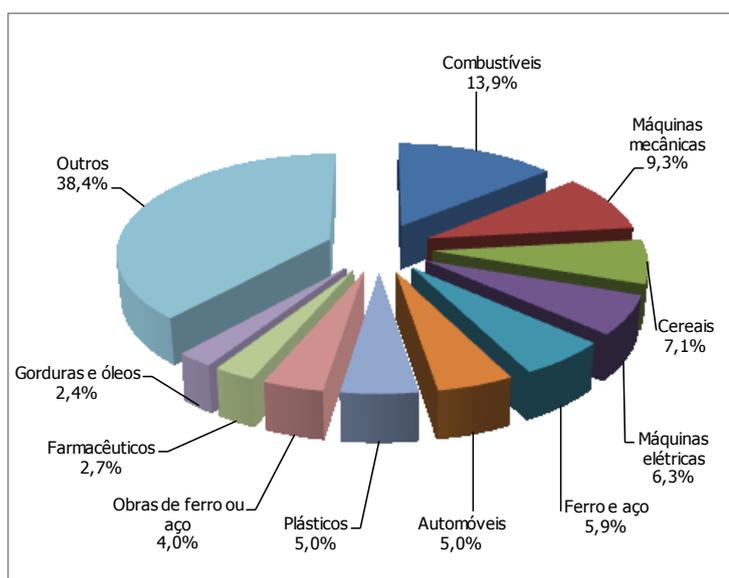
Combustíveis (óleo de petróleo em bruto, óleo refinado, gás de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta das exportações do Egito. Em 2013, os combustíveis representaram 26,3% do total; seguidos de plásticos (polímeros de etileno e de propileno, placas e lâminas, banheiras, duchas, bidês) com 5,3%; e máquinas elétricas (fios e cabos, aparelhos de TV, aquecedores de água, quadros e painéis) com 4,2%. Seguiram-se: adubos (4,1%); produtos hortícolas (3,6%); frutas (3,5%); e ferro e aço (3,4%).

Composição das importações US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Combustíveis	9,29	13,9%
Máquinas mecânicas	6,18	9,3%
Cereais	4,73	7,1%
Máquinas elétricas	4,19	6,3%
Ferro e aço	3,94	5,9%
Automóveis	3,34	5,0%
Plásticos	3,30	5,0%
Obras de ferro ou aço	2,65	4,0%
Farmacêuticos	1,81	2,7%
Gorduras e óleos	1,62	2,4%
Subtotal	41,04	61,6%
Outros	25,62	38,4%
Total	66,67	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais grupos de produtos importados



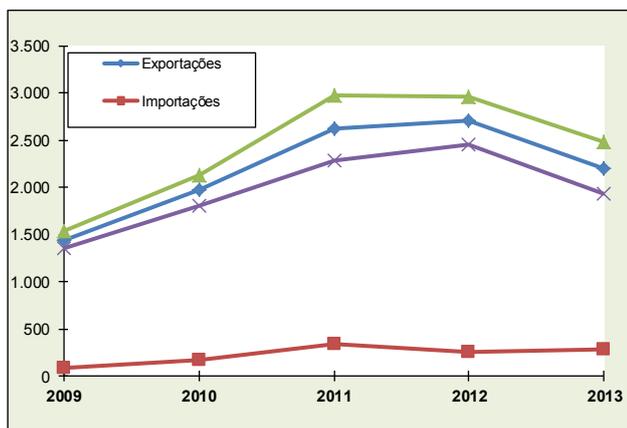
A pauta das importações do Egito apresentou-se concentrada em combustíveis, cereais e bens com alto valor agregado. Em 2013, combustíveis (petróleo refinado, óleo bruto de petróleo, gás de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 13,9% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (máquinas com função própria, refrigeradores, congeladores, bombas de ar e bombas para líquidos) com 9,3%; cereais (milho, trigo, arroz, cevada) com 7,1%; e máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, grupos eletrogêneos e conversores rotativos, fios e cabos, transformadores, aparelhos para corte) com 6,3%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2009	1.444	2,5%	88	-59,7%	1.532	-5,8%	1.356
2010	1.968	36,3%	169	92,3%	2.136	39,5%	1.799
2011	2.624	33,4%	345	104,2%	2.969	39,0%	2.279
2012	2.712	3,3%	251	-27,1%	2.963	-0,2%	2.460
2013	2.202	-18,8%	276	9,9%	2.478	-16,4%	1.925
2013 (jan-abr)	592	-0,6%	62	15,9%	654	58,5%	529
2014 (jan-abr)	701	18,4%	38	-38,7%	739	13,0%	663
Var. % 2009-2013	52,5%		214,7%		61,8%		n.c.

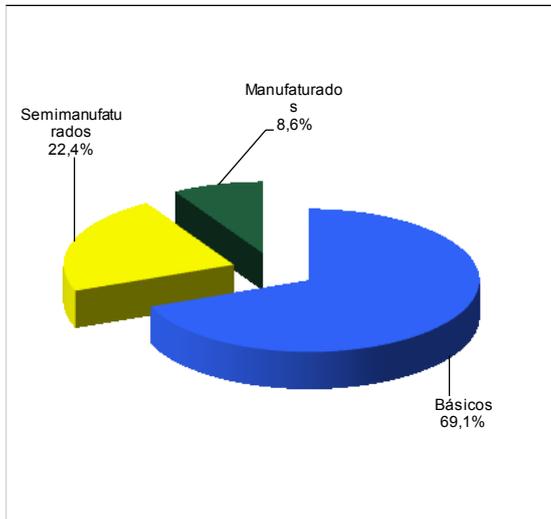
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.*

O Egito foi o 37º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,51% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 61,8%, de US\$ 1,53 bilhão para US\$ 2,48 bilhões. Nesse período, as exportações aumentaram 52,5% e as importações, 214,7%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 1,93 bilhão em 2013.



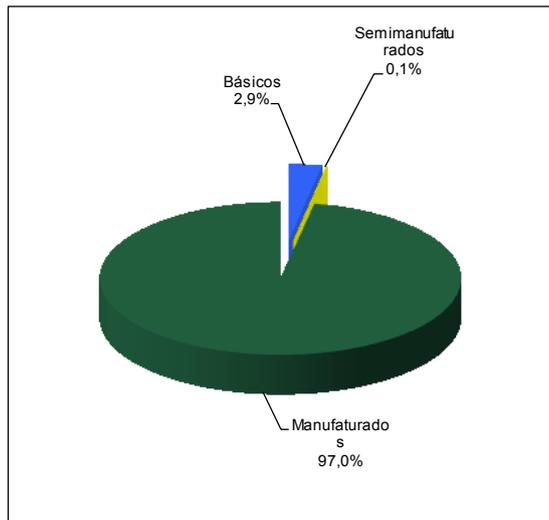
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para o Egito são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 69,0% do total em 2013, com destaque para carnes, milho e minério de ferro. Os semimanufaturados posicionaram-se em seguida com 22,4% (óleo de soja) e os manufaturados com 8,6% (açúcar refinado, máquinas, automóveis).

Importações



Os produtos manufaturados somaram a quase totalidade da pauta das importações brasileiras originárias do Egito. Em 2013, os manufaturados somaram 97% do total, representados por adubos, plásticos, pneus, máquinas, ferramentas. Os básicos posicionaram-se em seguida com 2,9% (algodão), e os semimanufaturados com 0,1%.

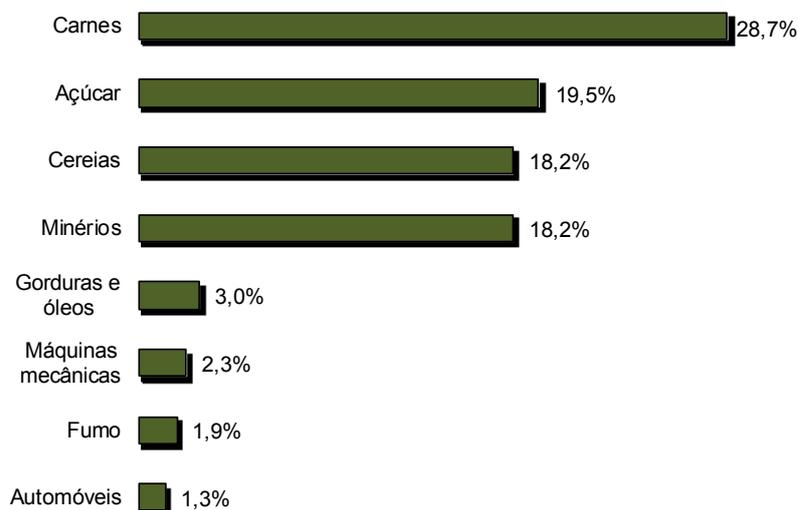
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Carnes	543	733	631	28,7%
Açúcar	885	732	429	19,5%
Cereias	190	544	401	18,2%
Minérios	514	421	401	18,2%
Gorduras e óleos	166	1	65	3,0%
Máquinas mecânicas	48	43	52	2,3%
Fumo	37	51	41	1,9%
Automóveis	52	22	29	1,3%
Subtotal	2.434	2.547	2.049	93,1%
Outros produtos	190	165	152	6,9%
Total	2.624	2.712	2.202	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



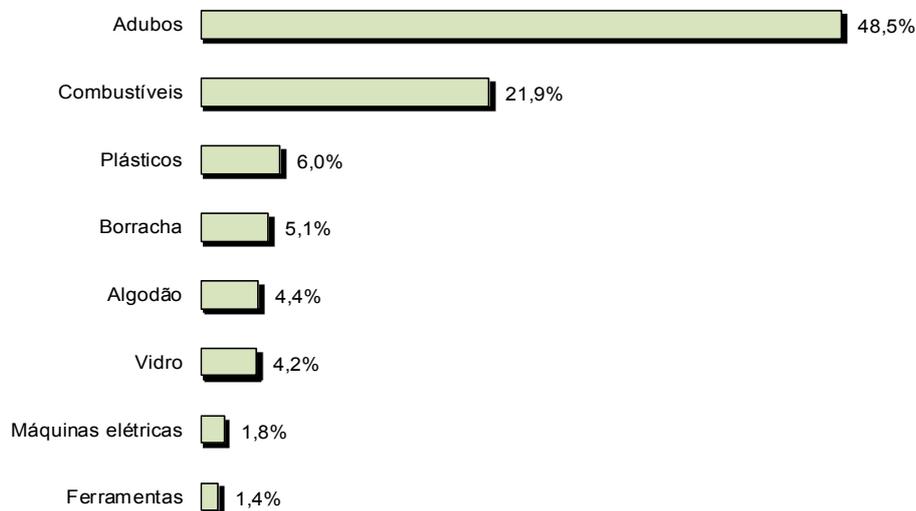
Carnes (bovina e de frango) foram o principal grupo de produtos brasileiros exportados para o Egito. Em 2013, as carnes somaram 28,7% da pauta, seguidas de açúcar refinado com 19,5%; de cereais (milho) com 18,2%; de minério de ferro com 18,2% e de gorduras e óleos (óleo de soja) com 3,0%. Seguiram-se: máquinas mecânicas (2,3%); fumo (1,9%); e automóveis (1,3%).

Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Adbos	257	192	134	48,5%
Combustíveis	22	2	60	21,9%
Plásticos	1	8	17	6,0%
Borracha	13	12	14	5,1%
Algodão	19	7	12	4,4%
Vidro	6	9	12	4,2%
Máquinas elétricas	0	1	5	1,8%
Ferramentas	3	4	4	1,4%
Subtotal	322	235	258	93,4%
Outros produtos	23	17	18	6,6%
Total	345	251	276	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Na pauta das importações brasileiras originárias do Egito predominam os adubos. Em 2013, os adubos (ureia, superfosfato,) foram os principais produtos importados pelo Brasil e representaram 48,5% do total, seguidos de combustíveis (gás de petróleo e naftas para petroquímica) com 21,9%; de plásticos (chapas de polietileno e policloreto de vinila) com 6,0% e de borracha (pneus para ônibus) com 5,1%. Seguiram-se: algodão (4,4%); vidro (4,2%); e máquinas elétricas (1,8%).

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Carnes	126	21,3%	226	32,2%	
Açúcar	92	15,6%	185	26,4%	
Minérios	107	18,1%	124	17,7%	
Cereais	141	23,8%	43	6,1%	
Máquinas mecânicas	9	1,5%	26	3,7%	
Automóveis	5	0,8%	18	2,6%	
Sementes	0	0,0%	12	1,7%	
Fumo	18	3,0%	11	1,6%	
Gorduras e óleos	52	8,8%	7	1,0%	
Químicos inorgânicos	0	0,0%	7	1,0%	
Subtotal	550	92,9%	660	94,2%	
Outros produtos	42	7,1%	41	5,8%	
Total	592	100,0%	701	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil					
Importações					Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
Adbos	40,6	65,1%	13,0	34,0%	
Borracha	3,2	5,2%	4,8	12,5%	
Plásticos	3,9	6,3%	4,7	12,2%	
Algodão	3,0	4,9%	4,6	12,0%	
Vidro	4,6	7,4%	1,6	4,3%	
Vestuário de malha	0,1	0,2%	1,6	4,2%	
Hortícolas	0,6	0,9%	1,0	2,5%	
Alumínio	0,0	0,0%	0,7	1,9%	
Combustíveis	0,0	0,0%	0,7	1,9%	
Máquinas elétricas	0,4	0,6%	0,7	1,8%	
Subtotal	56,5	90,5%	33,4	87,3%	
Outros produtos	5,9	9,5%	4,9	12,7%	
Total	62,4	100,0%	38,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.